

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A POVOS E
TERRITORIOS TRADICIONAIS (MESPT)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A
POVOS E TERRITÓRIOS TRADICIONAIS

CELUTA DOS SANTOS ROSA MOREIRA

**REZAS E BENZEDEIRAS: CONTRIBUIÇÕES DOS SABERES
TRADICIONAIS KALUNGA PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA**

Brasília – DF

2025

CELUTA DOS SANTOS ROSA MOREIRA

**Rezas e benzedoiras: contribuições dos saberes tradicionais Kalunga para a
Educação escolar quilombola**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sustentabilidade junto aos Povos Territórios Tradicionais no Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT) do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais da Universidade de Brasília.

Orientador: Dr. Carlos Alexandre B. Plínio dos Santos

Brasília

2025

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A POVOS E
TERRITORIOS TRADICIONAIS (MESPT)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A
POVOS E TERRITÓRIOS TRADICIONAIS

CELUTA DOS SANTOS ROSA MOREIRA

REZAS E BENZEDEIRAS: CONTRIBUIÇÕES DOS SABERES TRADICIONAIS
KALUNGA PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sustentabilidade junto aos Povos Territórios Tradicionais no Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT) do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais da Universidade de Brasília.

Prof.º Dr. Carlos Alexandre B. Plínio dos Santos – (PPGAS/MESPT/UnB)
(Presidente – Orientador)

Prof.ª Dra. Sílvia Maria Ferreira Guimarães (PPGAS/MESPT/UnB)
(Examinadora Interna)

Prof.º Dr. Kaled Sulaiman Khidir (UFT)
Examinador Externo

Prof.ª Dra. Stephanie Caroline Nasuti (CDS/MESPT/UnB)
Examinadora Interna (Suplente)

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço a Deus, por me dar sabedoria para concluir esse passo importante na minha vida, agradeço todas as pessoas que estiveram presentes comigo durante a minha pesquisa. Cada um de vocês, de alguma forma, contribuiu para que esse momento especial pudesse ser concretizado.

Agradeço imensamente ao meu esposo Rauf, minhas filhas Stefanny e Sarah, foram essenciais neste momento de conquista, acalentavam meu coração nos momentos de desespero nas noites mal dormidas devido às crises constantes de ansiedade, sou grata pelos cuidados. A tia amorosa das minhas filhas, Eliene Ramalho, que cuidou tão bem das minhas filhas quando não estive presente, foi essencial neste momento de conquista. Agradeço a meus professores pelo trabalho, os professores da Comunidade Kalunga da escola Municipal, por serem grandes parceiros neste período de pesquisa. Deixo aqui os meus sinceros agradecimentos à minha irmã Enilde (Bianca), por sempre me ouvir e me acalmar durante as preocupações durante essa minha jornada, gratidão pelos conselhos e acolhimento nos momentos em que eu quis desistir de viver.

Ao meu Orientador Carlos Alexandre, agradeço imensamente, primeiro por ter aceito caminhar comigo junto a este trabalho e depois, por me fazer despertar o encorajamento, perder o medo de expressar e fazer com que eu acreditasse no meu potencial, professor de rico conhecimento, contou a história do meu povo quilombola, melhor que qualquer um que morasse no território, os registros no qual ele me mostrou durante uma orientação na sua sala, me fez voltar no tempo e lembrar de pessoas que ali não mais existia, momento de muitas emoções, emoções essas que guardei só para mim, porém, de muita importância. No decorrer das suas aulas, me empolgava bastante, eram as aulas que mais participava, professor muito sábio naquilo que transmitia, percebi que ele era a pessoa ideal para me acompanhar nesta fase tão importante da minha vida, não posso deixar de destacar o quão importante foi na minha caminhada.

Não posso aqui deixar de mencionar os meus sinceros agradecimentos ao Prefeito Municipal Felipi de Sousa Campos, quando mais precisei, me fez o convite para assumir a direção das Escolas municipais, ajudou muito para que eu pudesse concretizar o meu sonho, pois me deu a mão quando estava em tamanho desespero, desempregada, aflita, muitas dívidas isso me fortaleceu muito. O MESPT, me trouxe muitas surpresas, desde o desemprego a inúmeras oportunidades, fui exonerada como professora e assumi um cargo de muita responsabilidade, Gestora de nove Escolas Quilombolas da escola Municipal de

Monte Alegre de Goiás. Agradeço muito a secretária de Educação de Monte Alegre de Goiás a Luíza Teixeira Lopes, por todo apoio e acolhimento, sem vocês não seria possível alcançar meus objetivos

Agradeço imensamente Tia Procópio pelo dia produtivo que tivemos na sua salinha, conversamos, descobri muito sobre minha origem, ouvimos no seu radinho as rezas dela e do meu avô Laurindo que hoje não está mais entre nós, ouvia a voz do meu avô a saudade me fez sair lágrimas nos olhos, sua partida ainda dói muito desestruturou toda a nossa família. Madrinha Brarda, agradeço pelas visitas, o nosso almoço debaixo do pé de manga, as aulas com produção de cachimbos e colares de barro, sou muito grata por todo o carinho.

Mãe Lixanda e Vovô Laurindo não sei nem como expressar a minha gratidão por tudo que fizeram por mim, sei que sem vocês eu não seria nada nesta vida, me ensinou que mesmo sendo analfabetos o estudo transforma vidas, queria muito que você vovô tivesse aqui para testemunhar e comemorar essa grande conquista na minha vida, o tema escolhido foi uma homenagem ao senhor, as rezas de proteção, de acalmar chuva de tudo que o senhor sabia que eu não corri atrás de aprender enquanto estava aqui, escrevo esses agradecimentos com os olhos cheios de lágrimas e com dor no peito de tanta saudade, espero que esteja feliz de onde estiver por essa homenagem.

Enfim, a todos que de forma direta ou indireta contribuíram com a minha pesquisa. Encerro aqui agradecendo toda família (MESPT) Mestrado Profissional Junto a Povos e Territórios Tradicionais, por todo acolhimento durante a jornada, confesso que, saio deste Mestrado com uma bagagem muito rica, muitas portas abriram e estou muito feliz por ter vencido essa grande jornada dentro de pouco tempo, nunca imaginei que dois anos passou tão rápido, saio com o coração esbanjando de muita alegria, satisfação e com o coração cheio de saudades de todos. Aos meus colegas deixo aqui minha total admiração e digo a vocês, são exemplos de companheiros, quero levar todos vocês para a vida, em especial a mana Josefa, deixo meus abraços fraternos de amizade, amor, carinho e cuidados

RESUMO

A dissertação investiga os saberes tradicionais das rezadeiras e benzedadeiras no Tinguizal, no território Kalunga e sua importância e contribuição para a educação escolar quilombola. As rezas, benzeduras, festas religiosas e tradições culturais Kalunga vão além do campo sagrado, pois assumem um papel pedagógico que constitui formas educativas que antecedem o campo escolar e transmitem valores e identidades. Numa abordagem etnográfica, a partir das entrevistas realizadas com os guardiões dos saberes Kalunga e professores, demonstra que esses saberes dentro do espaço escolar preservam a memória coletiva e fortalecem a identidade Kalunga. Portanto, reconhecer e incluir os saberes das benzedadeiras e rezadeiras no contexto escolar, é fundamental para a construção de uma educação quilombola que valorize a ancestralidade e reconheça a escola no Tinguizal, e demais comunidades no território Kalunga como espaço de resistência e afirmação cultural.

Palavras-chave: Saberes tradicionais. benzedadeiras. Educação. Tinguizal-Kalunga

ABSTRACT

This dissertation investigates the traditional knowledge of prayer women and healers in Tinguizal, in the Kalunga territory, and its importance and contribution to quilombola school education. Kalunga prayers, healings, religious festivals, and cultural traditions go beyond the sacred realm, as they take on a pedagogical role that constitutes educational forms that precede the school realm and transmit values and identities. Using an ethnographic approach, based on interviews with guardians of Kalunga knowledge and teachers, it demonstrates that this knowledge within the school environment preserves collective memory and strengthens Kalunga identity. Therefore, recognizing and including the knowledge of benzedadeiras and rezadeiras in the school context is fundamental for the construction of a quilombola education that values ancestry and recognizes the school in Tinguizal, and other communities in the Kalunga territory, as a space of resistance and cultural affirmation.

Keywords: Traditional knowledge. Benzedadeiras. Education. Tinguizal-Kalunga

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Beju com piaba frita (nosso tira jejum na infância)	10
Figura 2 – Casinha de pau e palha	13
Figura 3 – Roça (Período do plantio).....	14
Figura 4 - Mapa do Sítio Histórico Kalunga.....	22
Figura 5 - Território Quilombola Kalunga.....	23
Figura 6 - Cerca de pedras comunidade Quilombola Kalunga na fazenda Ursa	24
Figura 7- Vestígios deixados pelos escravizados na fazenda Ursa - Kalunga.....	24
Figura 8 - Maquete da comunidade Kalunga.....	28
Figura 9 - Córrego Basílio	29
Figura 10 - Córrego Alminha	30
Figura 11 - Frutos do Cerrado: Buriti	31
Figura 12 - Buriti: processo de preparação	31
Figura 13 –Festejos São Joao Sucuri- Projeto Itinerante	35
Figura 14 –Ações do Projeto tinerante.....	35
Figura 15 – Dança Boilé -Escola Municipal Sucuri	36
Figura 16 - Benzedeira: Brasilina Dos Santos Rosa (Tia Brarda, vósica, Mãe Brarda) 44	
Figura 17 - Benzedeira Anita Pereira.....	45
Figura 18 - Escola Tinguizal (Escolinha de palha).....	59
Figura 19: Atividades escolares na escolinha de palha	60
Figura 20- Estrutura atual da Escola Municipal Tinguizal - Extensão Kalunga II.....	62
Figura 21 - Projeto Ancestralidade Kalunga.....	68
Figura 22 – Registros do Projeto Ancestralidade Kalunga	70
Figura 23 - Quadro de entrevista - Guardiã (Brasilina dos Santos Rosa (Brarda, Vósica, Mãe Brarda)	72
Figura 24 - Entrevista – Guardiã (José da Silva Santos (Zezé).....	74
Figura 25 - Entrevista – Guardiã (Tia, Iáíá Procópio dos Santos Rosa).....	75
Figura 26 - Entrevista – Professora (Vanuza Pereira de Souza).....	84
Figura 27 - Entrevista – Prof. ^a Mestre (Lourdes Fernandes de Souza - Bia Kalunga).....	85
Figura 28 - Entrevista - Professora (Divânia Deltrude Moreira).....	87

SUMÁRIO

AUTOBIOGRAFIA (Relato de vida e vivências da autora).....	9
INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1: SÍTIO HISTÓRICO E PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL KALUNGA	21
1.1 Quilombo Kalunga	21
1.2 A Chegada de Mary Baiocchi ao Território Kalunga	25
1.3 Comunidade quilombola Tinguizal.....	26
1.3.1 Riquezas do Tinguizal.....	29
1.3.2 Acesso à saúde no Tinguizal	32
1.4 A luta pela preservação da cultura e identidade Kalunga	33
1.5 Saberes ancestrais e políticas públicas: rezadeiras kalunga como patrimônio cultural.....	37
CAPÍTULO 2: FALAS DAS GUARDIÃS E GUARDIÕES KALUNGA: DAS REZAS AOS BENZIMENTOS E SABERES ACERCA DA CULTURA KALUNGA. QUEM SÃO E O QUE PENSAM	43
2.1 Rezas, Benzedeiras, Raízes e Raízeiras, breve apresentação	45
2.2 As rezas Kalunga e sua simbologia e expressão de fé	48
2.3 Benzedeiras e raizeiras: saberes, significados e o uso das plantas medicinais	52
2.4 A educação no passado: entre a exclusão e a luta por reconhecimento	55
CAPÍTULO 3: EDUCAÇÃO NA COMUNIDADE KALUNGA TINGUIZAL: MEMÓRIA, RESISTÊNCIA E SABERES TRADICIONAIS	58
3.1 A memória da escola na comunidade Tinguizal – Kalunga.....	58
3.2 A Escola Municipal Kalunga do Tinguizal: Estrutura e Desafios Atuais	62
3.3 Análise da entrevista dos guardiões Kalunga: diálogo entre saberes e educação quilombola.....	71
3.4 Análise da entrevista: vozes docentes e a contribuição dos saberes tradicionais Kalunga para a educação escolar quilombola	84
3.5 Das vozes Kalunga às perspectivas da educação do campo	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96
APÊNDICES.....	103

AUTOBIOGRAFIA (Relato de vida e vivências da autora)

Sou Celuta dos Santos Rosa Moreira, vivo na Comunidade Quilombola Kalunga, território este, que possui uma superfície de 261.999 hectares, o maior quilombo do Brasil, foi declarado no ano de 1996 pelo Governo de Goiás como Sítio Histórico e Patrimônio Cultural. Nasci em 7 de junho de 1992, no Tinguizal, no território Kalunga, município de Monte Alegre de Goiás/GO, descendente de escravizados, filha de Alexandra dos Santos Rosa e neta de Laurindo dos Santos Rosa.

Desde que nasci vivia em uma pequena casa feita de enchimentos (paredes de madeira, taboca e barro e telhado de palha), com minha mãe, meu avô e meus irmãos. Ainda era bem pequena, dormia com medo de aparecer alguém e me cutucar pelos buracos da parede, como dormia com minha irmã na cama feita de forquilha e vara, sempre brigava para dormir na frente, para não ficar do lado da parede por medo.

No decorrer dos anos meu avô e minha mãe construíram uma casa melhor, feita de adobe e o telhado de palha, eu já ajudava minha mãe e meu avô a carregar as palhas, areia e pedras na cabeça, era momento de diversão, nunca deixava de acontecer as brigas de irmãos no meio do mato e quando minha mãe pegava o cipó de miroró¹, a meninada parava de brigar e corria.

O Tinguizal é um lugar muito rico em água, desde a minha infância vivo cercada de água, o córrego Alminha passa a menos de 500 metros do quintal de casa, e a Grotinha, onde a família realizava suas necessidades. Suas águas eram naturais e cristalinas, quando olhávamos no fundo da água, já enxergávamos os lambaris (peixes pequenos).

De modo geral, a minha infância embora sofrida, tinha um significado diferente, porque para nós, a relação com a natureza nos permitia uma liberdade segura, longe das diversas situações de preconceitos que infelizmente ainda são práticas comuns. Ao sair deste lugar de pertencimento, compreendi que fora dele, nos espaços urbanos, minha vida não seria fácil, mas permaneci forte e encorajada a caminhar em busca de melhores perspectivas de vida.

Quando ia na Grotinha lavar as louças e pegar água já fazíamos o caco (armadilhas feitas de garrafas pet) para pegar piabas e comer frita com arroz, havia dias que só tínhamos o arroz puro, junto com minha irmã pescávamos de anzol no Alminha, quando não conseguíamos pegar o peixe (corró) no anzol, cercava até entrar na loca (debaixo da pedra) afundávamos na água e pegava o peixe na mão.

¹ Miroró é uma planta de pequeno porte com galhos finos.

Figura 1- beju com piaba frita (nosso tira jejum na infância)



Fonte: Moreira (2023)

Certo dia após a nossa pescaria, a minha irmã machucou o pé, não sabíamos o que teria acontecido e quando fui ao córrego com meus primos vi uma cobra debaixo da mesma pedra que enfiamos a mão para pegar o corró, corri e fui avisar minha mãe todo acontecido. Imediatamente minha mãe me mandou atrás do tio Patu, para realizar o benzimento de bicho ruim (Cobra), mas quando o tio Patu benzeu, já disse que ela não estava ofendida de bicho ruim, mas sim era a carne do pé que estava machucada.

Aos 6 anos, iniciei minha alfabetização, em uma escola pública da zona rural numa escola municipal de Monte Alegre de Goiás, Escola Municipal Tinguizal, feita de pau a pique e assentos de madeira, construída por meio de mutirão dos pais da comunidade. Ir para a escola era uma grande diversão, quando chegava na hora do lanche sempre queríamos repetir, a merendeira sempre deixava raspar o taxa na beira do córrego Saco, as meninas corriam para beira do córrego e todo mundo queria raspar um pouquinho. Como não existia tecnologia (celulares, computadores ou televisão), nossas brincadeiras eram jogar vôlei, pique pega e futebol com bola de saco.

Na hora de ir embora, sempre tinham brigas nas estradas, nossas mães já sabiam que estávamos chegando, pois ouvia nossos gritos vindo de cima da Serra. E no percurso,

na época do pequi e caju, sempre colhíamos na estrada, quando uma via o caju primeiro e o outro pegasse, era motivo de brigas. O mais interessante é que na minha infância não existia relógio, a gente olhava o sol e nossas mães diziam que já estava no momento de ir para a escola. A unidade escolar ofertava somente do 1º ao 5º do Ensino Fundamental; as crianças menores estudavam pela manhã e os maiores no período da tarde. As crianças iam com vontade de estudar, todos estudavam as mesmas atividades, na época da colheita estudávamos e ajudávamos também na roça e era nela que fazíamos nossas tarefas e liamos as cartilhas.

Aos 10 anos de idade, mudei para a cidade de Monte Alegre, para que alcançasse meus objetivos educacionais, foi um momento de grande aprendizado e crescimento pessoal, conquista muito valiosa, uma tomada de decisão muito difícil, que veio acompanhada de consequências emocionais como saudades, solidão e a sensação de estar longe de quem amamos. Fui morar em casa de uma família, após um ano não deu certo, então fui morar na casa de outros amigos da minha mãe e lá só fiquei 6 meses, pois queriam me manter presa em casa.

Na época fui sorteada na escola para fazer aula de computação, vinda de um local que não conhecia nada disso, para mim era tudo novo e o pessoal com quem eu morava não queria me deixar sair para ir ao curso. Fui várias vezes escondida deles, mas fui logo descoberta, não pude ir mais e acabei por perder o curso. Chorei bastante, morei com eles só 6 meses e fui morar com uma outra amiga da minha mãe, cuidava de uma criança de 1 ano e 7 meses sem receber dinheiro algum, em troca ganhava moradia e estudar, minha mãe na época deixava o cartão da Renda Cidadã² para ajudar nas minhas despesas, pois, eu morava de favor na casa da amiga dela, mesmo deixando o cartão da renda cidadã não era o suficiente, com isso ela fabricava farinha para vender nos comércios e assim, conseguir comprar roupas e materiais escolares.

No decorrer dos anos, a filha da amiga da minha mãe ficou grávida novamente. Dos 10 aos 14 anos, eu fiquei cuidando de duas crianças, ficava a maior parte do tempo sozinha com eles e com o tio das crianças. Pessoa essa que não se comunicava comigo, não entendia o porquê, sofri abusos sexuais e humilhação por morar de favor, mas nenhum momento pensei em desistir. Pois, o meu foco maior era concluir o Ensino Médio, pois deixei minha família para trás e não podia desistir. Me deparei com pessoas preconceituosas devido a ser negra e de comunidade quilombola, chorava bastante pela

² Programa de transferência de renda a famílias carentes do governo do estado de Goiás.

falta dos meus familiares e pela rejeição que sofria, que é algo extremamente doloroso, admiro muito a minha capacidade intelectual de poder estudar e melhorar a minha qualidade de vida, mesmo diante de tantos desafios, tive determinação e coragem. Tudo isso fez com que aumentasse a minha inspiração para ir em busca do meu crescimento pessoal e intelectual.

Ao chegar à cidade de Monte Alegre, foi um momento desafiador, no primeiro dia mal dormi à noite por medo de não ser bem recepcionada na escola nova e do contexto totalmente diferente do meu. Cheguei na escola e já percebi olhares preconceituosos, me sentei no fundo da sala, logo a professora perguntou o meu nome, quando falei foi motivo da classe toda sorrir, coloquei a mão no rosto e abaixei a cabeça na carteira, o outro dia já recebi diversos apelidos, me chamavam de celular por causa do meu nome e de lambu (associação ao pássaro Nhambu do cerrado) por ter os cabelos curtos.

Essas agressões me afetaram drasticamente, sempre usei tranças ou mega hair por não me sentir bem devido ao preconceito que sofri na escola, era ainda uma criança sem saber se defender daquelas pessoas maldosas. Naquela época tínhamos vergonha de dizer que éramos quilombolas Kalunga, pois todos sorriam e se sentiam melhor que nós porque kalungueiros, eram denominados de “pretos fedorentos e dos pés rachados”.

Os casos de preconceito eram bastante comuns na realidade das meninas e dos meninos que se deslocavam do campo para a cidade, sendo assim, a Nilca Fernandes dos Santos, mulher negra, quilombola Kalunga, mãe, agricultora, professora, mestra pelo Programa de Pós-graduação Mestrado em Sustentabilidade Juntos a Povos e Territórios Tradicionais-MESPT/UNB), menciona na sua história de vida,

Nessa cidade [Cavalcante/GO], enfrentei muitos desafios, principalmente o desafio de ser negra e vir de uma comunidade que naquela época poucos conheciam ou já tinham ouvido falar. Uma comunidade com um modo de vida ainda estranho para muita gente, um falar diferente dos demais, um andar, um vestir, e até no jeito de pensar. Isso assustava as pessoas por onde eu andava fazendo com que ocasionasse muito sofrimento em mim pelo modo como elas me olhavam e me tratavam com ar de rejeição. Chorei muitas vezes durante as noites quando colocava a cabeça sobre o travesseiro. Meu mundo caiu, ali eu estava um peixe fora d'água. As belezas que antes eu via passou a ser meu pesadelo, não tinha mais alegria, minha ingenuidade foi quebrada! Eu era muito jovem e não entendia o motivo de tanto desprezo por uma pessoa que não tinha feito a meu ver, nada. (Santos, 2023, p.15).

Nas férias escolares tinha a oportunidade de ficar com a minha família e os dias passavam muito rápido, durante esse período ajudava minha mãe e meu avô na roça. Nos

momentos de lazer brincava de casinha com minhas irmãs e primas, feitas por nós de pau e palhas, fazíamos o fogão de forquilha, adobe e barro, para brincar de comidinhas, os alimentos pegávamos escondidos nas dispensas de nossos pais. Eram momentos de muitas aventuras, por quão difícil era, meu sonho quando pequena era ter uma boneca, e como não tinha condições financeiras, brincávamos com as espigas de milho, escolhia as que tinham os cabelos mais bonitos.

Figura 2 – Casinha de pau e palha



Fonte: Moreira (2023)

A minha maior diversão todos os dias ao meio-dia, após a aula, era encontrar os primos debaixo dos pés de Sambaíba para quebrar cocos. No decorrer do tempo em que eu, minhas irmãs e primas fomos para a cidade estudar, paramos de ir e parece até que os pés de Sambaíba sentiram falta das nossas visitas diariamente, secaram e morreram.

Quando passo no local, me traz boas recordações. Diariamente descíamos para tomar banho no córrego Alminha, lá pulávamos e gritávamos de alegria, enquanto isso o arroz estava secando no girau, para que após o banho ter que ir para casa socar o arroz no pilão.

No período da roça, ajudava minha mãe e meu avô a limpar as terras com enxada, pegava o cisco com ciscador, fazia as coivaras e queimava. Após o processo de preparação do solo, dava-se o início aos plantios de arroz, milho, feijão, fava e andu, e nisto, tinha que vigiar para que as aves chamadas de bico-chato não arrancassem.

Quando o plantio crescia, limpava a terra mais duas vezes e quando o arroz paria

(soltar os cachos), tinha que vigiar para que as Maria vadia (pássaro), não cortassem os cachos. Quando os milhos estavam com espigas, apareciam visitas inusitadas dos macacos que vinham das serras, e como sempre, eu e a minha irmã corriam de medo, e enquanto isso, os pássaros e os macacos tomavam conta da roça, e quando meu avô chegava, via os estragos nos milhos e arroz, a briga já estava pronta.

Figura 3 – Roça (Período do plantio)



Fonte: Moreira (2023)

Assim que completei meus 14 anos, iniciei minha jornada de trabalho remunerado, mesmo sendo pouco, não estava mais trabalhando apenas pela comida e moradia, mas isso não me redimia do meu trabalho na casa onde morava, mesmo trabalhando na lanchonete onde eu fazia de tudo um pouco para ganhar R\$ 150,00 mensais, vi que era minha chance de ter o meu próprio dinheiro. Mostrei o meu potencial aos meus patrões para que gostassem de mim e não me mandassem embora, conquistei a confiança deles e não se arrependeram.

Com o decorrer do tempo a minha patroa foi diagnosticada com câncer e chegou um momento que disse que não poderia mais pagar o meu salário, porque tinha muitos gastos com viagens e medicamentos, acabou fechando as portas do estabelecimento e como eu era uma funcionária muito dedicada, me indicou para trabalhar na lanchonete de um supermercado, aonde o salário foi ainda melhor. Tive 30 dias de experiência no qual

dei o meu máximo, pois aquela vaga de emprego teria que ser minha a todo custo. A minha nova patroa ficou surpreendida com o meu esforço e dedicação. A minha ex-patroa me apoiou bastante, choramos com nossa despedida e caso eu precisasse, as portas estariam abertas, patroas essas, que carrego no meu coração.

Em 2009, com meus 15 anos, conheci meu esposo, com quem tenho duas lindas filhas, sempre me apoiou em tudo, contei-lhe o que passei, as violências e abusos na casa onde morava e na comunidade, ele ficou horrorizado, no momento me prestou solidariedade. Ele trabalhava em fazendas e só ficava em casa nos finais de semana. Depois de um tempo ele me fez o convite de morar na casa dele até terminar o Ensino Médio. Depois eu tomaria a decisão do que seria melhor para o meu futuro, não me impediria de seguir o meu destino, essa oportunidade foi uma forma de ter um lar seguro e sair daquele sofrimento, não pensei duas vezes e fui embora morar na casa dele e só nos encontrávamos aos finais de semana.

Terminei o Ensino Médio em 2012, mesmo sem ter uma graduação consegui uma vaga de emprego na comunidade São Pedro, como professora, mas sempre responsável e buscando ajuda com os professores veteranos, pois não tive nenhuma formação para pleitear o cargo e não podia brincar de dar aulas. Pois, como ninguém, eu sabia que a educação transformaria a vida daquelas crianças como estava transformando a minha, sendo assim, tive que abandonar o meu emprego na lanchonete, não dava para continuar, pedi para sair, pois começava uma nova jornada em minha vida.

Iniciei minha jornada de professora na comunidade quilombola Fazenda São Pedro, apenas com o título de Ensino Médio, lugar de difícil acesso. Neste mesmo ano fui aprovada no curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) Campus Planaltina Distrito Federal-Universidade de Brasília, curso bastante interessante para nós das comunidades quilombolas, tínhamos professores excelentes que nos acolheram bem. Mas também durante essa jornada enfrentamos racismo dentro da Universidade, alguns estudantes nos xingavam e até mesmo nos ameaçavam dentro do Campus. O curso contribuiu muito com meu crescimento profissional e pessoal, a partir dele pude valorizar a minha realidade, percebi que todo ser tem sua cultura, sua variedade linguística, enfim, seus saberes e fazeres que precisam ser valorizados, respeitados e preservados, e o nosso Kalunga não é diferente.

No final do curso fiquei grávida da minha primeira filha, tive medo de não conseguir concluir, busquei ver a chegada da minha filha com incentivo e não um empecilho, naquele momento enfrentei dupla responsabilidade, de ser mãe e uma

estudante comprometida, enfrentando todos os obstáculos para conseguir concluir a graduação. Fiz estágios na comunidade com quase 8 meses de gestação viajando no pau de arara (caminhão que fazia o transporte de pessoas). No ano de 2015, defendi o meu TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) e com o privilégio de ter o meu maior incentivo, a minha filha me assistiu.

Com a conclusão da minha graduação, facilitou o meu retorno à Unidade Escolar da Comunidade, retornei às salas de aula, não apenas como professora, mas também como exemplo de inspiração e conhecimento, e me senti preparada para estar à frente de uma sala de aula. Passei a exercer a função de professora regente na Escola Estadual Kalunga II – sede Riachão, o atual Colégio Estadual Quilombola Salustiano Pereira das Virgens, em homenagem ao senhor Salú (Grande rezador e Esposo falecido da Doutora Honoris Causa Procópia dos Santos Rosa, morador do povoado Riachão), na qual atuei como estagiária, mesmo com a minha filha com 6 meses de vida, trabalhei os três períodos, sem reclamar, estava muito feliz por ter retornado.

Após um ano, fiquei grávida da minha segunda filha, Sarah, meu mundo desmoronou, chorei bastante pois foi uma gravidez não desejada, ainda estava amamentando a primeira filha. Pedi a Deus, sabedoria e amparo, como o espaço do alojamento dos professores era pequeno, pedi à Diretora que me transferisse para o Tinguizal, lá teria o apoio da minha mãe e avô, continuei trabalhando com minhas duas filhas que sempre vejo como algo que estimula a buscar o meu melhor.

Trabalhei 10 anos como professora, sou graduada na área de Ciências da Natureza e Matemática, área de conhecimento que escolhi pelo fato de amar e ter maior afinidade. Sempre fui uma menina sonhadora, sabia que mesmo concluído a graduação não podia parar e sim dar continuidade, buscar aprimorar meus conhecimentos valorizando a minha história de vida, meu povo e os nossos conhecimentos tradicionais e ancestrais.

Algumas vezes ouvia alguns colegas da comunidade falarem do MESPT (Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais) da Universidade de Brasília/Câmpus Darcy Ribeiro, isso despertou meu interesse e escolhi um tema que tinha pouco a ver comigo, até passei em uma das etapas, mas não consegui ir até o final. No ano de 2022, conheci a coordenadora do curso, Cristiane Portela, que me falou bastante do curso e, com isso, busquei um tema relevante que tivesse tudo a ver com minha realidade. Pensei em falar sobre o meu avô, um grande exemplo de pessoa que era um grande rezador e benzedor, e com isso consegui ser aprovada, fiquei muito feliz, mas não imaginava que viria uma grande batalha e desafios pela frente. Iniciei o

curso, e logo veio a notícia devastadora: a morte do meu avô. Fiquei sem chão, convivo com a saudade diariamente, pois ele foi minha inspiração para aquele projeto, e em homenagem a ele, sigo firme na caminhada, de onde estiver, olhará por mim.

Durante alguns meses consegui conciliar com meu trabalho, mas após alguns meses tive a triste notícia de que a secretária de Educação da escola estadual não autorizava a minha saída da unidade escolar. Procurei a mesma para tentar uma condição na qual permitisse a minha saída, sem sucesso. Vale salientar que para cursar o Mestrado fui obrigada a me desvincular como professora, uma vez que a Secretaria de Educação não aceitou que me ausentasse. Vivi uma grande retrospectiva, pois havia passado pela mesma situação em 2013, não queria renunciar ao meu emprego, pois sem o trabalho seria difícil me manter na Universidade e ainda com duas filhas. Mesmo com tantas preocupações e incertezas de como seria, deixei o trabalho e enfrentei todos os desafios e continuei no curso. Nos primeiros meses foi muito difícil, mas depois de algum tempo fui contemplada com o auxílio da universidade que me ajudou bastante.

O Mestrado foi algo extraordinário na minha vida, costumo dizer que, uma porta se fechou para mim, várias outras abriram e serei eternamente grata, pois os reconhecimentos surtiram efeitos. Fui convidada pelo prefeito da Cidade de Monte Alegre/GO, administração 2021/2024, para realizar a gestão escolar, grande conquista para a comunidade. Foi o primeiro prefeito a colocar um Quilombola na gestão escolar das Escolas Municipais, depositou-me a confiança, reconheceu mesmo sendo de comunidade quilombola que tenho potencial para representar as 9 Escolas Quilombolas e 1 Escola de Campo não quilombola, na qual serei eternamente grata pela oportunidade e confiança depositada.

O MESPT tem me trazido recompensas incríveis que jamais posso deixar de mencionar, me trouxe grande transformação intelectual, enfrentamento do medo de me expressar, que é um passo muito importante e positivo na minha vida, crescimento notável na minha autoconfiança. Confesso que têm surgido grandes oportunidades na minha vida profissional, cursos que valorizam os povos de comunidades tradicionais, permitem aprimorar e aprofundar nossos conhecimentos, com isso valorizam a nossa história, permitem e incentivam realizar trabalhos impactantes de forma positiva nas comunidades. Hoje já faço palestras em escolas da cidade, grande passo para quem tinha medo de se expressar, por consequências de preconceito vivido por parte de pessoas maldosas.

Por fim, sou assim,
Celuta de ser,
De afazeres e fazeres.

E posso ser pássaro,
Animal feroz,
Correnteza dos rios,
Pedra a rolar das serras.

Sou mulher negra,
quilombola Kalunga,
me fiz força motriz de mim mesma.

Embora prevaleça o medo,
recorro a coragem,
deixo a minha voz ecoar,
de forma que possam me ouvir,
reescrevendo minha história,
honrando meus ancestrais.

Me fazendo cor,
som,
movimentos e sentimentos,
creio firmemente,
na cultura da gente.

Celuta dos Santos Rosa Moreira

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como foco a análise dos saberes tradicionais Kalunga, em especial das rezadeiras e benzedadeiras, e suas contribuições para a educação escolar quilombola. O tema manifesta-se a partir de uma trajetória de vida marcada pela ancestralidade, pelo pertencimento e pelo compromisso com a preservação cultural. A comunidade Kalunga, reconhecida como o maior território quilombola do Brasil, localizada entre os municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás e sudeste do Estado do Tocantins, carrega uma história de luta, resistência e transmissão de memórias que se renovam a cada geração.

As rezas, benzeduras, práticas de cura e festas religiosas, longe de se restringirem ao campo do sagrado, assumem também um papel pedagógico e social. Esses saberes constituem-se como formas de educação que antecedem a escola, transmitindo valores, identidades e modos de vida. Contudo, no processo de escolarização, observa-se que tais práticas são, muitas vezes, invisibilizadas pelos currículos oficiais e pelas políticas públicas, que tendem a privilegiar modelos externos, descontextualizados da realidade quilombola.

O problema central desta pesquisa está relacionado à necessidade de compreender como os saberes tradicionais Kalunga dialogam com a educação escolar, contribuindo para a construção de um currículo intercultural e de uma prática pedagógica contextualizada, assim, como os saberes das rezadeiras e benzedadeiras Kalunga, em diálogo com a prática docente, contribuem para o fortalecimento da identidade, da memória e da educação escolar quilombola?

O objetivo geral é analisar a presença e a relevância dos saberes tradicionais no processo educativo Kalunga, investigando como professoras e rezadeiras articulam práticas pedagógicas e culturais no cotidiano escolar. Nesta perspectiva, esta dissertação busca registrar as práticas das rezadeiras e benzedadeiras como patrimônio cultural e pedagógico, compreender de que maneira as professoras da comunidade inserem esses saberes no planejamento e no currículo escolar, identificar os principais desafios e possibilidades que se apresentam para a valorização da ancestralidade no espaço escolar e, por fim, refletir sobre as perspectivas da Educação do Campo a partir da experiência Kalunga.

A pesquisa insere-se no campo da Educação do Campo e da Educação Quilombola, dialogando com autores que defendem a valorização dos saberes tradicionais

e das práticas comunitárias, como Silva (2017), Bernardes e Leite (2016), Santana (2021) e a própria Base Nacional Comum Curricular, Brasil (2018), sustentando também na perspectiva da ecologia dos saberes (Santos, 2010), que propõe um diálogo entre diferentes formas de conhecimento.

Nesse sentido, a presente pesquisa dialoga diretamente com os pressupostos da Educação do Campo, compreendida como uma proposta educativa comprometida com os sujeitos do campo, seus territórios, modos de vida, saberes e lutas históricas. A Educação do Campo defende uma escola vinculada à realidade social, cultural e produtiva das comunidades, reconhecendo que o processo educativo não se limita ao espaço físico escolar, mas se constrói nas relações comunitárias, na oralidade, no trabalho, na espiritualidade e nas práticas culturais.

Ao articular os saberes tradicionais Kalunga com a educação escolar, esta dissertação reafirma a importância de uma prática pedagógica contextualizada, que valorize a ancestralidade, a identidade quilombola e o território como princípios formativos fundamentais. Conforme Caldart (2004), a Educação do Campo afirma o direito dos povos do campo a uma educação que considere suas especificidades e valorize seus saberes, rompendo com modelos escolares homogêneos e descontextualizados.

As entrevistas realizadas com 3 rezadeiras e 3 professoras da comunidade constituem o núcleo da investigação, manifestando vozes que reafirmam a escola Kalunga como espaço de resistência cultural e política, evidenciando que a educação, nesse contexto, é também instrumento de luta, reconhecimento e emancipação.

Dessa forma, a dissertação contribui não apenas para o debate acadêmico, mas para a valorização e o fortalecimento das práticas educativas quilombolas, reafirmando o papel das comunidades tradicionais na construção de uma sociedade mais plural, justa e democrática.

CAPÍTULO 1: SÍTIO HISTÓRICO E PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL KALUNGA

Este capítulo tem como objetivo apresentar o território Kalunga a partir de sua constituição histórica, social e cultural, compreendendo-o como sítio histórico e patrimônio cultural de relevância nacional. A abordagem privilegia a trajetória de resistência do povo Kalunga, destacando os processos de ocupação do território, a construção de identidades coletivas e a preservação de práticas culturais que se mantêm vivas por meio da oralidade, da memória e das relações comunitárias.

Ao discutir o patrimônio histórico e cultural Kalunga, o capítulo evidencia que o território ultrapassa a dimensão geográfica, configurando-se como espaço de produção de saberes, de fortalecimento da ancestralidade e de transmissão de valores culturais entre gerações. As manifestações culturais, os modos de vida, as práticas religiosas e as formas tradicionais de organização social são compreendidos como expressões de um patrimônio que se constrói cotidianamente, articulando passado e presente.

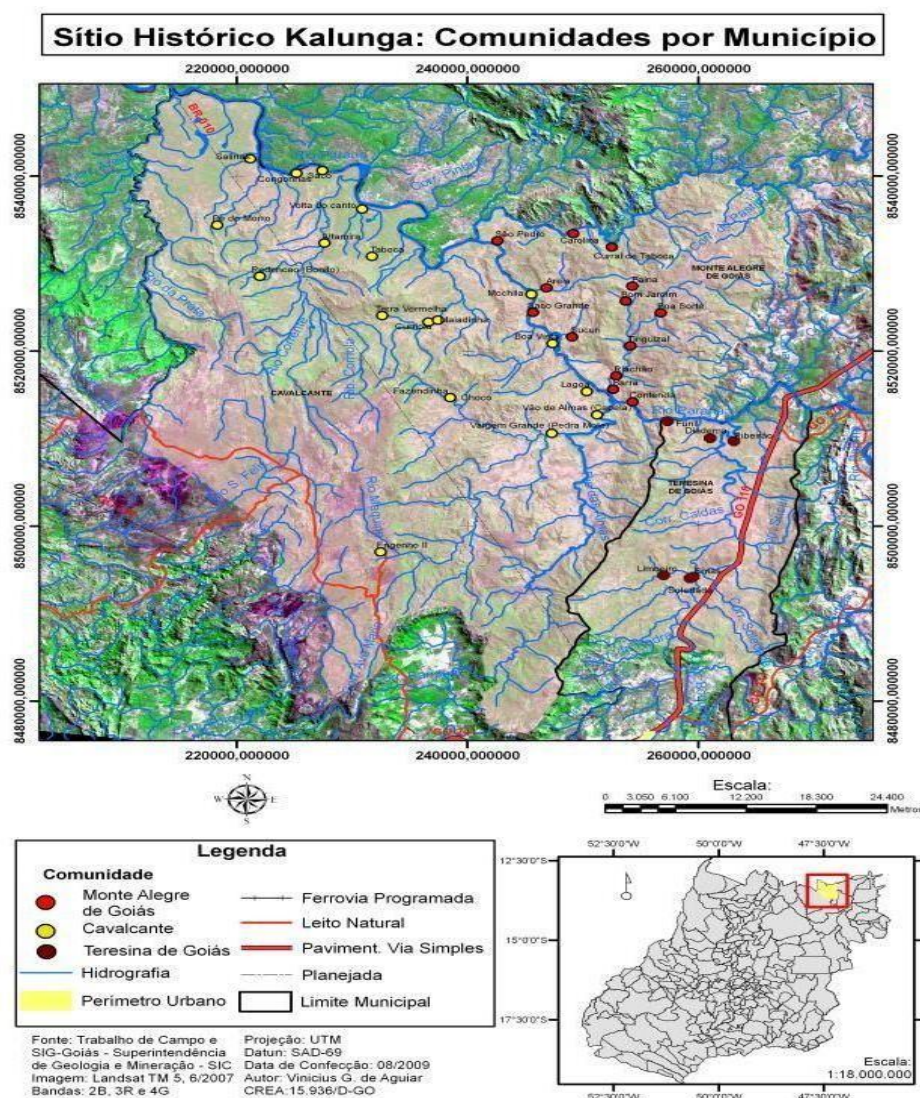
Nessa perspectiva, o capítulo dialoga com os princípios da Educação Quilombola e da Educação do Campo, ao reconhecer o território como elemento estruturante dos processos educativos e formativos. Compreender o sítio histórico Kalunga como patrimônio cultural significa, portanto, reconhecer sua centralidade na construção da identidade quilombola e na fundamentação de práticas educativas contextualizadas, que valorizam a memória, a cultura e a resistência do povo Kalunga.

1.1 Quilombo Kalunga

A história da comunidade quilombola Kalunga insere-se no contexto da escravidão durante o período colonial e imperial brasileiro, caracterizado pela exploração do trabalho compulsório de africanos submetidos ao regime escravocrata. Os Kalunga são descendentes principalmente de grupos que escaparam das regiões de mineração de ouro em Goiás, formando um dos maiores quilombos do Brasil e constituindo-se como um relevante símbolo de resistência (Oliveira, 2001).

A ocupação de áreas de difícil acesso do Cerrado goiano foi não apenas uma estratégia de sobrevivência, mas também uma afirmação de autonomia frente à violência estrutural do Estado colonial, desafiando o mito da democracia racial e da cordialidade brasileira, que excluía as populações negras e indígenas do projeto de cidadania nacional (Oliveira, 2001, p. 24-29; 67-73).

Figura 4 - Mapa do Sítio Histórico Kalunga

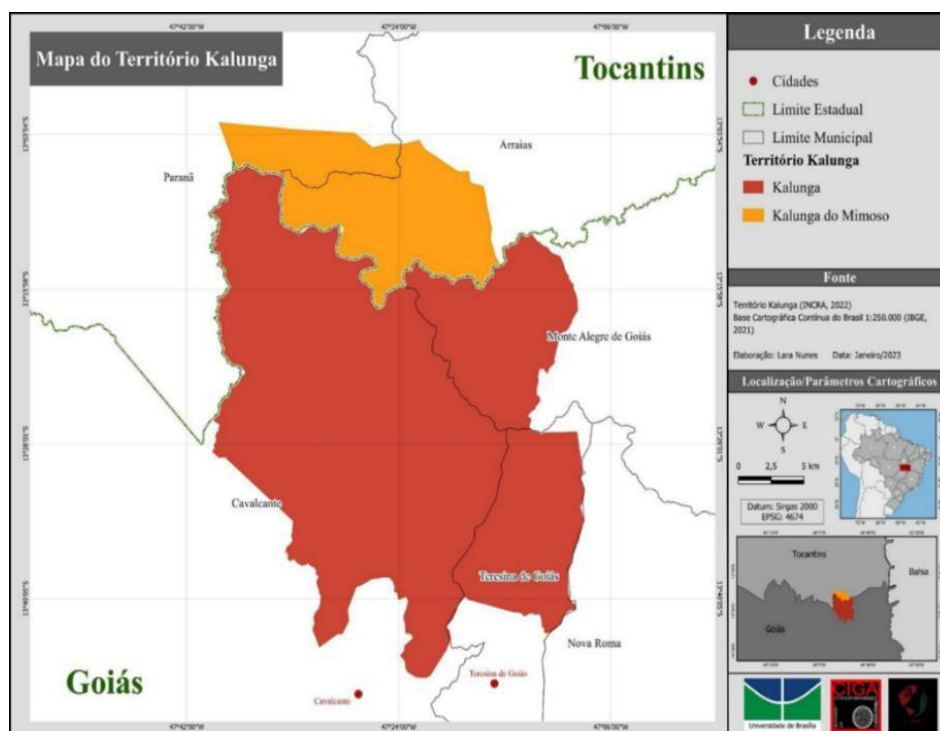


Fonte: <https://sites.pucgoias.edu.br/extensao/idf/biblioteca-kalunga/>. Acesso em: 27-fev-2024.

Localizado no Nordeste Goiano, o território Kalunga compreende os municípios de Monte Alegre de Goiás, Teresina de Goiás, Cavalcante e sudeste do Estado do Tocantins³. O patrimônio histórico-cultural Kalunga abarca tradições culturais, práticas religiosas, técnicas agrícolas ancestrais, arquitetura vernacular, artefatos materiais e narrativas orais, expressando uma profunda simbiose com o ambiente natural. Todavia, o território enfrenta constantes ameaças, como o desmatamento, a exploração extrativista e a exclusão socioeconômica.

³ A comunidade Kalunga do Mimoso foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares em 12 de setembro de 2005. Em 16 de dezembro de 2010, o Governo Federal decretou a criação do Território Quilombola Kalunga do Mimoso com área de 57.465 ha (cinquenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e cinco hectares) distribuídos nos municípios de Arraias e Paranã. REFERÊNCIA: KHIDIR, Kaled Sulaiman Práticas Socioculturais Quilombolas para o Ensino de Matemática: mobilizações de saberes entre Comunidade e Escola / Kaled Sulaiman Khidir. – 2018.

Figura 5 - Território Quilombola Kalunga



Fonte: Nunes (2023, p.33)

O termo Kalunga, de origem Banto (língua da África central), significa "lugar sagrado", de proteção, nome mais do que propício para uma terra que abrigou, protegeu e possibilitou a preservação da cultura de um povo, que contribuiu imensuravelmente para o nosso País, refletindo a função de refúgio e preservação cultural desse território (Baiocchi, 2006).

Essa resistência cultural desafia a apropriação eurocêntrica da história, tema central de Goody (2006) em seu livro "O Roubo da História", que critica a narrativa ocidental que invisibiliza contribuições de sociedades não europeias, como a africana. A noção de Kalunga resgata uma epistemologia Banto, sublinhando que a história quilombola é um dos eixos centrais na construção da identidade brasileira, contra o 'roubo' denunciado por Goody.

Logo na chegada da comunidade Quilombola Kalunga na fazenda Ursa, podem ver vestígios deixados pelos escravizados, cerca de pedra, para quem ver sabe que ali há registros de grandes sofrimentos e lutas. Ao observar, vêm diversos questionamentos: para que foi construído? Foi por ordem alguém? Daí vêm grandes incertezas e pensamentos em que eles poderiam ter construído para demarcação de terras, colocaram

em prática aquilo que aprenderam nas terras dos senhores brancos apanhando, de certa forma usando seus conhecimentos nas quais faziam sem retorno nenhum e ainda as custas de surras.

Figura 6 - Cerca de pedras comunidade Quilombola Kalunga na fazenda Ursa



Fonte: Moreira (2025).

Figura 7- Vestígios deixados pelos escravizados na fazenda Ursa - Kalunga



Fonte: Moreira (2025).

A salvaguarda do patrimônio histórico-cultural Kalunga exige o reconhecimento do valor social, histórico e ambiental de suas comunidades. A garantia da titulação das

terras, o fortalecimento da educação intercultural, o respeito aos modos de vida tradicionais e o estímulo à autonomia comunitária constituem pilares fundamentais para a perpetuação das heranças históricas que moldam a diversidade e a identidade nacional brasileira.

1.2 A Chegada de Mary Baiocchi ao Território Kalunga

De acordo com o relato oral de José dos Santos (Zezé), por volta da década de 1980, o então governador de Goiás, Íris Rezende, enviou à comunidade Kalunga uma pesquisadora branca chamada Mary Baiocchi, com o objetivo de estudar aquele grupo étnico, que, segundo descrições estereotipadas da época, era caracterizado por aspectos físicos e linguísticos considerados “diferentes”.

A chegada de Baiocchi gerou desconfiança entre os moradores, que, à época, desconheciam os reais motivos de sua presença. Inicialmente rejeitada, sua entrada no território foi gradualmente aceita a partir da aproximação com lideranças locais como Laurindo dos Santos Rosa, Prócopia dos Santos Rosa, Santana da Silva e Albertino dos Santos, cuja mediação foi essencial para a quebra de resistência da comunidade frente à presença externa.

Com o tempo, Baiocchi passou a compreender as necessidades emergenciais da população e assumiu um papel de articuladora entre os Kalunga e o poder público. Em resposta a ameaças de grilagem nas terras do Tinguizal, local de cultivo das roças comunitárias, levou a denúncia ao governador, o qual enviou um agrimensor para demarcar legalmente as terras. Cada morador, no Tinguizal, passou então a ter garantido o direito a 7,5 alqueires de terra, fortalecendo o vínculo territorial e a segurança jurídica do grupo.

Zezé também relata que Baiocchi viabilizou, junto ao Estado, ações voltadas à cidadania básica, como o transporte de moradores para Goiânia para a emissão de certidões de nascimento, muitas delas feitas tardiamente, em razão das dificuldades de acesso às políticas públicas. Famílias inteiras regularizaram sua situação civil, permitindo avanços na documentação de crianças e adultos que até então não existiam oficialmente para o Estado. Ainda segundo o relato, a atuação da pesquisadora também foi decisiva na fundação das primeiras instituições de ensino nas comunidades Kalunga, como as escolas do Riachão e do Sucuiú (Sucuri), atendendo à demanda da população por acesso à educação formal.

Entretanto, sua trajetória é marcada por ambivalências. Parte da comunidade acredita que Baiocchi obteve ganhos pessoais e acadêmicos significativos ao escrever sobre os Kalunga, sem que houvesse uma contrapartida condizente à relevância da colaboração. Apesar disso, reconhecem que ela foi instrumental para a conquista de benefícios urgentes em um momento de extrema vulnerabilidade. Alguns moradores chegaram a afirmar erroneamente que Baiocchi “descobriu o Kalunga”, narrativa que os próprios Kalunga contestam, reafirmando sua existência ancestral e a centralidade de suas próprias lideranças na construção de sua história.

Mary Baiocchi, embora não tenha sido autora da “descoberta”, contribuiu com ações de mediação entre os saberes locais e as estruturas formais do Estado, construindo registros documentais e obras pautadas na vivência dos Kalunga. A devolutiva recebida pela comunidade, restrita à doação de alguns exemplares dos livros, é vista por muitos como insuficiente frente ao legado produzido.

1.3 Comunidade quilombola Tinguizal

A comunidade Tinguizal, localizada na antiga Fazenda Tinguizal, está situada no território quilombola Kalunga, cerca de 73 km da cidade de Monte Alegre, Goiás. Residem 78 famílias que sobrevivem do que plantam nas roças, como exemplos temos: o arroz, a abobora, o gergelim, o milho e a mandioca que é utilizada para a produção da farinha que serve como alimento ou mesmo para vender e comprar outros complementos.

O acesso ao povoado do Tinguizal se dá pela Rodovia Estadual GO-118. Saindo de carro da sede do município de Monte Alegre, sentido Terezina de Goiás, percorre cerca de 35 km pela rodovia asfaltada GO-118. Após essa quilometragem, entra numa estrada de chão, são mais 42 km até chegar ao Tinguizal. Como relatado por Moreira (2015), “a estrada é de chão e são os caminhões e caminhonetes que transportam as pessoas” (p. 20). No entanto, o caminho até a comunidade é desafiador:

O território⁴ possui muitas serras com lugares perigosos – cerca de 3

⁴Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreo-territor (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam aliados da terra, ou no ‘territorium’ são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva ‘apropriação’. Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Disponível em: HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A. e

km só de subida – onde os motoristas só deixam as compras dos moradores em cima dos caminhões, levando essas a subirem a pé, inclusive mulheres com crianças e às vezes também pessoas idosas (Moreira, 2015, p. 20).

Na constituição histórica da comunidade Tinguizal Kalunga, é fundamental considerar os relatos dos moradores locais, colhidos durante entrevistas realizadas na pesquisa. O senhor José dos Santos (69 anos) compartilhou histórias do tempo da escravidão, explicando que os maus-tratos constantes levavam as pessoas a se rebelarem e buscarem refúgio nas matas, em locais de difícil acesso. Segundo ele:

Mermo escondeno atrás daques buquerão de serra, continuava sofrendo preseguição pelo revoltoso (grupo de pessoas que andavam judiando dos moradores), andavam a maloca (grupo de muitas pessoas), arranchavam nas casas, matava tudo que achava de criação nas casas, os moradores com medo fugia para de cima dos morro, praquê se os revoltosos pegavam, judiavam muito, era pura crueldade, caso pegasse alguém em casa, além de bater, era obrigado a fazer cumê para aquele grupo de pessoas, faziam de tudo e panhando, tinham casos que eles ficavam era semanas, enquanto tivesse comida ali estavam. Quando eles achavam um cavalo carregava e quando chegavam em outros lugares já abandonavam praquê estavam fracos e pegavam de outras pessoas e assim seguiam em busca de novas vítimas. (José dos Santos, entrevista oral, 11/01/2025).

Outro relato marcante é de Zezé, que compartilhou a história de Domingos Padre, um homem que, segundo ele, os revoltosos nunca conseguiram capturar. Zezé conta:

Só teve um que eles num venceu não, era um senhor por nome Domingos Padre. O homem era sabido demais! Quando voltou pra casa depois de uns dias escondido na serra, foi buscar umas coisa pra cumê. Foi avistado por um dos revoltoso. O outro correu avisar o resto do grupo. O senhor Domingos Padre entrou correndo no mato, mas ele sabia reza de sumir no meio do mato, aí passaram bem pertinho dele e num viu não, porque ele sabia era muita reza. (Zezé, entrevista oral, 11/01/2025).

Conforme os relatos do ancião Vovô Laurindo (in memoriam), o Tinguizal era, inicialmente, utilizado apenas como área de plantio. As famílias se deslocavam da região do Sucuri até o Tinguizal durante o período das chuvas, atraídas pela fertilidade da terra e pela abundância de água, já que a região é cercada pelo Córrego Alminha, pelo Córrego Basílio e por diversas pequenas grotinhas (córregos menores). Durante esse período, os moradores se instalavam em ranchos construídos com palha e madeira. Após a colheita,

especialmente do milho e do arroz, retornavam às suas residências.

Figura 8 - Maquete da comunidade Kalunga



Fonte: autoria de Celuta Moreira (2024).

Como anteriormente afirmado, diante das constantes ameaças de invasão por parte de fazendeiros, o local passou a ser compreendido como um espaço de resistência e permanência. Por meio da mediação da antropóloga Mary Baiocchi junto ao governo estadual, foi possível garantir a titulação das terras, o que marcou o início da formação definitiva do Tinguizal como núcleo habitacional.

Na ocasião, o então governador Iris Rezende enviou um agrimensor à comunidade. Com esse apoio, foram demarcados 7,5 alqueires de terra para cada família que possuía um rancho nas roças, assim, cada uma recebeu a documentação correspondente, formalizando, assim, a constituição do Tinguizal como território quilombola reconhecido.

Ainda hoje, o povoado preserva práticas tradicionais em suas relações culturais, sociais, econômicas e religiosas. Contudo, o crescimento do turismo no território Kalunga impõe desafios à preservação do patrimônio imaterial. Esse cenário reforça a necessidade de se promover uma consciência coletiva sobre a valorização e o respeito à cultura quilombola. Desse modo, torna-se essencial destacar a importância da preservação do

patrimônio histórico e cultural das comunidades quilombolas, de modo a garantir a continuidade de suas tradições e o respeito à diversidade cultural brasileira, pois é com esse propósito que se fundamenta a pesquisa aqui desenvolvida.

1.3.1 Riquezas do Tinguizal

O Tinguizal é um território marcado pela diversidade de fauna e flora, configurando-se como um dos espaços naturais mais ricos em recursos hídricos da comunidade Kalunga, no município de Monte Alegre de Goiás. A presença de rios, córregos e nascentes constitui elemento central na organização da vida comunitária, desempenhando papel fundamental na subsistência, na cultura e na relação simbólica dos moradores com a natureza.

Em frente à residência de meus familiares, destaca-se a Cachoeira do Córrego Basílio, além do rio Alminha e de outros cursos d'água que abastecem cerca de 72 famílias da localidade. Esses recursos são utilizados para o consumo doméstico, a agricultura de subsistência e a criação de animais, sustentando o modo de vida tradicional da comunidade e assumindo também valor simbólico, espiritual e cultural, vinculado às práticas ancestrais.

Figura 9 - Córrego Basílio

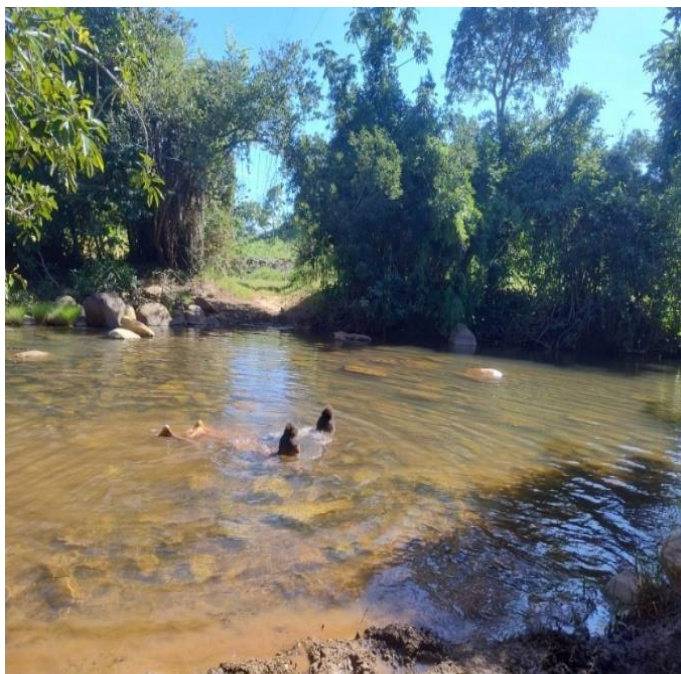


Fonte: Moreira (2023).

O Córrego Alminha é um dos atrativos para descanso, lazer e também para as

diversas necessidades, incluindo a estreita relação de significados entre os povos quilombolas e o meio ambiente.

Figura 10 - Córrego Alminha



Fonte: Moreira, (2025)

A vegetação típica do bioma Cerrado abriga uma rica biodiversidade, com espécies nativas utilizadas como alimentos, remédios naturais e matérias-primas pelas famílias Kalunga. No Tinguizal, por ser rico em água, há grandes buritizais que, na época da colheita, oferecem sustento e oportunidade de renda, pois, as pessoas colhem tanto para seu alimento quanto para vender a polpa para ganhar uma renda extra.

Outra forma de aproveitamento da fruta é extração da gordura para uso medicinal, usado para aliviar tosse e em casos de emergência, é usado nos casos quando a pessoa é ofendida (picada) por cobra até dar tempo chegar na cidade receber atendimento médico.

Além do buriti, há uma diversidade de plantas, árvores e frutos do Cerrado que contribuem com o saber tradicional das rezadeiras e benzedadeiras, na qual encontram ampla variedade de espécies para enriquecer seus rituais, que permite fortalecer a saúde física e mantêm viva a espiritualidade, a identidade cultural e a relação de respeito com a natureza, transmitida de geração em geração.

É comum utilizar as fibras retiradas dos grandes talos que sustentam as folhas para produzir cestarias e outros artesanatos como quibanos, peneiras, tapitis, balaios, etc.

Desse modo, o buriti é um dos frutos do cerrado que traz uma sustentabilidade significativa para a comunidade.

Figura 11 - Frutos do Cerrado: Buriti



Fonte Moreira (2024)

Figura 12 - Buriti: processo de preparação



Fonte Moreira, (2024)

Ao falarmos na comunidade Kalunga, é impossível não lembrar do cerrado, pois está localizado no segundo maior bioma brasileiro, e nele há grandes riquezas naturais, grandes variedades de plantas medicinais e frutíferas que fazem parte da vida dos quilombolas que ali vivem. Plantas estas, utilizadas para curar enfermidades, para alimentação e complemento de rendas, mas se tornam bastante preocupantes, como é o

caso da baunilha, que passou a ser comercializada devido à procura nos comércios, nisto, os moradores passaram a colher de forma não sustentável e, com isso, é muito difícil encontrá-la no território e está com grande risco de extinção.

Os frutos do cerrado sempre fizeram parte da vida principalmente das crianças Kalunga, ao caminho da escola sempre comam fruto no decorrer do percurso, nem sempre tinham lanches em casa, chupavam caju, mangaba, pequi, pinha, jatobá, baru, cagaita e coco xodó.

Portanto, vale ressaltar que hoje em dia alguns frutos são raros de ser encontrados devido colheita não sustentável, por ser um fruto medicinal, excelente remédio para a cura da pneumonia, antigamente, para tratar não precisava ir à cidade fazer tratamento, com a escassez dela, não se faz possível mais curar no território e com isso, os saberes tradicionais se perdem devido deixar de praticar.

1.3.2 Acesso à saúde no Tinguizal

Seu Laurindo contava que, quando uma pessoa ficava doente, geralmente se buscavam as pessoas mais velhas da comunidade para realizar um benzimento ou preparar algumas *raizadas*. Caso o tratamento tradicional não resolvesse, a comunidade se mobilizava: colocava o doente numa rede, subia e descia serras, levando-o até a cidade em busca de socorro. Esse relato evidencia a importância da valorização tanto do conhecimento tradicional quanto do conhecimento científico, pois ambos trazem contribuições significativas para a saúde e o bem-estar das comunidades.

O acesso à saúde no Tinguizal, assim como em todo o território Kalunga, sempre foi bastante precário, embora tenham ocorrido melhorias ao longo do tempo, ainda há muito a ser feito. Atualmente, não existe um posto de saúde dentro do território, o que compromete até mesmo os atendimentos de primeiros socorros. A comunidade Tinguizal dispõe de apenas uma ambulância para atender toda a população Kalunga do município de Monte Alegre de Goiás, com apenas dois motoristas contratados pela prefeitura, o que dificulta a agilidade no atendimento. Há casos em que a ambulância está em local distante ou sequer é localizada em tempo hábil.

Diante dessas limitações, quando o estado de saúde do paciente é mais grave, os moradores recorrem às caminhonetes particulares para buscar socorro com urgência. Essa situação reforça a constatação de que, embora a saúde seja um direito fundamental garantido pela Constituição, ela ainda é negligenciada nas comunidades quilombolas, que

enfrentam sérios desafios relacionados ao acesso à infraestrutura, ao atendimento médico e aos recursos básicos.

Madrinha Brarda, (79 anos), conta que, desde muito novinha, aprendeu a rezar e a benzer, pois o acesso à cidade era repleto de dificuldades ou, como ela mesma diz, “muita briquita”. Para ajudar o seu povo, ela buscou aprender os saberes tradicionais com outras mulheres mais velhas. Hoje, Madrinha Brarda domina muitos benzimentos, como para espinhela caída, quebranto, tirar o sol da cabeça, facilitar o parto, aliviar dor de dente e tratar picada de bicho ruim (como cobra), entre outros.

Ela relata que já foi procurada por moradores tarde da noite para fazer partos. Em uma dessas ocasiões, um morador do Bom Jardim foi buscá-la no lombo de um cavalo, pois uma mulher já estava sofrendo muito para parir. “Cheguei lá, fiz a simpatia, fiz as orações e logo o menino saiu, com saúde e tudo”, contou com orgulho.

Vale lembrar que, por volta dos anos 1970, a população do Tinguizal recorria majoritariamente à medicina tradicional, devido ao isolamento geográfico e à ausência de serviços de saúde públicos. Os cuidados de saúde ficavam a cargo de quem o povo confiava, as rezadeiras, benzedoras e raizeiras da própria comunidade. Quando, raramente, alguma equipe de saúde chegava ao território para realizar vacinação, as crianças corriam com medo. “Na minha infância, aconteceu de meus irmãos terem que correr atrás de mim e das minhas primas no mato, porque a gente corria de medo de vacina”, relembra a autora deste trabalho.

Mesmo com os avanços e certa melhoria no acesso aos serviços de saúde, as rezas e os benzimentos nunca deixaram de ser praticados ou valorizados. Como relata Moreira (2018): “Sou mãe de duas filhas, e sempre que elas sentem alguma enfermidade, antes de levá-las ao médico, procuro um(a) benzedor(a), pois minha fé é muito grande. Às vezes nem chegou a levar ao médico, de tanta confiança que tenho. Mas vale frisar que ambos, o saber tradicional e o saber médico, possuem suas importâncias.” Não há como falar da saúde no território Kalunga sem mencionar as rezadeiras e raizeiras do Tinguizal. Elas são guardiãs de um saber ancestral, transmitido oralmente entre as gerações, e continuam sendo referência em cuidado, espiritualidade e resistência cultural.

1.4 A luta pela preservação da cultura e identidade Kalunga

As localidades que integram o território Kalunga são diversas e apresentam nomes singulares, entretanto, o acesso a muitas delas é dificultado pelas características do relevo, morros íngremes, serras, vales profundos e rios, o que restringe a mobilidade de pessoas,

bens e serviços. Nesta perspectiva, tem o relato de Seu Laurindo dos Santos Rosa, residente do Vão de Almas e posteriormente do Tinguizal, evidencia essas dificuldades: "Fazíamos a farinha, colocávamos no lombo do burro e íamos para a cidade trocar por comida... levava três dias pra ir e três pra voltar".

Apesar da permanência de práticas tradicionais enraizadas na ancestralidade africana, observa-se um aumento expressivo do turismo na região, muitas vezes conduzido de forma desregulada, o que tem gerado impactos socioambientais significativos. Conforme advertido por Sousa (2014), a ausência de estratégias de gestão culturalmente sensíveis e sustentáveis tem comprometido a integridade do território e dos modos de vida das comunidades quilombolas, demandando ações que preservem não apenas o espaço físico, mas também os saberes e práticas ancestrais.

Nesse contexto, a mercantilização da cultura Kalunga, traduzida pela apropriação de símbolos, rituais e narrativas por agentes externos, configura um processo de expropriação simbólica, conforme discutido por Goody (2006). O autor destaca o risco de esvaziamento do significado original dos elementos culturais quando estes são convertidos em mercadorias pelas sociedades dominantes. A resistência das comunidades Kalunga, especialmente na preservação de saberes como o uso medicinal do “remédio do mato”, representa uma forma de rejeição a esse roubo simbólico. Goody (2006) defende que a salvaguarda dos patrimônios culturais exige autonomia narrativa, objetivo que projetos de etnodocumentação podem atender ao permitir que os próprios sujeitos históricos conduzam a produção e difusão de suas memórias.

As práticas culturais, como rezas, benzimentos, danças como a Sussa, festividades religiosas como a Folia, Boilé, a levantada do mastro e o cultivo tradicional da Roça de Toco, constituem expressões identitárias que resistem as interferências culturais e a homogeneização cultural, manter essas práticas é dar continuidade a uma memória coletiva que se sustenta pela oralidade, pela espiritualidade e pelas práticas cotidianas, expressões essas que buscamos evidenciar dentro da escola, através de projetos, como Projeto Escola itinerante, criado no ano de 2024, quando assumi a direção das escolas municipais Kalunga, projeto da minha autoria, na qual desenvolvi com o intuito de conter a evasão escolar que ocorre no período dos festejos de São João, na comunidade Sucuri, nos dias 22 de junho a 24 junho, em que as crianças mudam para o local da festa, e com o projeto itinerante, a escola também vai até os festejos, e ali montamos uma tenda com atividades lúdicas voltada para a cultura durante todos os dias do festejo.

Figura 13 –Festejos São Joao Sucuri- Projeto Itinerante



Fonte: Moreira (2024)

Desse modo, evidenciamos a percepção de que a escola não é apenas um espaço físico, sendo capaz de deslocar e se adaptar ao território e ao calendário cultural da comunidade, na qual reconhece que a aprendizagem também acontece nos festejos, como nos ensina Caldart (2004, p. 21), a dizer que a Educação do Campo “se define como parte e um projeto de educação que busca responder às necessidades específicas dos sujeitos do campo, vinculando-se a sua vida, ao seu trabalho, a sua cultura e às suas lutas”

Figura 14 –Ações do Projeto itinerante



Fonte: Moreira (2024)

Dentre as práticas culturais do território Kalunga mencionadas, temos a dança como a Sussa e o boilé. A dança da sussa, é bastante conhecida dentro e fora do território, contando o boilé, embora conhecida dentro do território, dificilmente era expressa nas comunidades que integram o território Kalunga, e justamente nesse processo de fortalecer

as tradições, tem-se manifestado o resgate do boilé. Boilé dança tradicional do Kalunga, de origem africana, ao som de caixas, pandeiro e palmas, duas filheiras são feitas, e um integrante de cada filheira compõe um casal, inicia a dança com movimento ao compasso da batida, e vão girando entre as duas filheiras e trocam de posição entre os pares, durante a dança há entoação de versos diferentes.

No documentário *O que é o que é? Infâncias Kalunga*,⁵ disponível do Youtube, é possível através dos registros visuais a dança boilé, onde os anciãos Kalunga ensinam a dança, evidenciando a prática da transmissão dos saberes, trazendo resgate desta manifestação cultural kalunga, além deste, documentário *Encontroteca: o boilé Kalunga*⁶, temos a visualização dessa dança tradicional kalunga, o que contribui para melhor entendermos com se dá a realização da dança.

Enquanto, diretora responsável por todas as escolas municipais do território, busco sempre evidenciar ações que contribua para a transmissão destes saberes, a respeito da dança boilé, no ano de 2024, no mês de novembro, foi realizado a ação *Novembro negro*, no dia 20 de novembro, em comemoração ao dia da Consciência Negra, reunimos todas as escolas municipais do território kalunga, com um evento de apresentações das culturas tradicionais, os alunos da Escola Municipal da Comunidade Sucuri, fez a apresentação da dança boilé.

Figura 15 – Dança Boilé -Escola Municipal Sucuri



Fonte: Moreira (2024)

⁵ YOUTUBE. **O que é o que é? Infâncias Kalunga.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VgfJzhZU7nU>

⁶ ENCONTROTECA. **Boilé Kalunga** (GO). *YouTube*, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=s9gFhXfCiDo>

Assim, a identidade quilombola está intrinsecamente ligada à defesa do território e à preservação dos modos de vida que constituem a diversidade cultural, nesse sentido, esta dissertação teve também como propósito contribuir para essa valorização, evidenciando que cada comunidade apresenta especificidades culturais, crenças e práticas herdadas dos ancestrais africanos, nos aspectos religiosos (Candomblé, Umbanda e Xangô), música, dança, culinária, medicina tradicional, rituais de passagem, contação de histórias e folclore.

1.5 Saberes ancestrais e políticas públicas: rezadeiras kalunga como patrimônio cultural

Ao abordar os direitos no âmbito das políticas públicas voltadas à comunidade Kalunga, é fundamental considerar que tais direitos devem estar vinculados à proteção e valorização da identidade quilombola, uma vez que, sem esse reconhecimento, torna-se impossível promover o respeito, a valorização e a preservação da história e da cultura do nosso povo.

A efetividade dessas políticas pressupõe a articulação de ações integradas, como a titulação e regularização fundiária conduzidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), condição essencial para a garantia da posse coletiva das terras tradicionalmente ocupadas; o reconhecimento legal e cultural do território, consagrado por sua qualificação como Sítio Histórico e Patrimônio Cultural de Goiás e pelo registro junto à Fundação Cultural Palmares; e a implementação de programas intersetoriais, a exemplo do Programa Aquilomba Brasil e do Plano de Ações para o Quilombo Kalunga, que abrangem áreas como educação, saúde, infraestrutura, inclusão produtiva e segurança alimentar.

Neste último campo, destacam-se iniciativas como o Programa Bolsa Família, a distribuição de cestas básicas por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), cuja eficácia, entretanto, está condicionada à observância dos hábitos e práticas culturais, sob pena de promover alterações indesejadas na dieta tradicional.

A centralidade do reconhecimento cultural e territorial como eixo orientador das políticas públicas é reforçada por Souza (2018, p. 85), ao afirmar que “a imposição de práticas agrícolas externas, sem o devido diálogo com a comunidade, ameaça não apenas a produção de alimentos, mas a própria continuidade das tradições agrícolas kalungas”.

Essa perspectiva corrobora a necessidade de que as políticas públicas sejam pensadas e implementadas em diálogo com os sujeitos do território, reconhecendo-os como protagonistas de seus processos de desenvolvimento. Em outras palavras, a preservação da história, da cultura e dos direitos da comunidade Kalunga demanda políticas públicas que articulem, de forma indissociável, a garantia da terra, o fortalecimento da identidade quilombola e o respeito à autodeterminação desse povo.

Nessa perspectiva, esta dissertação recorre a autores que contribuem significativamente para a construção do referencial teórico. Tullio (2017), por exemplo, em sua obra "*O livro das rezas: manual da benzedeira*", apresenta uma coletânea de rezas e benzimentos com o intuito de preservar e difundir essas práticas tradicionais, evitando que se percam entre as novas gerações, como também Cunha (2018) traz um relato sobre a prática da benzedeira, suas memórias e a tradição oral em terras mineiras, incluindo referências a outras localidades que ampliam a compreensão sobre o tema.

Moreira (2015) também oferece relevantes contribuições ao discutir as rezas e práticas das benzedeiros, com ênfase nos saberes tradicionais da comunidade Kalunga e na sua relação com a educação do campo. Moura (2009), por sua vez, realiza um levantamento aprofundado sobre as rezas e o ritual de benzeção em São Luiz do Paraitinga, no estado de São Paulo, entre os anos de 1950 a 2008. Sua análise contempla o caráter popular desses métodos de cura, abordando aspectos como a transmissão do dom, as rupturas e permanências desses saberes ao longo do tempo, e a relação entre benzedeiros e a Igreja.

Rosa (2016) também dialoga com esta dissertação ao investigar rezas e benzimentos a partir da perspectiva dos jovens da comunidade Kalunga do Engenho II, evidenciando a permanência e a ressignificação dessas práticas na contemporaneidade. Dias de Moura (2011) reforça esse debate ao tratar da medicina popular, das rezas e benzimentos, uma temática convergente à proposta desta investigação. Rosa (2013), por sua vez, contribui ao destacar o fortalecimento da cultura, da formação social e da memória do povo afrodescendente, por meio do registro oral como instrumento de preservação da tradição religiosa do Vão de Almas.

Sousa (2014) apresenta reflexões sobre o enfraquecimento cultural nas comunidades de Diadema e Ribeirão dos Bois, dentro do território Kalunga, relacionando a fragilidade cultural à ausência de políticas públicas na educação e na economia. Para Sousa, é urgente valorizar a cultura local, a formação da identidade cultural do povo Kalunga e as tradições transmitidas entre gerações. Rodrigues (2017) compartilha da

mesma preocupação e afirma que é necessário rever práticas de ensino nas comunidades quilombolas Kalunga, de modo que a oralidade e os letramentos específicos desse grupo social sejam respeitados e integrados às práticas pedagógicas.

Pesquisadores como Carvalho (2015) discutem a cultura e as tradições dos remanescentes do Quilombo Mesquita e o projeto político-pedagógico da escola municipal Aleixo Pereira Braga I. O autor defende que a valorização das tradições e dos direitos humanos no contexto da diversidade cultural é central para uma educação libertadora. Felipe e Teruya (2010) aprofundam essa discussão ao tratar das políticas públicas sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, destacando a aprovação da Lei 10.639/2003. Essa legislação confronta o apagamento sistemático denunciado por Goody (2006), que analisa como a escrita europeia monopolizou a memória histórica, marginalizando culturas orais. Goody aponta que a escrita pode ser, também, uma ferramenta de reparação, quando usada para legitimar e valorizar tradições anteriormente marginalizadas.

Almeida e Sanchez (2017) abordam os desafios enfrentados nos primeiros dez anos da Lei 10.639/2003, discutindo suas limitações e o papel da formação docente na consolidação das políticas educacionais antirracistas. Para Candau (2008), a educação deve ser emancipadora e crítica, orientada para a formação integral do sujeito e comprometida com a justiça social. A autora defende que o processo educativo precisa ser gratuito, de qualidade e acessível a todos, reconhecendo as diferenças culturais e garantindo a igualdade de direitos.

No que diz respeito aos direitos e à identidade do povo Kalunga, Baiocchi (2006) oferece uma leitura essencial ao relatar a história, a cultura e as tradições do quilombo Kalunga, evidenciando como essas comunidades mantiveram sua estrutura social e seus saberes ancestrais ao longo do tempo. Para ela, os direitos humanos devem emergir do respeito às diferenças e à valorização da diversidade. Sua obra *Kalunga: Povo da Terra* narra a resistência à escravidão, a relação com o meio ambiente e a importância das práticas religiosas, entre elas, as rezas e benzimentos, destacando a necessidade de reconhecimento dessas práticas como parte do patrimônio cultural brasileiro.

Santos (2014), em sua dissertação de mestrado, aponta a vulnerabilidade alimentar das comunidades Kalunga, e a importância de políticas públicas voltadas à segurança alimentar, com respeito às práticas e costumes tradicionais. Para ela, o sistema alimentar deve ser conhecido por quem propõe ajudar, considerando os impactos das transformações econômicas, a perda de terras férteis e a diminuição da autonomia

produtiva local. A autora também destaca os riscos do turismo não planejado, que pode levar à descaracterização cultural, sugerindo políticas públicas que garantam a sustentabilidade sem comprometer os saberes locais.

Por fim, Beserra (2018) alerta para o racismo educacional, que atua como mecanismo de exclusão. Segundo ele, a educação deve ser campo de reparação e emancipação, valorizando as identidades étnico-raciais e confrontando a estrutura desigual herdada do colonialismo e do Estado Novo.

De acordo com o Ministério da Educação e a Secretaria de Educação Fundamental (2001), as comunidades Kalunga se formaram a partir da fuga do trabalho escravo e das más condições nos garimpos de ouro no Nordeste Goiano. Ao viverem em “isolamento”, desenvolveram cultura própria, marcada por forte religiosidade popular e saberes africanos. Conforme o material:

A população Kalunga é formada por descendentes dos primeiros quilombolas e de pessoas que se fixaram na região ao longo dos séculos, que passaram a viver em relativo isolamento, construindo para si uma identidade e uma cultura próprias, com elementos africanos de sua origem e europeus, marcados pela forte presença do catolicismo tradicional do meio rural (Brasil, 2001, p. 7).

Outras questões são abordadas no caderno de atividades e encarte para o professor (Brasil, 2001), a saber a questão da discriminação e do preconceito contra os povos Kalunga, tais discussões trazem à tona a ideia, de que a educação amplia horizontes ao promover a transformação do pensamento em meio a atitudes diante da modernização do mundo e das atitudes a serem tomadas, de modo a ser crítico na tomada de decisões tanto dentro quanto fora das comunidades. Sendo assim,

[...] a educação tem que abrir novos horizontes para as crianças Kalunga. O estudo é necessário para entender as transformações que estão acontecendo e saber como se conduzir diante delas. Por isso a educação deve servir para ensinar às crianças todas as coisas de fora, do mundo moderno, porque elas vão precisar muito disso para o futuro (Brasil, 2001, p. 104).

É essencial que o ensino dessas crianças, mesmo de jovens e adultos quilombolas, esteja voltado para o respeito e ao reforço da importância da preservação cultural e das tradições dos povos remanescentes do Quilombo, sendo assim, necessário a aplicabilidade da Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica, ou seja, Conforme Felipe e Teruya (2010), deve-se reforçar a necessidade de formação de

professores em políticas educacionais sobre a história e a cultura afro-brasileira (Felipe; Teruya, 2010).

De acordo com Almeida (2015, p. 45-46), desde os anos 1980 a Universidade Federal de Goiás manifesta interesse pelas comunidades Kalunga, articulando uma abordagem interdisciplinar para captar suas práticas culturais e os efeitos da modernização sobre seus modos de vida.

Em 1982, a antropóloga, professora e pesquisadora da Universidade Católica de Goiás, Mari Nasaré Baiocchi iniciou o projeto Kalunga: Povo da Terra. Em 1991, o Estado de Goiás reconheceu o território Kalunga, localizado nas terras do nordeste goiano, como Sítio Histórico e Patrimônio Cultural de Goiás (SECULT, 2017, p. 2).

A partir desse marco, torna-se necessário discorrer sobre as comunidades remanescentes de quilombo nessa região, abordando desde os primórdios de sua formação até o reconhecimento jurídico assegurado pela Constituição Federal de 1988. Esse reconhecimento, embora fundamental, suscita a problemática da identidade, evidenciada na forma como a comunidade vive, se organiza e reafirma sua presença no território.

Mari Baiocchi (2006) relata a história, a cultura e as tradições do povo Kalunga, quilombola do estado de Goiás, as características e a estrutura social mantida após anos. Para a autora, os direitos humanos surgem ao passo que se respeitem as diferenças, de modo a haver tolerância, fato esse que corrobora as ideias centrais dessa dissertação.

Baiocchi (2006) afirma que desde 1962 se sabe da existência dos povos Kalunga, por meio de jornais (1962-1970) e alusões literárias do século XX, por meio de pesquisa na região em 1970 e 1971, somente no dia 10 de junho de 1982 reiniciou-se contato com o apoio da Universidade Federal de Goiás. Sendo a serra da contenda o primeiro pouso. Essa autora, por meio da obra “Kalunga: Povo da Terra”, explora a cultura e a história desse povo, essa obra aborda a trajetória desse grupo étnico, traz como destaque a luta pela preservação das tradições, identidade e território.

De modo abrangente, Baiocchi discorre sobre a vida dos povos Kalunga e aborda questões voltadas para a formação do quilombo, narra sobre a resistência à escravidão, a preservação cultural, e as práticas religiosas e a relação com o meio ambiente. Para Baiocchi, se faz de crucial entender a importância da comunidade Kalunga na construção da identidade brasileira e na compreensão da diversidade cultural do país. A contribuição dessa autora parte do entendimento da riqueza cultural e histórica dos Kalunga, além de

abordar questões sociais e ambientais relacionadas a preservação de comunidades quilombolas existentes.

Segundo Fernandes (2014), um dos problemas encontrados é a vulnerabilidade social em termos alimentares; para a autora, em sua dissertação de mestrado, deve-se implementar políticas públicas voltadas para essa área, embora afirme que se deve ter cuidado na alteração do sistema alimentar e primar pela preservação dos saberes e sabores da cultura Kalunga. Para Fernandes (2014) é importante conhecer o sistema alimentar de quem se vai ajudar, tendo em vista o processo de mudanças que vem ocorrendo ao longo do tempo, que por estarem fugindo plantavam suas roças longe das casas. Entre outros problemas relatados pela autora:

A partir da década de 1980, a pressão fundiária, o crescimento do turismo e a eminência da titulação das terras quilombolas, levaram a um maciço movimento de grilagem de suas terras. Essas investidas contra os direitos fundiários da comunidade Kalunga, muitas vezes foram violentas e baseadas em intimidações físicas, que levaram as famílias a se deslocarem para núcleos onde as terras não eram tão produtivas, mas havia a segurança da proximidade com outras famílias. Algumas localidades, hoje parecidas com vilarejos, se iniciaram dessa forma. Essa alteração da configuração espacial das famílias também alterou as estratégias de diversificação produtiva em decorrência de falta de terras férteis, distância até as áreas de roça e dificuldade de transporte da produção (Fernandes 2014, p. 129).

Segundo Fernandes (2014) no final do século 20 os povos quilombolas sofrem alterações na produção de alimentos e mesmo assim, chegaram no século 21 com o título de reconhecimento “Território Quilombola e a criação do Sítio Histórico e Cultural Kalunga” e políticas públicas específicas com o intuito de superar situações de vulnerabilidade de outrora e assim surge os programas assistencialistas, tais como: transferência condicionada de renda e distribuição de cestas básicas.

A luta pela titulação do território Kalunga e a crítica de Goody (2006) ao mostrar que a escrita estatal centralizou o poder e enfraqueceu a legitimidade das leis consuetudinárias praticadas pelos povos tradicionais. A demarcação do Sítio Histórico Kalunga, portanto, não se reduz a uma questão fundiária, mas a um ato de reivindicação epistêmica, já que procura garantir que sua história não seja novamente submetida a lógicas externas. Em diálogo com Goody (2006), pode-se interpretar que a justiça histórica implica reconhecer que todas as culturas são produtoras de conhecimento, e não meras espectadoras do processo histórico.

Para Fernandes (2014), o turismo também surge, como forma alternativa econômica sustentável para as famílias, embora não seja distribuído em todas as comunidades, tem surgido efeito positivo, havendo apenas a necessidade de cautela, em relação à perda indenizatória, ao abandonar os cultivos locais e à perda da autonomia produtiva local. Daí a necessidade de políticas públicas específicas que incentivem a autonomia produtiva local.

Dessa forma, a resistência Kalunga, desde a formação dos quilombos até as demandas atuais por educação diferenciada, desvela o racismo educacional como mecanismo ativo de manutenção de privilégios, certo que, sua luta expõe a urgência de políticas que reconheçam a diversidade étnico-racial como essencial à democracia, confrontando a realidade, o nacionalismo pós-Estado Novo (Beserra, 2018, p. 51-58) e propondo que a educação seja tanto campo de reparação quanto de emancipação (Beserra, 2018, p. 137).

CAPÍTULO 2: FALAS DAS GUARDIÃS E GUARDIÕES KALUNGA: DAS REZAS AOS BENZIMENTOS E SABERES ACERCA DA CULTURA KALUNGA. QUEM SÃO E O QUE PENSAM.

Para preservar a rica história e a cultura local, foi necessário coletar dados através de levantamentos e entrevistas orais com as benzedeadas quilombolas e outros guardiões da cultura que ainda residem no território. Desse modo, as entrevistas foram detalhadas para coletar informações sobre suas práticas, experiências de vida, histórias e aprendizados. No contexto da comunidade Kalunga, os saberes relacionados às rezas, benzimentos e cuidados tradicionais são, em sua maioria, transmitidos e exercidos por mulheres.

As rezadeiras e benzedeadas assumem um papel central na organização da vida comunitária, articulando cuidado, espiritualidade, memória e educação. Essa dimensão de gênero evidencia que os saberes tradicionais também se constituem como práticas sociais femininas, historicamente construídas, que reforçam vínculos comunitários e processos educativos baseados na oralidade e na experiência.

A seguir trechos das entrevistas: Entrevista oral com a benzedeadas, parteira e raizeira Brasilina da Silva (79 anos) por meio da qual relata suas experiências vividas:

Figura 16 - Benzedeira: Brasilina Dos Santos Rosa (Tia Brarda, vósica, Mãe Brarda)



Fonte: Moreira (2023)

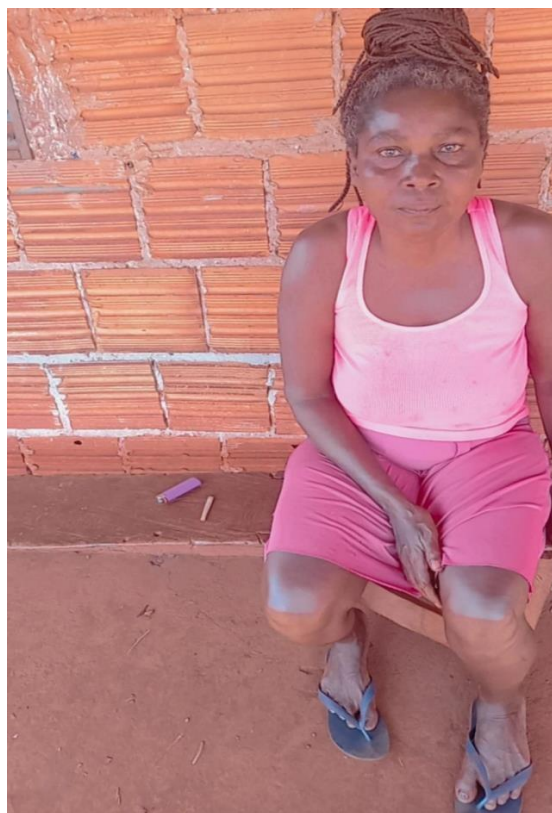
Sou benzedeira⁷ rezadeira e parteira desde que era mocinha, aprendi com meus pais e meus avós. Benzo para um bocado de coisas, quando alguém aqui no Tinguizal está com a espinhela caída, vento caído, criança com quebrante, dor de barriga, mal olhado e ofendido de bicho ruim (Cobra), já mandam atrás de mim para fazer o benzimento e dar o remedinho do mato. Para cada tipo tem uma reza, por exemplo a reza que eu faço para quando a pessoa é ofendida de bicho ruim é diferente das outras, um remédio muito bom que dou pra pessoa que está ofendido é a gordura de buriti. Sou muito procurada para fazer benzimento e reza, sempre quem tem rezas nas casas sempre vou para dar uma mãozinha nas rezas nos altares, as vezes acontece de eu puxar os pés e as vezes respondo. Já fiz muitos partos e cortei umbigo de menino, depois do parto faço os remédios de limpeza para mulher ficar sadia (Mãe Barda – Tinguizal-Kalunga Monte Alegre de Goiás – 2023.

Nas falas de Brasilina fica evidente que as plantas medicinais ainda são as principais formas de prevenir doenças na comunidade. São diversas doenças que as entrevistadas apontam, a maioria delas foram tratadas durante séculos por meio dos saberes de mulheres da comunidade.

⁷ Benzedeira: Brasilina Dos Santos Rosa (Tia Brarda, vósica, Mãe Brarda). Tinguizal - Kalunga Monte Alegre de Goiás - 2023. Entrevista oral conduzida por Celuta dos Santos Rosa Moreira, 2023. Comunidade Tinguizal Monte Alegre de Goiás. Kalunga Monte Alegre de Goiás - 2023

Entrevista com a benzedeira Anita Pereira⁸, por meio da qual ela relata suas experiências vividas:

Figura 17 - Benzedeira Anita Pereira



Fonte: Moreira, (2023)

Desde menininha aprendi muitas coisa mas com o tempo esqueci de quase tudo, o que mais prático até hoje é o benzimento de solo na cabeça, já tentei ensinar pra minhas fias mas não tem muito interesse de aprender, falo pra rezar direto, sou a única pessoa daqui do Tinguizal que sabe benzer pra tirar sol, quando eu morrer como que vai fazer para tirar o solo da cabeça e as palavras são muito fácil e pequenas para aprender, só não aprende quem não quer. (ANITA, Tinguizal - Kalunga Monte Alegre de Goiás – 2023).

2.1 Rezas, Benzedeiros, Raízes e Raízeiras, breve apresentação

Os saberes tradicionais Kalunga se manifestam em seus mitos, crenças, matizados por elementos religiosos, históricos, assim como no imaginário popular, que são transmitidos pela oralidade e que se constituem numa tradição. A continuidade e preservação dos saberes tradicionais no imaginário coletivo acontecem na oralidade. De acordo com Candau (2014), a oralidade é uma dimensão fundamental das práticas

⁸ Benzedeira: Anita Pereira. Entrevista oral conduzida por Celuta dos Santos Rosa Moreira, 2023. Comunidade Tinguizal Monte Alegre de Goiás.

culturais de resistência, pois permite que os sujeitos reafirmem suas identidades e preservem seus modos de vida, assumindo um papel na manutenção e renovação dos saberes tradicionais.

As narrativas orais, ouvidas dos velhos, não podem ser percebidas como invenções particulares, uma vez que mesmo se configurando como histórias pessoais, são influenciadas, incontestavelmente, pela voz narradora, seu meio de interação, suas ordens morais, éticas, sociais, dentre outros (Moreira et al., 2018).

As tradições de rezas, benzedeiras, raízes e raizeiras formam um rico conjunto de saberes populares no Brasil, especialmente preservados em comunidades tradicionais, como quilombolas, indígenas e rurais. Esses elementos combinam práticas espirituais e curativas que refletem a fusão de heranças africanas, indígenas e europeias, formando um sistema cultural único que preserva a ancestralidade e a conexão com o sagrado e a natureza.

As rezas desempenham um papel central nas práticas espirituais das comunidades tradicionais, são orações ou súplicas que buscam proteção, cura e intercessão divina, podendo ser dirigidas a santos católicos, espíritos ancestrais ou forças da natureza. As rezas são realizadas em momentos de adversidade ou em rituais coletivos, e são vistas como uma forma de conexão com o sagrado.

O conceito de "reza" no contexto brasileiro está profundamente enraizado nas práticas religiosas e culturais do país, refletindo uma grande diversidade de influências, que vão do catolicismo popular às tradições africanas e indígenas. A reza no Brasil vai além do simples ato de orar, tornando-se uma expressão cultural de fé, resistência e identidade, manifestando de diferentes formas, como em novenas, terços, cânticos e rituais, tanto em contextos individuais quanto comunitários. (Machado; Martins Filho (2020, p.499).

A reza no Brasil não apenas conecta o indivíduo ao sagrado, mas também funciona como uma afirmação de identidade cultural e religiosa. Isso é particularmente visível em comunidades de matriz africana, onde a reza está interligada com o culto aos orixás e ancestrais. A reza não é só um ato espiritual, mas também um ato de resistência cultural (Franco, 2021, p. 33).

Nas tradições indígenas brasileiras, a reza está intrinsecamente ligada à natureza. Segundo Krenak (2019), "para os povos indígenas, rezar é um modo de estar em harmonia com o cosmos, pedindo equilíbrio e proteção para a comunidade e o meio ambiente". Essa

prática reflete uma visão holística do mundo, em que o ser humano, a natureza e o sagrado estão profundamente interconectados.

As rezas em contextos rurais e quilombolas do Brasil representam uma maneira de preservar a espiritualidade ancestral, sendo muitas vezes vistas como ferramentas de proteção espiritual contra males e doenças (Silva, 2019). Essas práticas combinam elementos do catolicismo popular com tradições africanas e indígenas, mantendo um diálogo profundo entre o material e o imaterial. (Souza, 2009; Oliveira, 2021).

As benzedeadas são figuras representativas na cultura brasileira, mais precisamente nas comunidades tradicionais e rurais, que desempenham o papel de curadoras espirituais “que conhecem várias orações e ritos que ajudam na cura de muitas pessoas e até de plantas e animais” (Silva, 2009, p. 3).

As rezadeiras ou benzedeadas são mulheres que realizam benzeduras. Para executar esta prática, elas acionam conhecimentos do catolicismo popular, súplicas e rezas com o objetivo de restabelecer o equilíbrio material ou físico e espiritual das pessoas que buscam a sua ajuda (Santos, 2007, p.16).

As benzedeadas combinam uma forte ligação com o catolicismo popular e elementos da medicina tais benzedeadas são herdeiras de saberes transmitidos oralmente de geração em geração, e sua prática tradicional, oferecendo uma abordagem holística que trata tanto o corpo quanto a alma, e são vistas como intermediárias entre o mundo espiritual e o físico, e suas bênçãos são uma forma de promover equilíbrio e cura “As benzedeadas carregam consigo um passado histórico ligado ao ofício de benzer, próprio do mundo rural; já os carismáticos adeptos de um catolicismo urbanizado”. (Farinha; Silva, 2012, p.83). Para as benzedeadas, a reza é um dos principais elementos na cura dos doentes; é na força das palavras pronunciadas que se expressa o poder de afastar o mal que acomete o doente. As rezas e preces são proferidas durante o ato do benzimento.

A reza é um dos principais instrumentos para a cura dos enfermos segundo as benzedeadas, ou seja, a força da palavra pronunciada distancia o mal que atua no indivíduo. Muitas vezes, as palavras que são ditas no decorrer da reza são irreconhecíveis, ora por serem desferidas em baixo tom, ora por serem apenas veículos da intenção da rezadeira, não importando tanto seu significado real. (Calheiros, 2018, p.8).

As raízes e as raizeiras representam o saber tradicional sobre as propriedades curativas das plantas, prática difundida em comunidades quilombolas e outras populações tradicionais. Nessas comunidades, reconhece-se nas ervas e raízes da flora nativa um

poder tanto medicinal quanto espiritual. As raizeiras, em sua maioria mulheres, detêm conhecimento aprofundado sobre as plantas e suas aplicações em chás, banhos e unguentos, empregados tanto no tratamento de enfermidades físicas quanto em rituais de purificação espiritual.

A simbologia dessas práticas reflete a conexão entre o humano e o divino, assim como a interdependência entre o corpo e a natureza. A realização das rezas apoia-se na crença no poder transformador da palavra falada, capaz de modificar realidades espirituais e corporais. Benzedeiras e raizeiras fazem uso de elementos naturais e rituais simbólicos como instrumentos de cura, reafirmando a unidade entre o aspecto físico e o aspecto espiritual do ser (Santos, 2007, p. 16).

As tradições de rezas, benzedeiras, raízes e raizeiras compõem um rico mosaico cultural que continua a desempenhar um papel fundamental em muitas comunidades brasileiras, essas práticas, sustentadas por uma cosmovisão que une espiritualidade, natureza e medicina tradicional, essenciais para a preservação da identidade e dos saberes ancestrais, as quais persistem como expressões de fé e resistência cultural.

2.2 As rezas Kalunga e sua simbologia e expressão de fé

As rezas Kalunga são práticas espirituais enraizadas nas tradições das comunidades quilombolas Kalunga, essas rezas e benzimentos são expressões de fé que combinam elementos das religiões africanas tradicionais com influências do catolicismo, resultando em uma espiritualidade sincrética única, constituindo um rico patrimônio cultural e religioso, carregado de simbolismo e profunda expressão de fé.

E nisto, reza, em sua essência, refere-se a uma prática religiosa ou espiritual, geralmente expressa através de palavras ou fórmulas recitadas em um contexto de devoção, oração ou súplica. Rezas podem ser individuais ou coletivas, e são comumente realizadas em busca de proteção, cura, orientação ou como expressão de gratidão e fé.

Em diferentes culturas e religiões, as rezas assumem formatos variados e possuem significados profundos, refletindo a cosmovisão e os valores de uma comunidade. Essas práticas religiosas, transmitidas oralmente de geração em geração, constituem um testemunho vivo da resistência e da preservação da identidade cultural de um povo que, por séculos, lutou pela liberdade e pela manutenção de suas tradições (Gomes; Santana, 2023, p. 12-13). Na visão dos jovens da comunidade Kalunga do Engenho II, por exemplo, as rezas e benzimentos são considerados rituais de fé e coragem, praticados por

pessoas escolhidas. Neste contexto, Rosa (2016) relata que: “minha experiência com as rezas surgiu quando acompanhava minha mãe para rezar nas casas das pessoas” (Rosa, 2016, p. 11).

Teóricos que estudaram as comunidades Kalunga, como Mari Baiocchi, ressaltam a importância dessas práticas culturais e religiosas como formas de resistência e afirmação identitária. Em seu livro "Kalunga Povo da Terra", Baiocchi reúne informações e imagens que retratam a vida, cultura, festividades e religião dos quilombolas da região desde o século XVIII.

Embora os estudos de Baiocchi tenham contribuído de forma significativa para o registro e a divulgação da história e da cultura Kalunga, é importante situá-los no contexto histórico e epistemológico em que foram produzidos. Trata-se de uma abordagem construída a partir do olhar de uma pesquisadora externa ao território, o que, em determinados aspectos, limita a incorporação das narrativas, das memórias e do protagonismo dos próprios sujeitos Kalunga.

Nesse sentido, a presente pesquisa se diferencia ao adotar uma perspectiva que valoriza as vozes da comunidade, a oralidade e os saberes tradicionais como elementos centrais para a compreensão dos processos educativos, em consonância com os princípios da Educação Quilombola e da Educação do Campo. Portanto, as rezas Kalunga, com sua rica simbologia e expressão de fé, não apenas fortalecem os laços comunitários, mas também preservam e transmitem valores culturais e espirituais ancestrais, reafirmando a identidade única das comunidades Kalunga no Brasil.

As rezas da comunidade Kalunga, especialmente como expressão de fé, têm uma importância profunda tanto do ponto de vista religioso quanto cultural. A simbologia presente nas rezas Kalunga é uma manifestação do sincretismo entre práticas religiosas africanas, indígenas e católicas, refletindo a história de resistência e preservação cultural dessa comunidade quilombola.

A simbologia das rezas está fortemente ligada à ancestralidade, proteção e cura espiritual, na qual são percebidas como um meio de comunicação com os ancestrais, pedindo proteção, o que é evidente nas rezas Kalunga, onde figuras católicas ganham uma dimensão espiritual mais complexa, ligando o mundo terreno e o espiritual. As rezas Kalunga não são apenas orações, mas rituais carregados de simbolismo que expressam a fé coletiva da comunidade, são frequentemente acompanhadas por cantos, danças e outros rituais que reforçam a coesão social e a identidade cultural Kalunga saúde e sabedoria, além disso, a fé em santos católicos, como Santa Luzia, muitas vezes é entrelaçada com

crenças africanas, o que representa um sincretismo religioso.

Segundo Bastide (1971), o sincretismo nas religiões afro-brasileiras emerge como uma forma de resistência cultural, em que símbolos católicos são reinterpretados dentro de uma cosmologia africana. As rezas Kalunga são práticas comunitárias que reforçam a ideia de pertença e continuidade cultural. Elas são realizadas em momentos específicos, como nas festas religiosas e em ocasiões especiais da vida cotidiana, como o nascimento de uma criança ou a morte de um ente querido. Isso fortalece o papel das rezas como veículo de transmissão cultural e de resistência diante das adversidades enfrentadas pela comunidade.

Gilberto Freyre (1933) argumenta que, no Brasil, a cultura negra desenvolveu-se em íntima relação com a religião, sendo uma das formas mais eficazes de resistência à opressão. Nessa perspectiva, no Kalunga, a prática das rezas reafirma essa resistência, ao mesmo tempo que solidifica a identidade cultural da comunidade. Em muitas comunidades brasileiras, a reza é vista como uma prática com poder curativo e protetor. Nas comunidades rurais e tradicionais, como os quilombolas e Kalunga, a reza é frequentemente associada a pedidos de cura e proteção, tanto física quanto espiritual, sendo considerada essencial em momentos de crise, como doenças ou desastres, configurando como atos de fé e, ao mesmo tempo, de fortalecimento coletivo, reafirmando a dimensão espiritual como suporte para a resistência cultural e para a coesão social (Santos et al. 2020).

Em muitas tradições brasileiras, os objetos usados durante a reza possuem um simbolismo poderoso, a exemplo disso, o uso de velas, rosários e imagens de santos no catolicismo popular carrega a simbologia da luz divina, proteção e intercessão, apresentando um papel de mediação com o divino, funcionando como símbolos palpáveis da fé e da devoção.

Além de suas funções religiosas, a reza no Brasil, especialmente nas comunidades quilombolas e indígenas, assume uma dimensão política e social, pois a reza representa um ato de resistência, em que os marginalizados reafirmam sua fé, sua cultura e sua luta contra as injustiças sociais, o que simboliza a luta histórica de diversas comunidades pela preservação de suas tradições.

Segundo Rosa (2016, p. 35), “as rezas e os benzimentos são importantes para a comunidade, especialmente pela singularidade que esses costumes têm para a vida física, espiritual, cultural e histórica local”. Ainda, a autora destaca que o povo Kalunga costuma seguir em suas rezas os mesmos santos cultuados no catolicismo, isso pode ser

consequência do processo de aculturação local, o que envolve a imposição cultural portuguesa e subserviência negra na localidade” (Rosa, 2016, p. 37), e apesar disso, suas práticas revelam a força de ressignificação do grupo, que transformou elementos impostos em expressão de resistência cultural e de afirmação de suas raízes ancestrais.

Desse modo, Lima e Lima (2022) destacam que as rezadeiras recorrem à oração como prática de cura e proteção espiritual, invocando santos católicos e entidades religiosas em situações de enfermidade ou durante celebrações, reforçando a centralidade da reza como recurso simbólico de cuidado, fortalecendo a espiritualidade da comunidade, garantindo proteção coletiva e reafirmando os vínculos identitários e culturais.

As rezas Kalunga estão frequentemente integradas às festas religiosas, como a Festa do Divino Espírito Santo e a Festa de Santa Luzia, eventos de grande importância cultural e espiritual na comunidade, que se transformam em momentos coletivos de fé, envolvendo “folias, novenas, ladainhas, rituais de levantamento do mastro com as bandeiras de santos cultuados, fogueiras, danças tradicionais” (Lima, 2013, p.1).

Nesse contexto, “no momento da reza, os(as) benzedeiros(as) organizam o espaço sagrado. Geralmente de início começam com a ladainha que é uma reza muito difícil. Algumas pessoas começam e outras respondem e assim por diante.” (Moreira, 2015, p. 34-35). Moreira (2015), ainda traz um exemplo de ladainha entoada pelo senhor Laurindo dos santos Rosa (meu avô, in memoriam):

Cria elezano, cristo elezano de nós, pátria de celes deus, filo do rebentor da mãe de deus espirito santo é deus, santa trina consol em deus, Santa Maria, Santa Degen em triste, Santa Viga o Viga, MateréCristimartin por isso, Martin in Cartissi, Martin in Divina Graça, Martin in Violata, Matarémati, Mati in dimirate, Mati em criatori, mati em salvatori viga o punditisse, Viga o venerano, Viga o pé de Caíndia, Viga o pótrio, Viga o creme, Viga Fidelia espeque na justiça de sapiença, Casa nova estrela triste vois espiritual, voishonoral siga devocianovois é a misti todo da virgi todo debus dorme nus aru sede lizarca estrela matutina solo disinfemoso, refúgio nu precatore consolar os ofritorossiginocristionoro, rege no ojeloro, rege no patriarcado, rege na profetara, rege no pustuloro, rege no confessoro, regi na mate, regi na virgem, rege na santa Aruana maculada conceicianasacatissa com meu ruseruvamo que nus deus que tanto pecado é mundu. Salve rainha mãe da miséricordi vida de sura esperança nossa, deus nos salve a vos debradano e debradado filho de Eva suspiranogemeno e chorano deus te vale de lagrima ora pois senhora deus é advogada nossa, deus te ozolu misericordioso anozos depois a de Estevo senhora nos azia a morte a jesus seus zolu, vosso vento quelementopiodosodoso sempre virgem Maria, lovano jesus por

nois para que seu jarmundino é de alcançar promessa jesus cristo amém! (Moreira, 2015, p. 42-43).

A fé dos Kalungas é parte da sua história de resistência, em que a reza é um ato de preservação da identidade cultural e espiritual que sobreviveu às tentativas de apagamento durante a escravidão e os períodos subsequentes, resistência presente nas rezas dedicadas à proteção da terra e aos direitos da comunidade, expressando a fé na justiça e na proteção divina diante das adversidades.

No cotidiano da comunidade Kalunga, a reza ocupa um lugar central, sendo utilizada em diversas situações, desde o início de trabalhos na roça até momentos de crise pessoal ou familiar, para nós Kalungas, rezar não é apenas uma prática religiosa, mas uma forma de se conectar com o divino em todas as esferas da vida.

Portanto, é notável que as rezas no território Kalunga são a expressão viva da fé, da resistência e do pertencimento; elas unem os santos católicos, os espíritos dos ancestrais e a força da natureza, evidenciando uma junção das tradições africanas, indígenas e europeias, reafirmando sua identidade e sua conexão com o sagrado.

2.3 Benzedeiras e raizeiras: saberes, significados e o uso das plantas medicinais

Com efeito, para refletir sobre as Benzedeiras, Rezadeiras e Raizeiras no exercício de seu ofício na intervenção na saúde das pessoas da comunidade Kalunga-Tinguizal, é importante situar quem vêm a ser essas “profissionais” da cultura tradicional quilombola. As rezadeiras e benzedeiras são mulheres ligadas à religião executando um trabalho fortemente marcado pela resistência contra o desaparecimento da sua relevância perante a sociedade, além de articularem sua importância para a comunidade em termos histórico-culturais, sendo ainda uma forma de expressividade da cultura popular.

Segundo Laplatine e Rabeyron (1989, apud Calheiros, 2018, p.8), Benzedeiras ou Rezadeiras são pessoas que praticam a medicina popular vinculada à religião, ou seja, são quem trata, benze, cura, recorrendo essencialmente a um segredo que lhes foi legado por um parente, que perpetua um saber sagrado. Ademais, as benzedeiras possuem características próprias de curar, unindo aspectos místicos da religião junto aos conhecimentos da medicina popular.

Outro saber tradicional dos povos quilombolas é o uso das plantas medicinais, utilizado por aqueles conhecidos nas suas comunidades por raizeiros, cuja função é o manejo e diferentes práticas de cura a partir do uso de plantas, raízes, frutos, argilas e seus

preparados, “caracterizado pelo emprego de raízes com finalidades terapêuticas e por atuar no campo das doenças do corpo” (D’almeida, 2018, p.7). As raizeiras, carregam a sabedoria herdada de seus ancestrais,

As raizeiras e raizeiros são identificados pela sabedoria que possuem acerca das plantas medicinais. Sabem reconhecer na natureza as folhas, galhos, cascas, raízes que precisam e conseguem distinguir as características de cada uma delas. Além de identificar, sabem onde, quando e como coletá-las, as formas de manipulação e preparo e suas indicações para cada tipo de males. (Dias, Caetano, 2024, p.4).

As Raizeiras, assim como as Benzedeiras, enfrentam a falta de reconhecimento da importância de suas funções e as Raizeiras, não obstante, precisam de preservar a biodiversidade nos seus territórios, pois “os vínculos com a natureza e com o sagrado evidenciam modos de vida fundamentais para a preservação desses biomas e da diversidade cultural brasileira” (Meija; Catalão, 2024, p.4).

A denominação *raizeira* constitui uma identidade social fundamental na elaboração de protocolos comunitários, pois garante legitimidade a quem reivindica direitos consuetudinários diante do poder público (Dias; Laureano, 2014, p. 40). Segundo essas autoras:

A proposta não é a de definir uma identidade única, mas sim definir uma identidade representativa dos ofícios. É importante lembrar que a construção de uma identidade social não impede a expressão de outras identidades, podendo uma pessoa possuir multi-identidades, como no caso de uma raizeira, que pode ser, ao mesmo tempo, quilombola e agricultora familiar. A identidade de “raizeira” foi escolhida para esta representação, sendo o “dom da cura através das plantas medicinais” o seu principal elemento de expressão. O conceito de “dom” elaborado coletivamente assim foi definido: “A pessoa nasce com o dom de cura, é algo espiritual, é uma herança de sabedoria trazida pela ancestralidade. O dom é como sentir facilidade, ter vontade e amor para trabalhar com a medicina tradicional. Porém, o dom tem que ser despertado, a pessoa tem que buscar conhecimentos e ter coragem para exercer o seu poder de cura, senão não aproveita o dom que tem” (Dias; Laureano, 2014, p. 9). (Aspas do texto original).

Nesse sentido, as raizeiras têm, na identidade social, uma característica de seu pertencimento que reforça o dom de cura, cujo objetivo é o reconhecimento dos princípios, valores e ações do seu ofício, sendo mesmo uma grande protetora da natureza,

Outra característica importante que define a identidade da raizeira é a sua relação com a comercialização dos remédios caseiros que produz, sendo os mesmos vendidos a um preço justo ou doados a quem não pode pagar. Esta dinâmica qualifica as raizeiras como agentes de acessibilidade à medicina tradicional e de solidariedade a quem precisa:

“O principal valor do remédio é a cura”. Por último, toda a vivência de uma raizeira deve ter uma preparação espiritual, seja na hora de entrar nas áreas de coleta de plantas medicinais, ou quando for preparar um remédio caseiro, ou na hora de fazer um atendimento de saúde (Dias; Laureano, 2014, p. 9-10). (Aspas do texto original).

Toda essa relação se concretiza numa troca espiritual com a natureza, de energia e purificação, e é por isso que a raizeira precisa estar sempre em contato com a terra e o que ela produz espontaneamente, o que a habilita como “Guardiã” da comunidade em que vive. Em seus estudos, Dias e Laureano (2014) apresentam a governança⁹ das Raizeiras do Cerrado que, segundo elas, foi construída pela totalidade de suas relações sociais, evidenciadas pelos caminhos percorridos no seu cotidiano e pelas decisões necessárias em cada espaço para exercer a medicina tradicional. “Esta governança está fundamentada, principalmente, nos valores da identidade social de ser ‘raizeira’, no direito ao acesso à biodiversidade do Cerrado e na validação de suas funções e conhecimentos tradicionais” (Dias; Laureano, 2014, p. 13). (grifos do autor). Ainda de acordo com essas autoras:

O caminho do ofício se inicia com a transmissão de conhecimentos tradicionais, provenientes principalmente de relações familiares, repassados por avós, mães, tias, entre outros, ou por meio do exercício de escuta junto de pessoas mais experientes. Este aprendizado é complementado e enriquecido com a participação das raizeiras em cursos, encontros, intercâmbios e pesquisas populares. As raizeiras fortalecem esta cadeia de transmissão de conhecimentos ao ensinarem o que aprendem para outras pessoas por meio, principalmente, de conversas informais na convivência em comunidade (Dias; Laureano, 2014, p. 13).

Vale destacar que as raizeiras do Cerrado sempre são convidadas para ministrar cursos e palestras em escolas e universidades, de modo que também são professoras de escolas e trabalham o tema com as crianças e adolescentes e na alfabetização de adultos. É, pois, nessa perspectiva, que estou realizando a pesquisa que aqui apresento, buscando também conferir uma identidade social às raizeiras e benzedeadas da Comunidade Kalunga Tinguizal.

Retomando os temas abordados, a saúde no Tinguizal e no Kalunga inteiro possui acesso defasado e requer medidas urgentes, pois não existe posto de saúde no território, nem para os primeiros socorros. Desse modo, a saúde nas comunidades consiste

⁹ Governança compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Fonte: <https://www.dgdi.cefetmg.br/governanca-2/governanca>. Acesso em: 10-mar-2024.

em um direito fundamental, embora em muitos casos, seja negligenciada e passe por diversos desafios que vão desde a dificuldade com o acesso à localização até a infraestrutura, problemas com a educação, com o atendimento médico e acesso a outros recursos. Desde os primórdios, ainda na formação do quilombo, houve essas dificuldades em termos de saúde, e as benzedeiras sempre exerceram um papel muito importante com seus saberes e fazeres.

Seu Laurindo dos Santo Rosa, quando vivo relatou que antes, vivia com seus pais na região do Vão de Almas, quando se casou foi morar na região do Sucuri, depois que ganhou seu pedacinho de terra no Tinguizal, foi morar lá, relatou que, antigamente as coisas eram bem mais difíceis, pois fazia a farinha e colocava no lombo do burro, cerca de duas quartas e meia equivalente a 120 quilos de farinha, uma quarta de farinha média 40 litros, iam para a cidade de Monte Alegre de Goiás para trocar por comida.

Por vezes nem conseguia trocar, e essas viagens duravam três dias para ir e três dias para voltar. Geralmente, quando conseguiam, trocavam a farinha por mantimentos nos quais não tinham como produzir no território, levavam coro de animais para a troca de mantimentos, o coro mais procurado era o de gato do mato, matava e jogava a carne fora, não comiam a carne do gato.

No começo a alimentação era sem sal, assim que descobrimos o sal em Formosa do rio Preto/Bahia, iam buscar o sal na Bahia, depois de muitos anos, descobriram o sal em Formosa/Goiás, lugar que era bem mais perto, pois essas buscas eram feitas de pé, traziam tudo no lombo do burro, feliz era quem conseguia ter ao menos um burro, casos contrários tinham que arrumar um com parente emprestado se não tinham que carregar tudo nas costas

Desse modo, quando o paciente está muito ruim, procuram as caminhonetes particulares para buscar socorro urgente. De fato, a saúde é um direito fundamental; a comunidade tem direito ao acesso à infraestrutura, ao atendimento médico e a recursos como quaisquer outros cidadãos.

2.4 A educação no passado: entre a exclusão e a luta por reconhecimento

A comunidade do Tinguizal é um espaço ancestral marcado por lutas, memórias e resistência, e por isso, é compreendido que, as práticas educativas vão além dos muros escolares, articulando-se com a cultura, os saberes tradicionais e as vivências locais, e sempre estiveram historicamente marcadas pelas desigualdades, pelo esforço coletivo das

famílias e pela luta por permanência e valorização desses saberes.

É sabido que, por muito tempo na comunidade Tinguizal, a escola não representava um espaço de pertencimento cultural, mas sim uma reprodução de um currículo distante da realidade vivenciada nos campos. Contudo, com o fortalecimento das lutas por direitos e reconhecimento e pelo protagonismo de mulheres Kalunga, significativas mudanças aconteceram.

No passado, as condições de acesso à escola na comunidade Tinguizal eram extremamente limitadas, uma vez que “antigamente as crianças só trabalhavam e não tinham acesso à escola”. Observa-se que a maioria dos mais velhos que moram na comunidade são analfabetos devido ao acesso que não tinham (Moreira et al., 2018, p.35).

Por muito tempo, o acesso à educação nas comunidades quilombolas era marcado por desafios não apenas pela falta de estrutura, mas também pelo abandono histórico do Estado. No território Kalunga, as crianças caminhavam longas distâncias a pé, sob sol intenso ou chuva, por estradas de terra esburacadas, muitas vezes descalças ou carregando seus únicos chinelos na mão para preservá-los até a chegada à escola, caracterizando assim as reais desigualdades que atingem os povos quilombolas, grupos tradicionalmente marginalizados no Brasil. Em seu relato, Rodrigues (2023, p.4) ressalta que “fazia sol ou fazia chuva, essa era nossa rotina, em busca de um sonho: aprender a ler e escrever”, evidenciando assim, um registro da resistência quilombola pela garantia do direito à educação mesmo em condições adversas.

Quando a autora Rodrigues (2023) nos descreve o hábito de carregar os chinelos, evitando seu desgaste no caminho, simboliza a dupla luta dessas comunidades: a exclusão social e a o fortalecimento cultura, nessa perspectivas, o Arruti (2006) destacam que, para comunidades quilombolas, a escola representava um espaço de conquista, mas também de tensão, onde o conhecimento formal precisava ser negociado com os saberes tradicionais, pois a educação em territórios quilombolas sempre esteve na intersecção entre a luta por direitos e a preservação da identidade cultural.

Nisto, entende-se que, além da falta de estrutura e material, as escolas do campo não dialogavam com os saberes e modos de vida quilombolas, certo de que, os currículos ignoravam a história, a cultura e as práticas das comunidades, uma educação cuja percepção direcionava para a padronização e apagamento das identidades negras e tradicionais. Como aponta a autora, embora o território Kalunga seja reconhecido como sítio histórico e tenha relevância ambiental e cultural, os serviços públicos essenciais demoraram a chegar, inclusive a educação (Rodrigues, 2023, p. 21).

Em *Uma História do Povo Kalunga*, Oliveira (2001, p. 68-72), é notável que, a ausência de instituições escolares em períodos anteriores levou ao fortalecimento de práticas de ensino não formal, em que, o ensino era transmitido por diferentes sujeitos da comunidade, numa pedagogia coletiva e oral, construída a partir da solidariedade e do esforço entre gerações. Nesse contexto, Oliveira (2001) evidencia que surgiam práticas espontâneas de ensino; qualquer pessoa que soubesse ler era procurada pelas crianças para “passar lição”, formando uma rede de aprendizagem baseada no desejo de conhecer.

Essa forma de ensino, embora simples, caracterizava grande valor simbólico e comunitário, e está presente nas narrativas orais dos moradores mais antigos do Tinguizal, conforme anteriormente relatado, neste contexto histórico, era comum que as crianças fossem impedidas de estudar devido à lógica do trabalho infantil rural, fato que contribuiu para os altos índices de analfabetismo entre os adultos da comunidade (Moreira et al. 2018).

Nesse sentido, Oliveira, (2001, p. 74-76) reforça que, mesmo diante de um contexto hostil, o povo Kalunga construiu uma visão ampliada da função educativa, certo que, a educação, para além da alfabetização funcional, era percebida como elemento estruturante para a compreensão das transformações sociais, para o fortalecimento da identidade étnica e para a construção de um futuro que preservasse os laços com a terra, a cultura e os valores ancestrais.

Desse modo, é evidenciado o protagonismo de sujeitos como Seu Laurindo, que valorizava as narrativas orais e as histórias fictícias como ferramenta de imaginação criadora, evidenciando a educação como prática cultural e política, sendo assim, compreende-se que a escola, no contexto quilombola, deveria ser entendida como espaço de diálogo entre os saberes tradicionais e os conhecimentos formais.

Tal como aponta Oliveira (2001, p.77-79), a escola não deve se limitar a ensinar os "saberes de fora", mas também precisa desenvolver a capacidade de invenção, permitindo que as crianças e jovens se tornem sujeitos ativos na construção de um futuro possível (Oliveira, 2001, p.77-79), concepção esta, que tece um diálogo com os pressupostos da educação intercultural e emancipadora, em que o currículo se fundamenta nas experiências, territorialidades e narrativas do próprio grupo social.

Assim, ao se pensar a trajetória educacional da comunidade do Tinguizal à luz de Rodrigues (2023), Moreira et al. (2018) e Oliveira (2001), evidencia-se que as experiências de exclusão não impediram o fortalecimento de uma pedagogia da resistência, na qual a oralidade, o saber-fazer, a coletividade e a imaginação foram pilares

centrais na formação dos sujeitos Kalunga. Nesse processo, a educação articula-se diretamente à luta pela terra, pela identidade e pelo reconhecimento histórico, pois, como nós Kalunga acreditamos, é impossível pensar o futuro sem preservar os aprendizados do passado.

CAPÍTULO 3: EDUCAÇÃO NA COMUNIDADE KALUNGA TINGUIZAL: MEMÓRIA, RESISTÊNCIA E SABERES TRADICIONAIS

A educação na comunidade Kalunga do Tinguizal constitui-se como um campo de luta, resistência e preservação cultural, práticas estas que vão além da sala de aula, saberes tradicionais, espiritualidade e a memória coletiva de um povo historicamente marcado pela marginalização e exclusão. Neste capítulo, buscou-se evidenciar a história da educação no Tinguizal, a partir de três momentos importantes: o passado, marcado pela exclusão e a luta pelo reconhecimento; a construção histórica da escola e os desafios enfrentados ao longo do tempo; e a educação na atualidade, associada aos saberes tradicionais e fortalecida pelo protagonismo da própria comunidade.

Para atender à perspectiva da educação intercultural e aos objetivos desta dissertação, são consideradas, a partir das entrevistas realizadas, as vozes das professoras Kalunga e das rezadeiras/benedeiras, visando compreender de que modo os conhecimentos tradicionais dialogam com o currículo escolar, contribuindo para a formação integral dos estudantes, que contempla os saberes cognitivos e também os saberes culturais, identitários e espirituais estabelecidos na comunidade.

3.1 A memória da escola na comunidade Tinguizal – Kalunga

Pensar na construção histórica da educação na comunidade Tinguizal é considerar uma reconstrução a partir de relatos orais dos moradores mais velhos que vivenciaram de forma direta o surgimento da primeira escola local e o significado que teve para a comunidade, deste modo descrevendo os registros coletados por meio de conversas, memórias e vivências transmitidas entre as gerações.

Os registros transcritos foram coletados por meio de conversas, memórias compartilhadas e vivências transmitidas entre gerações, evidenciando não apenas a dimensão concreta da escola, mas também os significados simbólicos atribuídos à educação como instrumento de resistência, pertencimento e transformação social. A consideração dessas vozes e memórias, esta dissertação reafirma a relevância da história

oral tanto para a preservação do patrimônio imaterial quanto para a compreensão dos caminhos, desafios e conquistas da educação nas comunidades tradicionais quilombolas.

E assim, enquanto um ser Kalunga, nas terras do Tinguizal, onde cresci e estudei a maior parte da minha vida, no conhecimento coletivo de nossas vivências, o que a memória coletiva nos mostra é que, em 2003, o senhor José dos Santos Rosa, morador da comunidade, foi até a cidade de Monte Alegre de Goiás para solicitar ao então prefeito, José da Silva Almeida, (popularmente conhecido como Zé da Covanca) a construção de uma escola no Tinguizal, com a autorização concedida, os pais dos alunos se organizaram em mutirão e, com muito esforço, cortaram madeiras, tabocas, cipós, palhas e tábuas, carregando todo material nos próprios braços para erguer a escola.

Após a construção da escola, o prefeito designou um professor para ministrar aulas da primeira à quinta série e contratou a senhora Natalina dos Santos Silva, moradora da comunidade, para preparar as refeições, realizar a limpeza do espaço escolar e buscar água no Córrego Dois Irmãos, garantindo o abastecimento para o consumo dos alunos. O senhor José colaborava voluntariamente, realizando serviços como capina, manutenção das cercas de arame e zelando pela segurança dos estudantes, função que exerceu por cinco anos.

Figura 18 - Escola Tinguizal (Escolinha de palha)



Fonte: Willian da Silva Costa (Brasília, 2001)

A escola, carinhosamente chamada pela comunidade de "escolinha de palha", era simples, com apenas uma sala de aula, um quarto para o descanso do professor e uma

cantina onde eram servidas as refeições, as carteiras eram tábuas, onde as crianças se sentavam e em a outra colocavam os cadernos, em sua estrutura, as paredes eram feitas de palhas e amarradas com cipós extraídos dos pequenos galhos das árvores. As divisões das turmas eram de acordo com a idade das crianças, os maiores estudavam no turno vespertino e os menores no turno matutino. Um fato interessante é que, todos os dias, a senhora Natalina preparava o lanche e nem sempre havia a possibilidade de repetir a refeição, então, pedíamos a ela a panela para raspar o restante da comida e íamos para a beira do córrego Dois Irmãos, lembro-me que eram comuns as disputas e brigas entre nós.

Nessa construção das memórias da antiga escolinha de palha do Tinguizal, trago na lembrança as atividades de recreação eram realizadas no terreiro da escola, Dona Natalina, cuidadora do espaço escolar, deixava tudo sempre bem limpo, na qual varria com uma vassoura feita de palha de buriti, deixando o espaço com um ambiente e acolhedor, e ali nós brincávamos de pega-pega, jogava bola no campinho da escola com bola feita de saco, compartilhávamos os lanches que trazíamos de casa, como perdiz, uma espécie de raiz de planta que arrancávamos na varedinha (local arenoso e brejoso), nas proximidades de casa, quebrávamos macaúba, jatobá colhido nos morrinhos, farinha com rapadura e mangaba que encontrávamos no caminho até a escola.

Figura 19: Atividades escolares na escolinha de palha



Fonte: Willian da Silva Costa (Brasília, 2001)

No ano de 2003, uma nova escola foi construída pelo Exército Brasileiro, cuja estrutura divergia da antiga escolha, com uma significativa melhoria nas estruturas físicas, construída na laje, com ferros e cimentos, as crianças sentavam-se nas carteiras, e o número de professores aumentou, constituindo uma infraestrutura mais segura. O que permaneceu semelhante à escolinha de palha foi a presença do senhor José (Zezé) que continuou a colaborar voluntariamente, contribuindo nas instalações do fornecimento de água na escola, e continuou a realizar a limpeza e cuidados do espaço escolar por mais de 5 meses, recebendo, ao final, apenas R\$ 30,00 por todo o serviço prestado.

Apesar da construção da nova escola, quando terminávamos 5º ano do Ensino Fundamental I, precisávamos nos deslocar para a cidade para continuar os estudos e concluir o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio. Esse momento, enfrentávamos com sofrimento, pois não era fácil abandonar nossas famílias, mas não tínhamos outra escolha, uma vez que compreendíamos que o estudo era uma poderosa ferramenta capaz de transformar nossas vidas.

A trajetória estudantil na cidade foi enfrentada com desafios, frequentemente éramos discriminados, chamados de “bichos do mato”, como se não tivéssemos alma, sofríamos ofensas tanto das pessoas nas ruas quanto de colegas de sala, realidade essa, que caracterizava em dores, a falta de empatia, por parte de muitos, que não compreendiam o nosso processo de luta e resistência, evidenciando assim fortemente as injustiças e sofrimentos mapeados pelo racismo.

A educação no Tinguizal desde 2003, até por volta de 2020, a maioria dos professores das escolas quilombolas eram da cidade de Monte Alegre, contratados pela prefeitura municipal, resultando assim, numa grande desconexão cultural, pois, esses docentes não pertenciam à comunidade e enfrentavam dificuldades em compreender e respeitar as práticas culturais, e foi por parte destes professores que enfrentamos atitudes preconceituosas e discriminatórias por fazer parte quilombo Kalunga.

Vale mencionar que tivemos grandes professores, que realmente vestiam a camisa de ser um educador quilombola, mas em compensação outros professores que só trabalhavam pelo salário, o que era prejudicial ao nosso povo, à nossa cultura, os alunos não tinham nenhum incentivo para aprender, conservar e compreender a nossa realidade e os desafios diários.

Esses professores não compreendiam as especificidades da comunidade, cujas atividades não eram voltadas para a realidade quilombola, tinham dificuldade em compreender a variedade linguística predominante na comunidade, o que contribuiu para

que os estudantes apresentassem dificuldades na comunicação, ocasionando prejuízos para a comunidade que hoje luta pelo resgate da cultura do povo Kalunga.

3.2 A Escola Municipal Kalunga do Tinguizal: Estrutura e Desafios Atuais

A Escola Municipal Tinguizal - Extensão Kalunga II, atende atualmente 17 alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental no período matutino, sendo 9 meninos e 8 meninas, com idades entre 6 e 11 anos. A instituição é ofertada pela Prefeitura Municipal, que também cedeu o prédio escolar para o funcionamento das turmas do Goiás Tec no período matutino com total de 5 alunos, e no período vespertino das turmas do 6º ao 9º ano e turmas da 1ª e 2ª série do Ensino Médio, com o total de 16 estudantes, sendo 5 alunos do Ensino Médio.

Atualmente a escola não oferta a Educação de Jovens e Adultos (EJA), contanto vale ressaltar no ano de 2023, uma turma da EJA foi formada, iniciando com aproximadamente 15 alunos, que mediante às dificuldades enfrentadas, como a necessidade de trabalhar durante o dia ou sair do território em busca de emprego nas cidades, a maioria destes, desistiram de continuar os estudos, e assim somente uma aluna conseguiu concluir os estudos, e por falta de políticas públicas, o programa foi encerrado

A estrutura física da escola hoje é constituída por duas salas de aula, 2 alojamentos que viraram salas de aula, 1 biblioteca, 1 cantina, 4 banheiros, 2 dispensas e 1 salão. Desde a construção, a escola não teve reforma, os antigos bebedouros não funcionam mais, contudo, neste ano de 2025, a gestão municipal adquiriu novos equipamentos para as escolas quilombolas, no Tinguizal foram destinados 1 bebedouro, 1 impressora, 1 caixa de som, 4 ventiladores, 1 geladeira, 1 forno e 1 fogão industrial.

Figura 20- Estrutura atual da Escola Municipal Tinguizal - Extensão Kalunga II



Fonte: Moreira (2023).

Como é percebido na imagem, a estrutura física da escola necessita de reparos, com isso, já está programada uma reforma na escola, que será realizada no mês de dezembro de 2025, período de férias, que não resulta em prejuízo no desenvolvimento do ensino-aprendizagem dos alunos.

Nessa construção da trajetória da educação escolar do Tinguizal, é importante destacar que a educação é percebida como um caminho essencial para a valorização da diversidade cultural, material e imaterial das comunidades quilombolas Kalunga. Para isso, é necessário o envolvimento de todos os sujeitos da comunidade, como guardiões, estudantes, professores e gestores, pois, a educação configura-se como política pública eficaz para uma aprendizagem significativa, libertadora e transformadora.

No caderno de atividade e no encarte pedagógico destinados aos professores, evidencia temáticas relevantes, destacando-se, entre elas, a discriminação e o preconceito histórico enfrentados pelos povos Kalunga, discussões estas que apontam o papel fundamental da educação na ampliação de horizontes, favorecendo a ressignificação de comportamentos e mentalidades junto aos desafios do mundo moderno.

Nesse contexto, a educação é compreendida como instrumento essencial para o desenvolvimento do pensamento crítico, contribuindo para decisões mais conscientes e éticas tanto nas comunidades quanto em suas relações com o mundo exterior.

A educação tem que abrir novos horizontes para as crianças Kalunga. O estudo é necessário para entender as transformações que estão acontecendo e saber como se conduzir diante delas. Por isso, a educação deve servir para ensinar às crianças todas as coisas de fora, do mundo moderno, porque elas vão precisar muito disso para o futuro (Brasil, 2001, p. 104).

Nesse sentido, Felipe e Teruya (2010, p. 258) ressaltam que se deve reforçar a necessidade de formação de professores que “apropriem-se dos saberes sobre a história e a cultura afro-brasileira e africana para serem socializados com as respectivas comunidades”. Desse modo, é fundamental que o processo educativo voltado às crianças, jovens e adultos quilombolas esteja alicerçado no respeito às especificidades culturais e na valorização das tradições dos povos remanescentes de quilombo.

Nisto, é importante destacar a efetiva implementação da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) para tornar obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica, pois, esta lei “abre caminho para a construção de uma educação antirracista, que rompe com as normas discursivas centradas no europeu e no ambiente

escolar torna-se legítimo falar sobre a exclusão e marginalização de um segmento social”.(Felipe; Teruya, 2010, p. 264).

Torna-se, portanto, imprescindível discutir as comunidades remanescentes de quilombo localizadas no Nordeste Goiano, especialmente os Kalunga, desde os primórdios de sua formação até o reconhecimento jurídico assegurado pela Constituição Federal de 1988, a fim de construir práticas educacionais que valorizem o outro e contribuía para romper o silêncio histórico sobre a cultura e história da população negra (Felipe; Teruya, 2010, p. 264), além do reconhecimento dos direitos que perpassam as comunidades quilombolas.

Nesse sentido, o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) reconhece o direito à propriedade definitiva das terras tradicionalmente ocupadas por essas comunidades, o que representa uma reparação histórica e um avanço na luta por justiça social, mas vale ressaltar que esse reconhecimento jurídico também traz à tona a complexa questão da identidade quilombola, manifestada nas formas como essas comunidades vivem, se organizam e se relacionam com o território.

A identidade Kalunga, nesse contexto, é construída por meio da memória, da ancestralidade e da resistência na qual reafirma o território como espaço de pertencimento e reprodução cultural. Pensando nisto, nos últimos anos, a educação no Tinguizal tem-se consolidado como ferramenta de resistência, fortalecimento cultural e transformação social, que em meio aos desafios tem conquistado avanços frente ao protagonismo crescente da própria comunidade na condução de suas práticas educativas.

Um fator primordial e relevante, volta-se à presença de educadores quilombolas formados por programas específicos, como a Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC/UnB), que tem proporcionado a transformação no perfil das escolas quilombolas, professores estes, pertencentes da comunidade, com formação superior, passaram a desenvolver um ensino que dialoga com a realidade, com a história e a identidade Kalunga, construindo assim, um “trabalho duro e o comprometimento de todos para ajudar a melhorar a qualidade dos nossos serviços educativos são extremamente importantes” (Rodrigues, 2023,p. 5).

A saber, a Educação do Campo constitui-se como uma concepção educacional construída a partir das lutas históricas dos povos do campo pelo direito a uma escola que reconheça seus modos de vida, seus territórios, suas culturas e seus saberes. Diferentemente de uma educação pensada *para* o campo a partir de modelos urbanos, a Educação do Campo afirma o campo como espaço de produção de conhecimento, de

identidade e de resistência social (CALDART, 2004).

Segundo Arroyo (2012), a Educação do Campo rompe com a lógica homogeneizadora do currículo escolar tradicional ao reconhecer que os sujeitos do campo possuem trajetórias, tempos sociais, culturas e experiências próprias, que precisam ser consideradas nos processos educativos. Nessa perspectiva, a escola deixa de ser apenas um espaço de transmissão de conteúdos universais e passa a assumir a função de mediadora entre os conhecimentos científicos e os saberes produzidos na vida comunitária.

No contexto das comunidades quilombolas, a Educação do Campo articula-se diretamente à Educação Escolar Quilombola, conforme orientam as Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2012), em que defendem uma educação contextualizada, territorializada e comprometida com a valorização da memória, da ancestralidade, da identidade coletiva e dos saberes tradicionais. A escola quilombola, nesse sentido, deve fortalecer os vínculos comunitários e reconhecer práticas como rezas, benzimentos, festas, oralidade e modos próprios de organização social como conhecimentos legítimos no espaço escolar.

A realidade educacional da comunidade Kalunga do Tinguizal expressa de forma concreta os princípios da Educação do Campo, na medida em que a escola se constrói em diálogo permanente com o território, com os guardiões da cultura e com as práticas socioculturais locais. As experiências desenvolvidas no âmbito da escola, como a Escola Itinerante e o Projeto Ancestralidade Kalunga, evidenciam uma prática educativa que respeita os tempos da comunidade, valoriza a oralidade, reconhece os saberes tradicionais e reafirma a identidade quilombola no currículo escolar.

Desse modo, vemos a escola, que antes era marcada pela exclusão cultural, tornou-se aos poucos, um espaço de pertencimento, em que as práticas pedagógicas vêm sendo ressignificadas com o uso de jogos, cantos tradicionais, saberes das rezadeiras e parteiras, além da validação e produção de pesquisas realizadas por mulheres da própria comunidade, como as professoras Celuta dos Santos Rosa (eu) e Luciene dos Santos Rosa.

Nisto, é válido opinar que essa mudança representa uma divisão com o modelo tradicional de ensino, que historicamente ignorava a territorialidade e a espiritualidade do povo Kalunga, e a presente atuação de mulheres Kalunga como gestoras escolares, coordenadoras pedagógicas e lideranças comunitárias tem sido essencial para o fortalecimento de uma educação mais inclusiva e contextualizada, que valoriza e respeite os saberes, a identidade cultural quilombola, evidenciando assim, o protagonismo da

comunidade, na construção de seus próprios caminhos educativos.

Nesta perspectiva, é notório destacar que a própria Maria Helena Serafim Rodrigues, primeira mulher Kalunga de Monte Alegre a conquistar o título de mestre, é um marco de transformação e afirmação histórica. Para ela, a escola deve ser “um lugar onde os alunos e professores possam crescer, aprender e desenvolver-se” (Rodrigues, 2023, p. 5), reafirmando assim, a importância de práticas pedagógicas que dialoguem com os valores da comunidade.

Nesse contexto, Rodrigues (2023) também evidencia a existência de produção intelectual de outras mulheres Kalunga, cujas pesquisas mostram as contribuições das rezas e benzedadeiras para a educação, e o uso de jogos matemáticos para aproximar os estudantes do conteúdo escolar (Rodrigues, 2023, p. 24-25). Tais experiências demonstram que a educação no território Kalunga está sendo reconstruída com base em seus próprios referenciais culturais.

Mesmo diante das conquistas educacionais, de acordo com Rodrigues (2023), ainda há dificuldades estruturais existentes, tais como precariedade física das escolas, a falta de transporte escolar, ausência de políticas públicas específicas para a Educação Quilombola, requerendo uma necessidade de investimentos e condições na formação continuada dos professores, na valorização dos saberes e no respeito à territorialidade Kalunga.

A luta pelo direito à educação é, para nós mulheres Kalunga, também a luta contra os silêncios históricos que tentaram apagar suas vozes, por isso, “escrever é erguer a voz do quilombo onde eu estiver; e se sou quilombola, sou quilombo, e sendo quilombo tenho raízes, história, memória e saberes a compartilhar” (Rodrigues, 2023, p. 19). No contexto da educação na atualidade, destaca-se a implementação do Goiás Tec nas escolas da rede estadual situadas no território Kalunga. Trata-se de uma política educacional que utiliza aulas mediadas por tecnologia e conteúdos padronizados, apresentada como estratégia de modernização do ensino e de ampliação do acesso à educação.

O Goiás Tec constitui-se como uma política pública educacional instituída no âmbito da Secretaria de Estado da Educação de Goiás, por meio da Lei nº 20.802, de 8 de julho de 2020, denominada “Ensino Médio ao Alcance de Todos” (GOIÁS, 2020). De acordo com a legislação, o programa tem como finalidade ampliar a oferta do ensino médio regular em regiões de difícil acesso e em localidades que apresentam carência de professores habilitados, utilizando a mediação tecnológica como estratégia para garantir a continuidade do calendário letivo e a universalização do acesso à educação. O modelo

prevê a transmissão de aulas a partir de estúdios centrais, ministradas por professores da rede estadual, com acompanhamento de um professor mediador na escola receptora.

Ao priorizar a padronização curricular e a centralização dos conteúdos, o Goiás Tec reduz a autonomia pedagógica das escolas e limita a flexibilidade necessária para atender contextos educacionais específicos. Em territórios quilombolas, como o Kalunga, essa lógica entra em tensão com os princípios da Educação do Campo e da Educação Escolar Quilombola, que defendem uma educação contextualizada, vinculada ao território, à cultura e aos modos de vida da comunidade. Assim, embora o programa seja apresentado como estratégia de ampliação do acesso e de promoção da equidade educacional, sua implementação em contextos tradicionais suscita debates quanto à adequação pedagógica e à efetiva valorização dos saberes locais (GOIÁS, 2020).

Contudo, na realidade quilombola, essa forma de organização do ensino não tem sido bem aceita pela comunidade, uma vez que substitui a presença do professor em sala por aulas gravadas, elaboradas por docentes que não conhecem o território, a cultura e os saberes tradicionais locais. Essa dinâmica fragiliza o vínculo pedagógico e dificulta a articulação entre o currículo escolar e a realidade vivida pelos estudantes, comprometendo processos educativos fundamentados na oralidade, na convivência comunitária e na valorização da identidade quilombola.

Nesse cenário, a comunidade Kalunga e as escolas do território têm buscado construir alternativas pedagógicas que dialoguem com a realidade local, valorizando os saberes tradicionais, a cultura e a ancestralidade como fundamentos do processo educativo. Entre essas iniciativas, destacam-se experiências desenvolvidas a partir do protagonismo da própria comunidade escolar, que reafirmam os princípios da Educação do Campo e da Educação Escolar Quilombola.

Uma dessas experiências é o Projeto Escola Itinerante, desenvolvido pelas escolas municipais de Monte Alegre de Goiás, com início em junho de 2024. O projeto foi concebido para atender crianças que, em determinados períodos do ano, acompanham suas famílias em deslocamentos relacionados a festejos tradicionais, como o Festejo do Sucuri, e acabam afastando-se temporariamente da escola. Diante dessa realidade, professores, coordenadores e equipe gestora organizaram-se para levar a escola até o território onde as famílias se encontram, realizando atividades pedagógicas em espaços improvisados, como barracas de palha e acampamentos, durante os dias do festejo.

As ações desenvolvidas no âmbito do Projeto Escola Itinerante articulam conteúdos escolares com práticas culturais quilombolas, fortalecendo o vínculo entre

escola, comunidade e território. Ao reconhecer o festejo, a oralidade, a convivência comunitária e as manifestações culturais como espaços legítimos de aprendizagem, o projeto rompe com modelos escolares rígidos e reafirma uma educação contextualizada, comprometida com os modos de vida e com a identidade Kalunga.

E, nessa perspectiva, a educação no Tinguizal, nos dias atuais, vai além de uma prática formal, constituindo-se, sobretudo, como uma celebração da identidade Kalunga e um espaço de resistência voltado à valorização e à permanência da cultura local. É a partir dessa compreensão que se efetiva o Projeto Ancestralidade Kalunga, cuja existência se orienta pela preservação, valorização e transmissão dos saberes tradicionais, da memória coletiva e das práticas culturais do povo Kalunga às novas gerações, com ênfase nas apresentações de folias, danças e festejos tradicionais.

O Projeto Ancestralidade Kalunga foi pensado e elaborado por Celuta Moreira, autora desta dissertação, que, enquanto diretora das escolas da comunidade quilombola Kalunga no município de Monte Alegre de Goiás, buscou validar, de forma ampla e comprometida, as representações culturais e as tradições dos saberes locais no espaço escolar. Desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Monte Alegre de Goiás, o projeto teve como objetivo central preservar e valorizar a cultura e os saberes tradicionais do povo Kalunga, promovendo a transmissão de conhecimentos entre gerações por meio de atividades educativas e culturais, como oficinas, rodas de conversa e apresentações artísticas.

Figura 21 - Projeto Ancestralidade Kalunga



Fonte: Moreira (2025)

O Projeto Ancestralidade Kalunga constituiu-se como uma experiência pedagógica de grande relevância, na qual todas as escolas da rede municipal se reuniram

na Escola Municipal Tinguizal para a realização da culminância. Nesse momento coletivo, cada escola apresentou manifestações culturais representativas do povo Kalunga, como folia, sussa, a representação do Império de Nossa Senhora da Abadia, a dança da peneira e a dança do Boilé, expressões que integram o patrimônio cultural da comunidade.

Cabe destacar que o trabalho com a cultura quilombola não deve restringir-se ao dia 20 de novembro, mas constituir-se como prática educativa permanente ao longo do ano letivo. As escolas quilombolas da rede municipal de Monte Alegre de Goiás têm demonstrado esse compromisso por meio da realização contínua de atividades culturais que valorizam a identidade, a memória e os saberes tradicionais da comunidade, indo além de ações pontuais ou comemorativas.

No âmbito do Projeto Ancestralidade Kalunga, a culminância contou ainda com a presença de visitantes externos, incluindo estudantes da Universidade Estadual de Goiás (UEG), da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e do Instituto Goiano de Geologia (IG-GO), o que conferiu maior visibilidade às práticas culturais Kalunga e contribuiu para o reconhecimento e a valorização da história e da resistência de um povo que, ao longo do tempo, enfrentou processos de exclusão e invisibilização, mas segue afirmando sua identidade e seus saberes.

O projeto foi concebido diante da urgência de proteger saberes tradicionais que vinham se enfraquecendo em decorrência da saída dos jovens para os centros urbanos, da escassez de registros formais, do avanço da modernidade e da ausência de políticas públicas específicas. Em sua execução parcial na comunidade do Tinguizal, o projeto organizou ciclos de apresentações de folias tradicionais, como Sussa, Folia de Reis e Boilé, além de danças populares e encenações de festejos, como a levantada do mastro e a Roça de Toco. Essas atividades foram registradas em vídeo e acompanhadas pela presença de anciãos e mestres culturais, criando espaços de convivência entre diferentes gerações e assegurando a vivência prática dos rituais, ao mesmo tempo em que reforçaram o protagonismo da comunidade na preservação de sua identidade cultural.

Essas experiências evidenciam que, mesmo diante de políticas educacionais padronizadas, como o Goiás Tec, a comunidade Kalunga constrói práticas pedagógicas de resistência e reafirmação cultural, nas quais a escola se configura como espaço de diálogo entre saberes tradicionais e conhecimentos escolares, fortalecendo a identidade quilombola e os princípios da Educação do Campo e da Educação Escolar Quilombola, em consonância com a Lei nº 10.639/2003 e com uma educação comprometida com a

equidade e a diversidade cultural.

O Projeto Ancestralidade, ao firmar parcerias com as universidades e ao envolver as escolas da região, contribui e apoia a aplicação da Lei 10.639/2003, que torna obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica, visto que, a proposta pedagógica compreende que a preservação da ancestralidade não é apenas revisitar o passado, mas incentivar práticas e saberes que garantam o pertencimento e a continuidade no presente e no futuro.

Figura 22 – Registros do Projeto Ancestralidade Kalunga




Fonte: Moreira (2025)

O Projeto Ancestralidade Kalunga nesta dissertação reafirma que a pesquisa acadêmica, quando construída em diálogo com a comunidade, ultrapassa os limites teóricos e se torna instrumento de ação, escuta, reconhecimento e valorização dos saberes populares, dado que a ancestralidade Kalunga não é um vestígio do passado e sim uma presença viva, pulsante, que resiste, ensina e transforma

Por fim, o Projeto Ancestralidade Kalunga representa a percepção urgente da valorização dos saberes tradicionais que transcendem os registros escritos, mas que permanecem na oralidade e nas vivências compartilhadas por gerações Kalungas, o reconhecimento das rezadeiras, raizeiras, parteiras e anciãos como guardões da memória coletiva, reforça o direito à diversidade como base de uma sociedade verdadeiramente plural, onde essas multiplas formas do saber são relevantes na história do Brasil.


3.3 Análise da entrevista dos guardiões Kalunga: diálogo entre saberes e educação quilombola

1. Quadro de entrevista - Guardiã (Brasilina dos Santos Rosa (Brarda, Vósica, Mãe Brarda)

1	Nome:	Brasilina dos Santos Rosa (Brarda, Vósica, Mãe Brarda)
2	Idade:79 anos	
3	Práticas de saberes e fazeres:	Benzedeira, Parteira, Raizeira e Rezadeira
4	o que representa as rezas e benzimentos pra você?	Pra mim é tudo truque só de eu lembrar que já judei e judo gente demais eu fico muito feliz Já rezei muito, quando tem uma pessoa ruim o povo ja manda atrais de mim e eu vou feliz de saber que vou fazer o bem. A reza e o binzimento ´tudo tem que creditar praque senão num miora
5	Para quais males você sabe rezar e benzer?	Benzo para quebrante, dor de dente, dor de barriga, espinhela caída, sol na cabeça, reza de parto, mãe do coipo, ofendido de bicho ruim.
6	Como você lida com as raízes? Coleta, reconhecimento, rituais...	Eu aqui sempre guardo remedio aqui em casa direto os póvo vem caçando, eu gosto muito de tirar é sa sexta feira da paixão que o remédio fica com pra miorar, tem pranta que eu vou tirar eu faço meu pricipal praque a gente tem que fechar o coipo na hora de tira, Na semana santa caio no mato pra dexar guardado e ainda bebo na pinguinha mesmo sem ta sintino nada, privinir de duêença .
7	Quais remédios produz? E para que servem cada um?	*Faço garrafas pra limpeza do útero:Pacari, Babatimão, sangra água, jatobá e entre casca de ipê * Grapiar , Fedegoso e Baunilia: Curar gripe, tosse e pneumonia * Fulô de roseira e Catinga de Barrão: Sarar a mãe do coipo Sumo de agudão com jervão e bassurinha : Curar inflamação * Sambaibinha, leite de mangaba e leite de tiborna:Curar desinteria ** * Flor de Abroba: Curar dor de ouvido

		* Rapa da folha de pau terra: Sara qualquer ferimento * Vergateza , bodim (Fura cuberta) ; Remédio para o home ficar forte (estimulante sexual)
8	Como aprendeu esses saberes das rezas, benzimentos e uso de plantas medicinais?	Eu prindi fazer remédio e binzimento foi com minha mãe, minha vó. A reza foi assim, minha mãe e minha vó ia rezar nos altar das sonta e eu eu ia e via eza rezando e com isso fui prendeno, tinha reza que ela me botavapra rezar di dento de casa mermo e assim prindi tudo.
9	O que pensa acerca do ensino escolar sobre as tradições culturais da comunidade?	O estudo é muito bom, eu que num tive a oportunidade, era jogada nas roças mais momóe e casei nova demais. Os meninos de hoje tem que pruveitiar num ta fazendo nada , é so estudar e ajudar nois..


2. Quadro de entrevista – Guardião (José da Silva Santos (Zezé))

1	Nome:	José da Silva Santos (Zezé)
2	Idade: 69 Anos	
3	Práticas de saberes e fazeres:	Ex Benzedor, contador de histórias e guardião do saber
4	o que representa as rezas e benzimentos pra você?	Já rezei muito, hoje sigo a palavra de Jesus, sou crente. A reza e a oração pra mim é quais a merma coisa, tudo precisa da fé, uma oração e uma reza se a pessoa num tiver fé em Jesus não é curado. Hoje não benzo mais, hoje eu oro, mas qualquer coisa que a gente for fazer a gente tem que ter fé, então isso pra mim é uma coisa que cura través da fé
5	Para quais males você sabe rezar e benzer? Ieu sabia a	Já Binzi de quebrante, dor de barriga e dor de dente. Hoje em dia eu não benzo mais, eu oro. benzer de quebrante, tirava ventosa(um corte nas costas com gilete e botava o artifício, um instrumento feito do chifre da vaca) para cortar a dor de dente e benzia dor de barriga, hoje ieu só oro e como conheço a palavra e tenho fé a pessoa fica boa
6	Como você lida com as raízes? Coleta, reconhecimento,	Hoje mermo que mudei de relegião, não deixei de usar os remeidinhos de mato, foi coisa que preñdi com meus criadores. Quando alguém tá com algum tipo de

	rituais...	problema, oro e vou no mato buscar raiz, casca ou folha daquele pau que seive pra aquilo que a pessoa ta sintindo, cada remédio tem a maneira certa de tirar, igual uma casca de pau dependendo do que a pessoa sente tem que rapar ela pra cima e não pra baixo, os remédios no mato tem toda uma ciencia para tirar e saber também praque se matar aquele pau de remédio pode ser difícil de ranjar outro. Hoje eu não faço mais essas coisa, vivo deca pra igreja, já tou véio, de vez enquanto que tiro uma casquinha de pau ou uma raizinha mesmo ai qui mermo na beira do quintalim pra fazer remeidim.
7	Quais remédios produz? E para que servem cada um?	È igual eu falei quando uma pessoa sente uma coisa saio no mato pra rancar, não guardo remédio em casa e nem vendo, se a pessoa precisar de mim eu ajudo com bom coração, só de ver a pessoa bem eu fico feliz. * Fedegoso é bom pra curar gripe * Sumo de eiva cideira é boa para acalmar depressão * Mamuda é boa par infecção de urina e também nos rim * Foia de Piqui é boa pro figo * Pinha rasteira é boa pra curar os rim * casca de imburana para gripe, Baunilha para prumunia, * carrapicho pra digestão
8	Como aprendeu esses saberes das rezas, benzimentos e uso de plantas medicinais?	Na épa que eu fazia essas coisas eu prindi foi com os mais véios que morava aqui, antigamente ir pra rua era muito difícil tinha que arrumar o jeito era aqui mermo e com isso nós tudo era obrigado saber pra ajudar as pessoa.
9	O que pensa acerca do ensino escolar sobre as tradições culturais da comunidade?	A escola é muitio boa, eu num tive a oportunidade de estudar e hoje vejo meu povo que já sabe a ler e a escrever fico muito alegre, e o que aprende na escola ajuda conseivar as coisa que nois sofremos pra chegar ate aqui, a escola tem que ensinar os meninos mais não pode deixar acabar as coisa que sofremo pra ter.

3. Quadro de entrevista – Guardiã (Tia, Iáíá Procópia dos Santos Rosa)

1	Nome:	Tia, Iáíá Procópia dos Santos Rosa
2	Idade:92 anos	

		
3	Práticas de saberes e fazeres:	Parteira, Raizeira e Rezadeira de altar
4	o que representa as rezas e benzimentos pra você?	<p>A reza pra mim é muita felicidade, dos tempos que eu tenho rezado, eu sou feliz na minha vida, se eu peço a Deus, Deus me vale, pra mim tou muito feliz, eu sou devota, rezo pra São João, rezo para tudo quanto era santo rezo, pra essas beiras quando tinha festa todo mundo vinha atrás de mim pra eu judar rezar, era eu e Fulugência, Fulugência morreu ficou eu mais Lonrindo, rezando nessas casas, nessas festas, então pra mim foi felicidade, porque as coisas tão miorando pra nois. Dona Meire veio fazer esse projeto, eu num esqueço de São João Batista, ela pegou os nomes dos povos e levou pra tirar documento, eu lembro que eu tava com minha perna quebrada, não dava conta de andar, num guentava muntar no cavalo, intom eu dei meu nome e era (Data de nascimento) pra meu filho e ele foi la em Goiana e tirou o registro dele e o meu, então ela judou muita gente aqui, e foi são João que mandou ela aqui pra nós, tudo eu botei nos pé do são João e ele ouviu meu pedido, pra mim essas rezas que eu sei que nós reza nas festas ,tudo isso pra mim é um valorão grande, nós tamo aqui e com isso tudo ai, num foi e Dona Meiry não, tudo foi a força de São João,quem trouxe essa filha de Deus pra ajudar a nossa comunidade foi São João, botou uma anafabeta que não sabia a ler e nem nada como eu, eu sei que tudo foi são João e mesmo sem saber a lê eu consegui correr atrás disso tudo que oéis tem aí hoje.</p>
5	Para quais males você sabe rezar e benzer?	<p>Eu num sei Binzimento nenhum, agora meu binzimento é a que sei reza de altar, agora até a ladainha eu rezo que são aquelas rezas que rezamos nas festas que é mais milagrosa. O binzimento é para livrar de alguma doênc e miora na hora , agora do altar é para rezar para o santo, tamém para livrar,agora o de altar você faz um voto e Deus ajuda, tudo tem seu valor o de altar demora mais, mas a glória tamém é garantida</p>

6	Como você lida com as raízes? Coleta, reconhecimento, rituais...	Ô minha fia, hoje eu não pego remédio nenhum no mato, mas antigamente eu rancava era aiguma raizinha, só que era o seguinte, quando ia rancar oremeidio para o duente, tinha que rancar e não deixar foia verde cair dentro praque se caisse foia verde de dentro do buraco o duente não escapava, era essas coisinhas assim, se tivesse com a mão ruim tomém (mestruada ou feito sexo naquele dia) não servia pra panhar remeidio praque matava a pranta.
7	Quais remédios produz? E para que servem cada um?	Hoje eu num faço remeidio nenhum, estou com a cabeça ruim que num lembro mais de nada, meu povo é que cuidia de mim, intom minha fia num é que eu num quero falar procê, juro por Deus, minha cabeça num presta mais não, hoje eu não valo mais de nada, minha neta que ta ai, Bia, ela que vai ficar ni meu lugar, segurar tudo tudo que eu curri atrais
8	Como aprendeu esses saberes das rezas, benzimentos e uso de plantas medicinais?	Eu num sei binzimento nenhum, a coisa que eu prindi foi reza de altar, eu ia direto nas rezas em festas e em casa mesmo, ficava oiando os mais véios rezar e eu fui aprendendo, foi assim que hoje sei tudo quanto é reza de altar, de corerma(semana santa) e de velóro. Hoje em dia menino nenhum mais assiste reza, os criador ta rezando e menino fica é luitiando com a maior algazarra de fora da igreja, vai chegaar uma hora que isso tudo pode cabar praque os mais novo num quer aprender, quer só ficar donçono e com bebedeira e num lembra de prender nós um dia vamo imbora, Lorino (Laurindo), Santina, Salú, Albertino, Elia, Ozila, um bucado dos mais véio ja morreu, os rezador que resta aqui é poco, ainda tem Hilena, Quita, Tico de Santim e Bia.
9	O que pensa acerca do ensino escolar sobre as tradições culturais da comunidade?	Oia á escola pra mim é muito importante, eu que curri atras de tudo, num tive leitiura nenhuma, mas São João que me deu foíça, a escola ta ai e num foima hoje quem num quer, ta ai pra todo mundo. A escola ta judano muito, trabaia as cultura de nós, ensina os mininos donçar sussa, luitiar capoera, direto as escolavai pra fora levar os mininos pra representar na cidade, inton eu falo os professor ta fazendo a coisa certa, ensinando os meninos praque depois é es que vai ensinar pros fios deles e tem que prender mermo, direto os professor vem mje buscar aqui em casa pra judar ensinar os minino, eu fico feliz de ver essas coisas.

Para tecermos o diálogo entre os saberes e educação escolar quilombola, fez-se necessária a realização de entrevistas com os guar também diões dos saberes tradicionais da comunidade Kalunga, pelo rico conhecimento das práticas de cura com bases em rezas, benzimentos e uso de plantas medicinais, a fim de fortalecer e validar a importância do papel das rezadeiras e benzedadeiras na construção de uma pedagogia que respeite e valorize

a territorialidade Kalunga.

Os guardiões entrevistados foram: Brasilina dos Santos Rosa (Mãe Brarda), José da Silva Santos (Zezé) e Procópio dos Santos Rosa (Iáíá Procópio), seus relatos são de grande relevância para a compreensão dos saberes tradicionais Kalunga. A saber, esses conhecimentos são transmitidos por gerações e configuram o que Santos (2019) delimita como “ecologia de saberes”, no qual, compreende que não há saberes completos em si mesmos; pelo contrário, os saberes se fortalece e se amplia quando entra em diálogo com outros, em condições de respeito e igualdade, reconhecendo que existem muitas formas diferentes de conhecer o mundo.(p. 47-48), ou seja, o conhecimento se constrói na relação entre ser humano, espiritualidade e natureza.

Esses saberes, que inclui rezas, uso de plantas medicinais, rituais de cura e outras práticas simbólicas, representam um patrimônio imaterial transmitido de geração em geração, sustentando não apenas a saúde física, mas também a coesão social e espiritual da comunidade, a integração desses saberes no contexto escolar, fortalece a identidade coletiva, resiste a padronização da cultura impostas por influências externas e promove a capacidade dos estudantes a valorizar sua cultura.

De acordo com as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 2012), a educação quilombola deve ser pautada na valorização dos saberes comunitários, promovendo a construção de currículos interculturais que estabeleçam uma relação de reciprocidade entre conhecimento tradicional e conhecimento científico (Munanga, 2004; Silva, 2015), em outras palavras, entende-se que o espaço escolar deixa de ser apenas um reprodutor de conteúdos universais e assume a função de mediadora dos saberes, reconhecendo o protagonismo das lideranças espirituais e culturais do território.

Em consideração às entrevistas realizadas, é válido ressaltar que, com base nos princípios da pesquisa colaborativa e participativa (Candau, 2014), que reconhecem o entrevistado como coautor do conhecimento produzido, e também uma opção de respeitar a variação linguística das comunidades quilombolas, pois a maneira de falar é parte inerente do próprio saber compartilhado.

Assim, a entrevista, em sua estrutura, é constituída pela parte da identificação, idade e prática de saberes e fazeres, seguida de 6 (seis) questões, com a finalidade de compreender os saberes que abrangem o papel das rezas, rezadeiras para o contexto de ensino e aprendizagem na educação quilombola do Tinguizal. A partir das entrevistas, destacamos a identificação dos entrevistados: Brasilina dos Santos Rosa, 79 anos, benzedeira, parteria, raizeira e rezadeira (Mãe Brarda), José da Silva Santos, 69 anos, ex-

benzedeiro, contador de histórias e guardião do saber (Zezé) e Procópio dos Santos Rosa, 92 anos, parteira, raizeira e rezadeira de altar (Iáíá Procópio). Em, sequência, a pergunta, qual a importância das rezas e benzimentos?

“Pra mim é tudo porque só de eu lembrar que já judei e judo gentedemais eu fico muito feliz. Já rezei muito, quando tem uma pessoa ruim o povo já manda atrais de mim e eu vou feliz de saber que vou fazer o bem. A reza e o binzimento é tudo, tem que creditar praque senão num miora”. (Mãe Brarda, 11 jan. 2024)

“Já rezei muito, hoje sigo a palavra de Jesus, sou crente. A reza e a oração pra mim é quais a merma coisa, tudo precisa da fé, uma oração e uma reza se a pessoa num tiver fé em Jesus não é curado. Hoje não benzo mais, hoje eu oro, mas qualquer coisa que a gente for fazer a gente tem que ter fé, então isso pra mim é uma coisa que cura através' da fé” (Zezé, 11 jan. 2024).

“A reza pra mim é muita felicidade, dos tempos que eu tenho rezado, eu sou feliz na minha vida, se eu peço a Deus, Deus me vale, pra mim tou muito feliz, eu sou devota, rezo pra São Jão, rezo para tudo quanto era santo rezo, pra essas beiras quando tinha festa todo mundo vinha atras de mim pra eu judar rezar, era eu e Fulugência, Fulugência morreu ficou eu mais Lonrindo, rezando nessas casas, nessas festas, então pra mim foi felicidade, porque as coisas tão miorando pra nois. Dona Meire veio fazer esse projeto, eu num esqueço de São João Batista, ela pegou os nomes dos povos e levou pra tirar documento, eu lembro que eu tava com minha perna quebrada, não dava conta de andar, num guentava muntar no cavalo, intom eu dei meu nome e era (Data de nascimento) pra meu filho e ele foi la em Goiana e tirou o registro dele e o meu, então ela judou muita gente aqui, e foi são João que mandou ela aqui pra nós, tudo eu botei nos pé do são João e ele ouviu meu pedido, pra mim essas rezas que eu sei que nós reza nas festas ,tudo isso pra mim é um valorão grande, nós tamo aqui e com isso tudo ai, num foi e Dona Meiry não, tudo foi a força de São João,quem trouxe essa filha de Deus pra ajudar a nossa comunidade foi São João, botou uma anafabeta que não sabia a ler e nem nada como eu, eu seri que tudo foi são João e mesmo sem saber a lê eu consegui correr atras disso tudo que oceis tem aí hoje”. (Iáíá Procópio, 01 de agosto de 2025).

Em suas respostas, os entrevistados revelam que a prática de rezar ou benzer vai além de uma ação técnica ou um ritual, constituindo um ato carregado de sentido ético e afetivo, uma expressão de pertencimento comunitário, em que a fé manifesta como elemento estruturante, atribuindo eficácia simbólica e terapêutica à prática, envolvendo o espiritual, emocional e social, reafirmando o pertencimento e a continuidade dos saberes dos ancestrais. Assim, em sua fala, Mãe Brarda destaca a função social de “ajudar gente demais”, reforçando seu papel enquanto agente de cuidado e liderança comunitária. Para Zezé, apesar da mudança de religião, o fundamento permanece, em que se constrói através

da fé, nisto ressalta que se “a pessoa num tiver fé. não é curado”. Já para Dona Procópia, a reza volta-se para uma dimensão política e comunitária, dado que, em sua fala, associa a prática de rezar à conquista de direitos civis e ao fortalecimento coletivo.

Neste contexto, no campo das epistemologias do Sul (Santos, 2019), nos mostra que é possível a convivência e o diálogo entre as diferentes concepções de crenças, sem que haja entre elas disputas ou negação, fortalecendo e preservando as práticas culturais e espirituais, o que permite a valorização dos saberes locais, e a construção de conhecimento associados a realidade das comunidades, respeitando seus modos de crenças, vida e aprendizagem.

Em sequência à entrevista, foi perguntado “sobre para quais males você sabe rezar e benzer?”

“Benzo para quebrante, dor de dente, dor de barriga, espinhela caída, sol na cabeça, reza de parto, mãe do coipo, ofendido de bicho ruim”
(Mãe Brarda, 11 jan. 2024)

“Já binzi de quebrante, dor de barriga e dor de dente. Hoje em dia eu não benzo mais, eu oro. Benzer de quebrante, tirava ventosa (um corte nas costas com gilete e botava o artifício, um instrumento feito do chifre da vaca) para cortar a dor de dente e benzia dor de barriga, hoje eu só oro e como conheço a palavra e tenho fé a pessoa fica boa.(Zezé, 11 jan. 2024).

“Eu num sei Binzimento nenhum, agora meu binzimento é a que sei reza de altar, agora inté a ladainha eu rezo que são aquelas rezas que rezamos nas festas que é mais milagrosa. O binzimento é para livrar de alguma doença e miora na hora, agora do altar é para rezar para o santo, também para livrar, agora o de altar você faz um voto e Deus ajuda, tudo tem seu valor o de altar demora mais, mas a glória também é garantida” (Iáíá Procópia, 01 agosto. 2025).

Nesse diálogo, observa-se a forma como a comunidade associa categorias diagnósticas próprias, como “mãe do corpo” e “quebrante”, relacionadas às diferentes formas de intervenção, que podem ser imediatas (como o benzimento de cura) ou prolongadas (como a reza de altar). Em sua fala, o senhor Zezé acrescenta a técnica da ventosa, evidenciando que o saber tradicional Kalunga envolve práticas corporais, uso de instrumentos e fórmulas verbais. Já Iáíá Procópia, em sua fala, destaca as rezas de altar, que, embora mais demoradas em seus efeitos, são consideradas “milagrosas” e associadas a promessas feitas aos santos. Essa diferença mostra que a prática de curar não está ligada apenas à eficácia imediata, mas também à dimensão espiritual e comunitária, em que o tempo, o ritual e a fé coletiva dão legalidade à prática.

Essa pluralidade de formas de cuidado traz uma visão holística de saúde que une o corpo, o espírito e o ambiente, diferenciando-se do modelo biomédico e aproximando-se do que Walsh (2009) chama de epistemologias encarnadas, nas quais o conhecimento é vivido e praticado. Além disso, a importância que Iáíá enfatiza às rezas de altar reforça o que Candau (2014) define como práticas culturais de resistência, transmitidas como patrimônio imaterial que guarda a memória, a espiritualidade e a identidade comunitária.

No que se refere ao uso das raízes, em que pergunta: Como você lida com as raízes? (Coleta, reconhecimento, rituais). Em suas falas os guardiões da reza descrevem que:

“Eu aqui sempre guardo remédio aqui em casa direto, os póvo vem caçando, eu gosto muito de tirar é sa sexta feira da paixão que o remédio fica com pra miorar, tem pranta que eu vou tirar eu faço meu principal praque a gente tem que fechar o coipo na hora de tira, Na semana santa caio no mato pra dexar guardado e ainda bebo na pinguinha mesmo sem ta sintino nada, privinir de duênça” (Mãe Brarda, 11 jan. 2024)

“Hoje mermo que mudei de relegião, não deixei de usar os remeidinhos de mato, foi coisa que premdi com meus criador. Quando alguém tá com algum tipo de probema, oro e vou no mato buscar raiz, casca ou folha daquele pau que seive pra aquilo que a pessoa ta sintindo, cada remédio tem a maneira certa de tirar, igual uma casca de pau dependendo do que a pessoa sente tem que rapar ela pra cima e não pra baixo, os remédios no mato tem toda uma ciência para tirar e saber também praque se matar aquele pau de remédio pode ser dificil de ranjar outro” (Zezé, 11 jan. 2024).

“Ô minha fia, hoje eu não pego remédio ninhum no mato, mas antigamente eu rancava era aiguma raizinha, só que era o seguinte, quando ia rancar o remeidio para o duente, tinha que rancar e não deixar foia verde cair dentro praque se caisse foia verde de dentro do buraco o duente não escapava, era essas coisinhas assim, se tivesse com a mão ruim tomém (mestruada ou feito sexo naquele dia) não servia pra panhar remeidio praque matava a pranta.” (Iáíá Procópia, 01 agosto. 2025).

As falas mostram que, no saber Kalunga, o uso de raízes envolve fé, rituais e cuidados com a natureza, nesse sentido, Mãe Brarda associa a coleta das plantas à períodos litúrgicos; Zezé destaca técnicas herdadas e práticas respeite a sustentabilidade; e Iáíá Procópia traz uma visao etica e corporal, destacando que certas condições acrescenta dimensões éticas e corporais, destacando que certas condições do corpo feminino podem influenciam a eficácia do remédio. Em conjunto, essas falas mostram que o preparo dos remédios não é apenas técnico, envolve espiritualidade, corpo e natureza em interação.

Essa percepção de entender a saúde, diferente da medicina ocidental, dialoga com a percepção indígena descrita por Apurinã (2020), cujo entendimento mostra que saúde, corpo e ambiente estão ligados como um cosmo relacional, em que as pessoas, espíritos, animais e elementos naturais convivem e se influenciam mutuamente. Em relação à pergunta, quais remédios você produz e para que servem?

Faço garrafas pra limpeza do útero: pacari, babatimão, sangra d'água, jatobá e entre casca de ipê. Grapiar, fedegoso e baunilia: curar gripe, tosse e pneumonia. Fulô de roseira e catinga de barrão: sarar a mãe do coipo. Sumo de agudão com jervão e bassurinha: curar inflamação. Sambaibinha, leite de mangaba e leite de tiborna: curar desinteria. Flor de abroba: curar dor de ouvido. Rapa da folha de pau terra: sara qualquer ferimento. Vergateza, bodim (fura cuberta): remédio para o home ficar forte (estimulante sexual)." (Mãe Brarda, 11 jan. 2024)

É igual eu falei, quando uma pessoa sente uma coisa saio no mato pra rancar, não guardo remédio em casa e nem vendo, se a pessoa precisar de mim eu ajudo com bom coração, só de ver a pessoa bem eu fico feliz. Fedegoso é bom pra curar gripe. Sumo de eiva cideira é boa para acalmar depressão. Mamuda é boa para infecção de urina e também nos rim. Foia de piqui é boa pro figo. Pinha rasteira é boa pra curar os rim. Casca de imburana para gripe. Baunilha para prumunia. Carrapicho pra digistão." (Zezé, 11 jan. 2024).

Hoje eu num faço remeidio nenhum, estou com a cabeça ruim que num lembro mais de nada, meu povo é que cuidia de mim, intom minha fia num é que eu num quero falar procê, juro por Deus, minha cabeça num presta mais não, hoje eu não valo mais de nada, minha neta que ta ai, Bia, ela que vai ficar ni meu lugar, segurar tudo tudo que eu curri atrais) (Iáíá Procópia, 01 agosto. 2025).

Em suas falas, os entrevistados evidenciaram que no saber Kalunga, o uso das plantas medicinais envolve proporções técnicas, comunitárias e espirituais. Em sua fala, Mãe Brarda enfatiza a saúde da mulher e o fortalecimento do corpo. O senhor Zezé traz sua fala voltada para os tratamentos práticos para doenças recorrentes e cuidados relacionados ao bem-estar emocional. Já a Iáíá Procópia evidencia que na atualidade já não consegue a mesma praticidade de antes, pois a memória já não é a mesma, enfatizando a transmissão de saberes entre gerações, reconhecendo os limites da sua memória e indicando a sua neta Bia como guardiã desses saberes. A partir das contribuições dos nossos anciões, benzedeiros, enquanto um ser Kalunga, entendemos que as plantas medicinais vão além de elementos funcionais, é como se fossem também conhecidas como seres vivos que participam da vida comunitária e contribui com a saúde, a memória e a continuidade da cultura, tal como as concepções de Krenak (2019), que compreende

a natureza como entidades, uma pessoa com a qual partilhamos a existência

Na tentativa de compreender a forma como os saberes tradicionais das rezas, benzimentos e uso de plantas medicinais foram aprendidos no território Kalunga, perguntou-se às entrevistadas: Como aprendeu esses saberes das rezas, benzimentos e uso de plantas medicinais?

Eu prindi fazer remédio e binzimento foi com minha mãe, minha vó. A reza foi assim, minha mãe e minha vó ia rezar nos altar das sonta e eu ia e via eza rezando e com isso fui prendeno. Tinha reza que ela me botava pra rezar di dento de casa mermo e assim prindi tudo. (Mãe Brarda, 11 jan. 2024)

Na épa que eu fazia essas coisas eu prindi foi com os mais véios que morava aqui, antigamente ir pra rua era muito difícil, tinha que arrumar o jeito era aqui mermo e com isso nós tudo era obrigado saber pra ajudar as pessoa. (Zezé, 11 jan. 2024)

Eu num sei binzimento nenhum, a coisa que eu prindi foi reza de altar, eu ia direto nas rezas em festas e em casa mesmo, ficava oiando os mais véios rezar e eu fui prendendo, foi assim que hoje sei tudo quanto é reza de altar, de corerma(semana santa) e de velóro. Hoje em dia menino nenhum mais assiste reza, os criador ta rezando e menino fica é luitiando com a maior algazarra de fora da igreja, vai chegaar uma hora que isso tudo pode cabar pruque os mais novo num quer aprender, quer só ficar donçono e com bebedeira e num lembra de prender nós um dia vamo imbora, Lorino (Laurindo),Santina, Salú, Albertino, Elia, Ozila, um bucado dos mais véio ja morreu, os rezador que resta aqui é poco, ainda tem Hilena, Quita, Tico de Santim e Bia. (Iáíá Procópia, 01 agosto. 2025).

Obviamente, enquanto as falas destacam a transmissão entre gerações como via principal de aprendizagem: no núcleo familiar (Mãe Brarda), no convívio comunitário e de necessidade (Zezé) e nos rituais religiosos (Iáíá Procópia), que também alertam para o desinteresse das novas gerações. Pensar nessa temática nos leva em encontro com a concepção da ecopedagogia, na qual mobilizar pessoas em uma relação de pertencimento, ancorada em valores existenciais mais profundos (Meija; Catalçao, 2024, p.30), tanto com a concepção de pedagogia dos territórios, em que os saberes se constituem como formas de vida transmitidas pela prática coletiva (Molina, 2017).

Nessa linha de raciocínio, Santos e Cazumbá (2023) ressaltam a importância da oralidade e dos rituais na resistência cultural das comunidades quilombolas; assim, a preservação desses conhecimentos depende da participação ativa dos jovens, responsáveis pela continuidade da memória coletiva e da identidade cultural (Santana, 204). Desse modo, compreende-se que a aprendizagem Kalunga está presente de forma

coletiva e enraizada no território, mas enfrenta risco de distanciamento entre as gerações, reforçando assim a necessidade de a educação escolar quilombola reconheça e valorize tais saberes como forma de preservação cultural.

Ao discutir as formas de relação entre a escola e as tradições culturais da comunidade, perguntou-se: o que pensa sobre o ensino escolar das tradições culturais da comunidade?

O estudo é muito bom, eu que num tive a oportunidade, era jogada nas roças mais momóe e casei nova demais. Os meninos de hoje tem que pruveitiar, num tá fazendo nada, é só estudar e ajudar nois. (Mãe Brarda, 11 jan. 2024)

A escola é muitio boa, eu num tive a oportunidade de estudar e hoje vejo meu povo que já sabe a ler e a escrever, fico muito alegre. E o que aprende na escola ajuda conseivar as coisa que nois sofremos pra chegar até aqui. A escola tem que ensinar os meninos, mas não pode deixar acabar as coisa que sofremo pra ter. (Zezé, 11 jan. 2024).

Oia á escola pra mim é muito importante, eu que curri atras de tudo, num tive leitiura ninhuma, mas São João que me deu foíça, a escola ta aí e num foima hoje quem num quer, ta aí pra todo mundo. A escola ta judano muito, trabaia as cultura de nós, ensina os mininos donçar sussa, luitiar capoeira, direto as escolasvai pra fora levar os mininos pra representar na cidade, inton eu falo os prufessor ta fazendo a coisa certa, ensinando os meninos praque depois é es que vai ensinar pros fios deles e tem que prender mermo, direto os prufessor vem mje buscar aqui em casa pra judar ensinar os minino, eu fico feliz de ver essas coisas (Iáíá Procópia, 01 agosto. 2025).

A partir de suas falas, Mãe Brarda, Zezé e Iáíá Procópia evidenciam que a escola é percebida como uma oportunidade antes negada às gerações passadas, e ao mesmo tempo, reforçam que a educação formal precisa fazer parte do contexto escolar, como também respeitar esses saberes tradicionais que sustentam a identidade Kalunga. Nesse contexto, essa percepção se associa à proposta de educação intercultural crítica (Candau, 2011), com as Diretrizes Curriculares da Educação Escolar Quilombola (Brasil, 2012) e com a noção de pedagogia dos territórios (Molina, 2017), na qual entende o conhecimento como prática social e comunitária.


E, tomando por base esses contextos, convém dizer que as rezas, benzimentos e o uso de plantas medicinais não se limitam a práticas de cuidado, mas também funcionam como estratégias pedagógicas que fortalecem a memória coletiva e a espiritualidade da comunidade, permitido assim, que a escola se transforma em um espaço de resistência e de preservação cultural (Santos, 2022; Pereira, 2021).

3.4 Análise da entrevista: vozes docentes e a contribuição dos saberes tradicionais Kalunga para a educação escolar quilombola

4. Quadro de entrevista – Professora (Vanuza Pereira de Souza)

1	Nome:	Vanuza Pereira de Souza 
2	Função Pedagógica:	Professora de Contrato temporário
3	Tempo de atuação na comunidade escolar:	5 Anos
4	Como a escola tem trabalhado com as tradições locais?	Muitas das vezes as faço o planejamento, proponho rodas de conversas, exponho o que sei e as crianças também participam, convido pessoas mais velhas para sala de aula
5	Quais projetos em desenvolvimento com o objetivo de fortalecer a identidade cultural dos alunos?	Projeto Ancestralidade Cultura Kalunga e o Projeto Escola Itinerante no Festejo do Sucuri
6	Como é feito a adequação curricular em relação a identidade cultural da comunidade escolar?	Como professora é meu dever adequar o planejamento e as atividades de acordo com a minha comunidade, antes de ir para as demais identidades precisamos conhecer e trabalhar a nossa identidade Kalunga.
7	A unidade escolar em algum momento conseguiu trazer os guardiões das tradições culturais locais para expressar seus saberes na escola?	Sim, porque as vezes nos professores das comunidades não conhecemos totalmente nossa história levamos esses anciãos para os espaços escolares, uma adquirir conhecimento e valorização dos nossos mestres, uma forma de resgatar e preservar os conhecimentos tradicionais.
8	Quais contribuições você gostaria de deixar para esta pesquisa?	Bom, acho muito importante essas ações buscando resgatar as nossas tradições, antes não tínhamos este incentivos, com a entrada da nova diretora onde ganhamos apoio de alguém que preserva as nossas culturas, precisamos deixar um bom legado aos nossos filhos, para a tradição não morrer mas não podemos deixar cair no esquecimento


5. Quadro de entrevista – Professora Mestre (Lourdes Fernandes de Souza - Bia Kalunga)

1	Nome:	Mestre Lourdes Fernandes de Souza (Bia Kalunga) 
	Idade	41 Anos
2	Função Pedagógica:	Professora
3	Tempo de atuação na comunidade escolar:	18 Anos
4	Como a escola tem trabalhado com as tradições locais?	Através de projetos que são planejados e trabalhado nas escolas por meio dos professores. A gestão tem que iniciar projetos que busque fazer esse trabalho integrado com o currículo externo, ou seja, valorizar principalmente o contexto, os mestres da cultura e também integrar essas pessoas nas salas de aulas porque não adianta só o professor sozinho tentar fazer algo, mas nós enquanto gestores abrir esse espaço, planejar junto, colocar em prática, esse planejamento de ação que possa relacionar a identidade cultural com o currículo externo. A unidade Escolar acredito que, nós professores e gestores temos autonomia sim de trabalhar a cultura, identidade, a memória, os saberes e fazeres sem fugir do currículo externo. A princípio penso, que deve ser revisto a questão do calendário sociocultural, porque através deste é onde que vai ser pautado todos os eventos culturais que acontecem na comunidade valorizando desde a folia, as rezas, as músicas, as danças principalmente a suça, os saberes desde os artesanatos, o modo de vestir, o modo de plantar, eu acho que tudo é envolvido.
5	Quais projetos em desenvolvimento com o objetivo de fortalecer a identidade cultural dos alunos?	Os projetos que estão em desenvolvimento com objetivo de fortalecer a identidade cultural dos alunos são as ações Griôs que esta começando a colocar em práticas, Escola Itinerante, é uma forma de adequar o currículo

		externo com o currículo local, sem deixar de trabalhar ambos obedecendo o calendário dos duzentos dias letivos.
6	Como é feita a adequação curricular em relação a identidade cultural da comunidade escolar?	Essa adequação é isso que estamos fazendo, com jogo de cintura, o professor tem autonomia e força de vontade de fazer acontecer na prática por meio da adequação do currículo externo com a cultura local ou seja um currículo compreensivo, levando os mais velhos para as salas de aulas, partes dos conhecimentos ancestrais ainda são poucos que conheço, como comunidade ainda sou discipula, aprendiz e como professora trabalhando o sistema formal é o que tento fazer na prática é aplicar as ações Griôs, ensinar os alunos que são importantes esses conhecimentos tradicionais orais ancestrais, eles estão na memória, ela só é aprendida na prática, buscar aprender e ensinar naturalmente, na vivência com os mais velhos, com a comunidade e com os festejos.
7	A unidade escolar em algum momento conseguiu trazer os guardiões das tradições culturais locais para expressar seus saberes na escola?	Sim, aqui na maioria das vezes em eventos que realizamos na escola, por meio dos Griôs, estou participando de um projeto como palestrante, os mais velhos são convidados para falar sobre o conhecimento ancestrais e com isso eles são remunerados, onde os professores da comunidade estão assistem os Griôs dar aula sobre os saberes tradicionais onde depois ensinarão os alunos que são importantes esses conhecimentos tradicionais orais ancestrais, eles estão na memória, ela só é aprendida na prática.
8	Quais contribuições você gostaria de deixar para esta pesquisa?	Como comunidade sou aprendiz, esses conhecimentos são importantes, fico feliz pelo seu trabalho, Boa sorte, já deu sorte, boa escolha e a gente tem que valorizar esses conhecimentos locais e tradicionais, e os mestres, tem que levar essas pessoas para dentro das Universidades, ela precisa saber dessas pessoas e fazer esse casamento do conhecimentos científicos com o empirico, tema muito bom de ser preservado, ta no caminho mesmo, seu avô tivesse vivo melhor ainda mais conhecimento seria abordado, você ainda consegue extrair muito conhecimento dele.

6. Quadro de entrevista - Professora (Divânia Deltrude Moreira)

1	Nome:	Divânia Deltrude Moreira
---	-------	--------------------------

		
	Idade	29 Anos
2	Função Pedagógica:	Professora
3	Tempo de atuação na comunidade escolar:	4 Anos
4	Como a escola tem trabalhado com as tradições locais?	É notório que a escola tem se empenhado em preservar as tradições culturais que atravessam gerações e formam a identidade da comunidade. Reconhecendo que esses saberes carregam a memória dos nossos antepassados, a instituição valoriza datas festivas, manifestações culturais e rituais comunitários, estimulando a participação dos alunos juntos a família. Quando os estudantes não podem comparecer à escola, esta busca ir até eles, construindo uma ponte entre conhecimento escolar e a realidade vivida pelo educando. Por meio de apresentações culturais, rodas de conversa e práticas coletivas que resgatam saberes antigos, a escola promove o fortalecimento da memória coletiva e mantém viva a riqueza das tradições locais.
5	Quais projetos em desenvolvimento com o objetivo de fortalecer a identidade cultural dos alunos?	Ao longo do ano a escola desenvolve projetos coletivos que dialogam com a realidade dos alunos e com os saberes da comunidade. É fundamental lembrar que, é projetos construídos em conjunto no início do ano quando é preciso são replanejados ou substituídos por iniciativas que tragam impactos positivos. Um dos mais significativos é a Escola Itinerante , realizada anualmente em junho, durante os festejos de São João. Nesse momento, os alunos participam de maneira ativa junto aos professores, integrando saberes tradicionais e acadêmicos, fortalecendo vínculos e a identidade cultural. As atividades incluem capoeira, súa, bingo matemático, futebol, concursos de leitura e reflexões sobre

		<p>a valorização cultural, unindo teoria e prática e tornando o aprendizado uma experiência viva e significativa. É nesse espaço que a escola se torna guardiã das memórias coletivas e das expressões culturais, promovendo o pertencimento e a valorização da identidade quilombola.</p>
6	<p>Como é feita a adequação curricular em relação a identidade cultural da comunidade escolar?</p>	<p>A adequação curricular se dá quando o planejamento pedagógico considera a realidade da comunidade, incorporando temas ligados à história local, às tradições, às festas e aos costumes do quilombo. Os conteúdos do currículo oficial não são apenas transmitidos, mas contextualizados de forma que dialoguem com a experiência dos alunos, fortalecendo sua identidade cultural e tornando o aprendizado mais significativo e transformador.</p>
7	<p>A unidade escolar em algum momento conseguiu trazer os guardiões das tradições culturais locais para expressar seus saberes na escola?</p>	<p>Na extensão em que atuo, não houve a presença direta dos guardiões das tradições, possivelmente devido à dimensão territorial e à existência de oito unidades, sendo a maioria dos eventos realizada na sede. Na sede, entretanto, a presença de líderes como dona Procópio é marcante; ela é guardiã e referência na preservação cultural, fortalecendo a relação entre comunidade e escola. Mesmo na extensão, busco aproximar a escola das tradições: em rodas de conversa na disciplina de História, convido pessoas mais velhas da comunidade para compartilhar saberes, principalmente quando os temas envolvem tradições culturais, comunicação oral e patrimônio material e imaterial. Assim, a escola se torna um espaço de memória, respeito e transmissão cultural.</p>
8	<p>Quais contribuições você gostaria de deixar para esta pesquisa?</p>	<p>Gostaria de enfatizar a importância de fortalecer a identidade cultural dentro da escola, reconhecendo os alunos como protagonistas da preservação e valorização dos saberes da comunidade. Acredito que uma educação que integra o currículo escolar às tradições locais não apenas transmite conhecimento, mas também constrói pertencimento, empoderamento cultural e continuidade histórica. Minha contribuição é oferecer reflexões sobre como a escola pode ser espaço de memória, cultura e formação integral, respeitando e valorizando a diversidade que enriquece a vida dos alunos e da comunidade.</p>

Para darmos continuidade e reforçarmos as ideias frente à contribuição dos saberes tradicionais para a educação na comunidade Kalunga do Tinguizal, foi realizada entrevista com 03 (três) docentes que atuam na educação dentro da comunidade Kalunga, as professoras entrevistadas foram: Vanuza Pereira de Souza, (professora em contrato temporário, com 5 anos de atuação); Lourdes Fernandes de Souza (Bia Kalunga, 41 anos, professora mestre, com 18 anos de experiência na comunidade) e Divânia Deltrude Moreira (29 anos, professora com 4 anos de atuação).

As professoras entrevistadas fazem parte da comunidade, e trazem suas experiências e maneiras de relacionar com a comunidade, contribuindo no enriquecimento das práticas pedagógicas, e considerando a educação além do ensino de conteúdos, assumindo o compromisso de condicionar a preservação da memória, o fortalecimento da identidade coletiva e continuidade das tradições locais. Dentre as perguntas realizadas, temos: como a escola tem trabalhado com as tradições locais:

“Muitas das vezes faço o planejamento, proponho rodas de conversas, exponho o que sei e as crianças também participam, convido pessoas mais velhas para sala de aula.” (Vanuza, agosto 2025).

“Através de projetos planejados e trabalhados na escola por meio dos professores. A gestão tem que iniciar projetos que busquem fazer esse trabalho integrado com o currículo externo, valorizando o contexto e os mestres da cultura. Temos autonomia para trabalhar cultura, identidade, memória e saberes sem fugir do currículo externo.” (Mestre Lourdes, agosto 2025).

“É notório que a escola tem se empenhado em preservar as tradições culturais que atravessam gerações. Reconhecendo que esses saberes carregam a memória dos nossos antepassados, a instituição valoriza datas festivas, manifestações culturais e rituais comunitários, estimulando a participação dos alunos junto às famílias.” (Divânia, agosto 2025).

Em análise, é notável que as professoras, a partir da sua contribuição na entrevista, mostram que a escola na comunidade vem assumindo um papel voltado para a integração dos saberes tradicionais junto ao currículo escolar, fortalecendo a identidade coletiva, assegurando assim a continuidade desses saberes. No que tange ao contexto das tradições, as docentes destacaram que a escola na atualidade tem realizado práticas que estabelecem aproximação da sala de aula com a vida comunitária, criando vínculos entre o ensino formal e as vivências culturais do território.

Assim, é compreendido que o processo educativo deve criar diálogos com a realidade da comunidade, a partir das suas tradições e memórias coletivas, tal como

Cunha et al. (2025) propõem a necessidade da convivência entre diferentes formas de conhecimento. Seguindo, a entrevista, em quais projetos em desenvolvimento com o objetivo de fortalecer a identidade cultural dos alunos? As docentes evidenciaram as seguintes respostas:

“Projeto Ancestralidade Cultura Kalunga e o Projeto Escola Itinerante no Festejo do Sucuri.” (Vanuza, agosto 2025).

“Os projetos em desenvolvimento são as ações Griôs, a Escola Itinerante, que adequa currículo externo e local, respeitando o calendário escolar.” (Mestre Lourdes, agosto 2025).

“Um dos mais significativos é a Escola Itinerante, realizada anualmente em junho, durante os festejos de São João. Os alunos participam de maneira ativa junto aos professores, integrando saberes tradicionais e acadêmicos.” (Divânia, agosto 2025).

A partir das respostas evidenciadas, as professoras ressaltaram as ações e iniciativas que têm-se articulado nas práticas pedagógicas com manifestações tradicionais dentro das escolas da comunidade, construindo assim pontes entre a escola e o patrimônio cultural do território. Em suas falas, as docentes destacam a presença da Escola itinerante e a relevância desta, enquanto espaço pedagógico que integra tradição e conhecimento escolar, evidenciando assim, que projetos comunitários e práticas coletivas fortalecem o sentimento de pertencimento e reconhecem a oralidade como forma legítima de ensino (Rocha et al. 2022).

Na pergunta, como é feita a adequação curricular em relação à identidade cultural da comunidade escolar? Em suas respostas as docentes destacaram que:

“É meu dever adequar o planejamento e as atividades de acordo com a minha comunidade; antes de ir para as demais identidades precisamos conhecer e trabalhar a nossa identidade Kalunga.” (Vanuza, agosto 2025).

“O professor tem autonomia e força de vontade para fazer acontecer, adequando currículo externo à cultura local. Buscamos aplicar as ações Griôs, levando os mais velhos para a sala de aula.” (Mestre Lourdes, agosto 2025).

“A adequação curricular se dá quando o planejamento pedagógico considera a realidade da comunidade, incorporando temas ligados à história local, tradições, festas e costumes do quilombo.” (Divânia, agosto 2025).

Assim, é certo que demonstram em suas respostas a importância de vincular o planejamento escolar aos saberes tradicionais e todo o contexto cultural da comunidade,

de modo a garantir que o processo educativo construa diálogos com a realidade e com os saberes. A partir de suas contribuições, as docentes demonstram que o currículo é entendido como um espaço de disputa, que necessita ser reorganizado para construir reflexões frente às vivências e tradições da comunidade.

Nesse sentido, Costa et al. (2024) destacam que ainda há fragilidade na institucionalização de uma política curricular específica para as escolas quilombolas, mas que, as práticas docentes já demonstram um processo de ressignificação que se constrói no cotidiano escolar. Seguindo a entrevista, a unidade escolar em algum momento conseguiu trazer os guardiões das tradições culturais locais para expressar seus saberes na escola? Em resposta as professoras ressaltaram que:

“Levo os anciãos para os espaços escolares, adquirindo conhecimento e valorização dos nossos mestres.” (Vanuza, agosto 2025).

“Os mais velhos são convidados, remunerados e dão aulas sobre saberes tradicionais.” (Mestre Lourdes, agosto 2025).

“Na extensão em que atuo, não houve presença direta dos guardiões. Na sede, entretanto, líderes como dona Procópio são referência; procuro convidar pessoas mais velhas da comunidade para rodas de conversa.” (Divânia, agosto 2025).

As falas das docentes, demonstram que exerce a função pedagógica sempre relacionando a presença e participação dos anciões da comunidade no espaço escolar, relação essa que é construída por meio das narrativas orais, oficinas, rituais ou outras atividades que fortalecem a memória coletiva e a identidade cultural, revelando em um saber construído pela oralidade, transmitidos pelos guardiões da tradição, desempenhado assim, um papel pedagógico, pois, o reconhecimento da legitimidade desses sujeitos no espaço escolar, constitui-se como uma maneira de garantir que a identidade quilombola seja respeitada e fortalecida dentro do espaço escolar (Soares et al, 2024)

Por fim, quais contribuições você gostaria de deixar para esta pesquisa? Destacaram a importância da continuidade cultural e da valorização dos saberes locais, reafirmando o compromisso com a preservação da memória e da identidade da comunidade.

“Precisamos deixar um bom legado aos nossos filhos, para a tradição não morrer nem cair no esquecimento.” (Vanuza, agosto 2025).

“Temos que valorizar esses conhecimentos locais e levar essas pessoas para dentro das Universidades, fazendo o casamento entre o conhecimento científico e o empírico.” (Mestre Lourdes, agosto 2025).

“Acredito que a educação que integra o currículo escolar às tradições locais constrói pertencimento, empoderamento cultural e continuidade histórica.” (Divânia, agosto 2025).

As falas das professoras apontam para a defesa da permanência e valorização dos saberes Kalunga, ao mesmo tempo em que ressaltam na importância de manter o diálogo com a universidade e com o conhecimento científico, uma vez que, entende-se que a Educação Quilombola deve ser concebida a partir de práticas decoloniais, nas quais os saberes comunitários tenham a mesma legitimidade que a ciência acadêmica. (Rocha et al., 2022).

Assim, observa-se que a escola Kalunga se tornou um espaço de resistência cultural e de produção de conhecimento, e ao se apropriar do currículo, este deixa de ser apenas um documento oficial e se transforma em território de afirmação identitária. Nesse processo, as educadoras assumem um papel político e pedagógico, tornando-se guardiãs da memória coletiva e responsáveis por garantir que rezas, benzeduras, danças e festas continuem orientando a formação das novas gerações e perpetuando a história e a cultura Kalunga.

3.5 Das vozes Kalunga às perspectivas da educação do campo

As entrevistas com professoras e rezadeiras Kalunga evidenciam que a escola quilombola se configura como um espaço de resistência, de preservação da memória e de afirmação identitária. Ao integrar práticas pedagógicas às tradições locais, as educadoras demonstram que o ensino formal não pode ser dissociado da vida comunitária. A participação das anciãs e mestres da tradição, a realização de projetos como a Escola Itinerante, bem como a adaptação curricular voltada à identidade Kalunga confirmam que a escola não apenas transmite conteúdos, mas reafirma valores ancestrais que fortalecem a coletividade.

Ser professora Kalunga significa também assumir o papel de guardiã da cultura, assegurando que rezas, benzeduras, cantos e festejos permaneçam vivos dentro da comunidade e no ambiente escolar, reforçando que a educação quilombola não deve ser tratada como mera adaptação do modelo escolar convencional, mas como um projeto pedagógico próprio, construído a partir da realidade, da memória e da luta de seu povo.

A partir da análise, é notável que, na experiência Kalunga, a Educação do Campo requer políticas públicas que reconheçam as especificidades culturais, sociais e territoriais

da comunidade, pois, embora tenhamos alcançado avanços, existem barreiras que impedem a acessibilidade a uma educação inclusiva e transformadora, pois, um dos principais desafios é elaborar currículos a partir das vivências, evitando modelos externos que não dialoguem com a realidade quilombola.

A ausência de dados oficiais sensíveis às particularidades dessas comunidades contribui para políticas insuficientes, perpetuando índices de exclusão educacional e cultural. A falta de materiais didáticos contextualizados, por exemplo, revela um processo de alienação cultural que, segundo Silva (2017), pode ser entendido como “genocídio cultural” quando desconsidera saberes tradicionais e invisibiliza identidades coletivas.

Pensar a educação quilombola sob a perspectiva Kalunga implica compreender a escola como espaço de resistência e emancipação, em que a identidade, o território e os saberes locais são fundamentos para uma educação intercultural, nisto, a Educação do Campo deve adequar currículo, calendário e metodologias às condições e tempos de vida do campo, reconhecendo tais especificidades como essenciais para a aprendizagem (Bernardes; Leite 2016)

Os saberes das rezadeiras, as práticas de cura, as festas tradicionais e a religiosidade Kalunga não são apenas expressões culturais, mas recursos pedagógicos essenciais, cabendo à escola do campo atuar como parceira na preservação cultural, fortalecendo vínculos com famílias e organizações locais e valorizando o protagonismo comunitário no processo educativo (Santana, 2021),

No campo das bases curriculares, Brasil (2018) nos orienta que o currículo integre e respeite os conhecimentos prévios dos estudantes, promovendo a interação com os bens culturais materiais e imateriais da comunidade, reforçando a legalidade dos saberes Kalunga no processo de formação integral.

Portanto, a educação quilombola Kalunga deve ser entendida como parte da luta histórica por direitos e reconhecimento, ultrapassando os limites da escola para compreender a preservação de dos saberes e fazeres, práticas culturais e tradições religiosas que sustentam a identidade coletiva, nisto, fortalecer a escola nas comunidade Kalunga, mais precisamente no Tinguizal, significa valorizá-la como espaço de ancestralidade e resistência frente a processos de exclusão, consolidando um modelo pedagógico que associe identidade, território e cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises desenvolvidas ao longo desta dissertação permitem afirmar que a educação quilombola Kalunga se constrói como prática de resistência, de memória e de valorização cultural. As entrevistas com as rezadeiras e benzedeiros evidenciaram que os saberes tradicionais não apenas oferecem cuidados de saúde e espiritualidade, mas também constituem fundamentos pedagógicos que orientam a formação das novas gerações. A oralidade, as práticas de cura e as rezas configuram-se como elementos estruturantes da identidade coletiva, funcionando como instrumentos de transmissão de valores, ética e pertencimento.

As falas das professoras Kalunga reforçaram esse entendimento, ao mostrarem que a escola da comunidade tem buscado integrar tais saberes ao currículo escolar por meio de projetos como a Escola Itinerante, Ancestralidade Kalunga e a valorização da identidade Kalunga como ponto de partida para o planejamento pedagógico. Esses depoimentos revelam que a docência nas escolas Kalunga não se limita à função de ensinar conteúdos, mas também à missão de preservar tradições e garantir que a ancestralidade permaneça viva no cotidiano escolar.

Embora os esforços coletivos na prática docente, existem desafios estruturais e políticos que limitam a efetivação da Educação Quilombola, a falta de materiais didáticos contextualizados, a ausência de políticas públicas consistentes dificultam a consolidação de um currículo verdadeiramente intercultural. Ainda assim, a prática docente Kalunga tem demonstrado que a escola pode se reinventar ao valorizar o território, a oralidade e os saberes populares como eixos pedagógicos.

Esta dissertação confirma que os saberes das rezadeiras e benzedeiros representam uma pedagogia própria, que dialoga com a ciência sem perder sua essência comunitária, articulando com a luta política da comunidade Kalunga por direitos e por reconhecimento, reforçando que a educação não é apenas um direito constitucional, mas também uma estratégia de emancipação cultural e social.

Assim, a valorização dos saberes das rezadeiras e professoras Kalunga é condição fundamental para a construção de uma educação intercultural e democrática, não apenas reconhecer esses saberes como assegurar sua legitimidade como parte constitutiva do currículo escolar, que respeite os conhecimentos prévios dos estudantes e as culturas locais (Brasil, 2018).

Portanto, a dissertação reforça a necessidade de políticas públicas que reconheçam os povos quilombolas como protagonistas de sua própria educação, garantindo recursos, formação docente adequada e valorização dos mestres da tradição, além de aprofundar o diálogo entre saberes tradicionais e ciência, ampliando a compreensão sobre as múltiplas pedagogias existentes no Brasil. A educação quilombola Kalunga deve ser entendido como projeto político, cultural e pedagógico, enraizado na ancestralidade e orientado para a emancipação social, pois reafirma que ensinar é também preservar, e a escola é um território de resistência e emancipação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria de Assis Brito de; SANCHEZ, Laura Patrícia. Implementação da Lei 10.639/03 – competências, habilidades e pesquisas para a transformação social. **Pró-Posições**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 55–80, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v28n1/1980-6248-pp-28-01-00055.pdf>

ALMEIDA, Maria Geralda de (Org.). **Kalunga: uma comunidade quilombola em estudo**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2015.

APURINÃ, Francisco. Um olhar sobre o cosmos a partir da perspectiva indígena e as consequências da fricção entre os humanos-/ e os não-humanos. **Emblemas. Revista da Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais**, UFG, v. 17, n. 1, p. 14–35, jan. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/emblemas/article/view/63143>

ARRUTI, José Maurício Andion. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru: Edusc, 2006.

ARROYO, Miguel González. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BAIOCCHI, Mari de Nasaré. **Kalunga: povo da terra**. Goiânia: UCG, 2006.

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1971.

BESERRA, Bernadete de L.R. **Racismo e educação no Brasil**. Recife: Ed. UFPE, 2018

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**. Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012. Brasília: MEC, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental**. Comunidades Kalunga: caderno de atividades e encarte para o professor. Brasília: MEC/SEF, 2001.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALHEIROS, Karla Rachel Jarsen de Melo. **A cura através da fé: um olhar sobre as benzedoras/rezadeiras alagoanas**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2017. Trabalho de Conclusão (Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos – MP-CECRE) — UFBA. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/forumpatrimo/article/view/34063>

CANDÂU, Vera Maria Ferrão. **Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença**. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 37, p. 55–

68, jan.–abr. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/5szsvwMvGSVPkGnWc67BjtC/?format=pdf&lang=pt>

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Educação intercultural: entre afirmações e desafios. In: MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Orgs.). **Currículos, disciplinas escolares e culturas**. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 23-41.

CARVALHO, Fabiana Aparecida de. Marcando passos, a(r)mando lutas: o(s) feminismo(s) e outras “biologias” na compreensão dos gêneros e sexualidades. **Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 427–452, 2021. Disponível em: <https://renbio.org.br/index.php/sbenbio/article/view/480>.

CARVALHO, Fabiana Ferreira dos Santos. **Cultura e tradições dos remanescentes do Quilombo Mesquita e o projeto político-pedagógico da Escola Municipal Aleixo Pereira Braga I**. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/14632>

COSTA, Pedro Léo Alves; ANDRADE, Luciano Pires de; ANDRADE, Horasa Maria Lima da Silva. Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola: observação das interfaces através de uma revisão sistemática da literatura. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 9, p. e15495, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/campo/article/view/15495>. Acesso em:

CUNHA, Andréia Martins da; MIRANDA, Shirley Aparecida de; AZEVEDO, Débora Rodrigues. “Preferencialmente Quilombola”: a encruzilhada território, docência e política de Educação Escolar Quilombola. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 14, n. 1, p. 1–15, 2024. DOI: [10.14393/REPOD-v14n1a2025-76515](https://doi.org/10.14393/REPOD-v14n1a2025-76515). Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/76515>.

CUNHA, Celina Gontijo. **A prática da benzedeira: memória e tradição oral em terras mineiras**. Dissertação (Mestrado em Letras: Estudos da Linguagem) — Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/10284>

D'ALMEIDA, Sabrina Soares. **Guardiãs das folhas: mobilização identitária de raizeiras do cerrado e a autorregulação do ofício**. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

DIAS, Lucimberg Camargo; CAETANO, Edson. A produção e compartilhamento de saberes pelas raizeiras e raizeiros no Quilombo de Mata Cavalo-MT. In: **ANAIS: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO (SEMIEDU)**, 32, Cuiabá. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2024. p. 256-264. DOI: <https://doi.org/10.5753/semiedu.2024.32677>

DIAS, Jaqueline Evangelista; LAUREANO, Lourdes Cardozo. **Protocolo Comunitário Biocultural das Raizeiras do Cerrado**. Turmalina, MG: Articulação Pacari, 2014. 32 p. ISBN 978-85-62918-02-5. Disponível em: <https://ecoa.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Protocolo-Comunit%C3%A1rio-Biocultural-das-Raizeiras-do-Cerrado.pdf>

FARINHA, Allyne Chaveiro; SILVA, Maria da Conceição. As benzedeadas e a Renovação Carismática Católica: o surgimento da benzedeadas renovada. **Revista Brasileira de História das Religiões (ANPUH)**, Ano V, n. 13, maio 2012, p. 73–91. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/riserver/api/core/bitstreams/9fbf4136-c132-473c-9916-dcb5b0d08189/content>.

FELIPE, Delton Aparecido; TERUYA, Teresa Kazuk *o. **Nota sobre as políticas em prol do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação escolar.** **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 10, n. 39, p. 250–266, set. 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/issue/view/669>

FERNANDES, Cecília Ricardo. **Saberes e sabores da cultura Kalunga: origens e consequências das alterações nos sistemas alimentares.** 2014. 139 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) —Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/20010>

FRANCO, Gilciana Paulo. **As religiões de matriz africana no Brasil: luta, resistência e sobrevivência.** *Sacrilegens*, Juiz de Fora, v. 18, n. 1, p. 30–46, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/sacrilegens/article/view/34154>.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

GOIÁS. **Lei nº 20.802, de 8 de julho de 2020.** Institui o Programa Goiás Tec – Ensino Médio ao Alcance de Todos, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação. Diário Oficial do Estado de Goiás, Goiânia, 2020.

GOMES, Romana de Fátima Macedo; SANTANA, Roviane Oliveira. **Tradição Oral das Rezas Populares e a Simbologia de Elementos Linguísticos e performáticos.** *Revista Ouricuri*, v. 13, n. 2, p. 03–19, 2023. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/ouricuri/article/view/18203/12390>

GOODY, Jack. **O Roubo da História.** São Paulo: Contexto, 2006

HAESBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 95-120

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LAVE, Jean; WENGER, Etienne. **Situated learning: legitimate peripheral participation.** Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

LIMA, Gabriel Emanuel Leite de; LIMA, Maria Isadora Leite. Rezadeiras: um estudo sobre os saberes e práticas culturais. **Revista Campo da História**, v. 7, n. 1, p. 288–299, out. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.55906/rcdhv7n1-022>

LIMA, Luana Nunes Martins de. O território simbólico da festa Kalunga de Nossa Senhora Aparecida: organização social, rituais e sentidos. Em: **Anais do Simpósio Nacional de História – ANPUH**, 2013. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548874922_461be67fcb54ceaa4ae3c348b92a254a.pdf

MACHADO, José Henrique Rodrigues; MARTINS FILHO, José Reinaldo Felipe. **Reza Pr'as Almas: a constituição de uma prática de representação e memória do catolicismo popular**. Caminhos, Goiânia, v. 18, n. 2, p. 499-514, 2020.

MEJIA, Lídia; CATALÃO, Vera Margarida Lessa. Mulheres raizeiras do Cerrado: saberes tradicionais. **Revista Sergipana de Educação Ambiental – REVISEA**, São Cristóvão, v. 11, p. 1-35, maio 2024. DOI: <https://doi.org/10.47401/revisea.v11.20001>

MOLINA, Mônica Castagna. Contribuições das licenciaturas em educação do campo para as políticas de formação de educadores. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 138, p. 1–20, 2017. Disponível em: scielo.br/j/es/a/57t84SXdXkYfrCqhP6ZPNfh/?format=pdf&lang=pt

MOREIRA Celuta dos Santos Rosa (et al). **Rezas e benzedeadas: contribuições dos saberes tradicionais kalunga para a educação do cam/po**: Case report. J Business Techn. 2018;5(1):28-58.

MOREIRA, Celuta dos Santos Rosa. **Rezas e benzedeadas: contribuições dos saberes tradicionais kalunga para a educação do campo**. 2015. 49 f., il. Monografia (Licenciatura em Educação do Campo). Universidade de Brasília, Planaltina-DF, 2015.

MOURA, Elen Cristina Dias de. **Entre ramos e rezas: o ritual de benzeção em São Luiz do Paraitinga, de 1950 a 2008**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/2106>

MOURA, Elen Cristina Dias de. Eu te benzo, eu te livro, eu te curo: nas teias do ritual de benzeção. **MNEME – Revista de Humanidades (UFRN)**, v. 11, n. 29, jan./jul. 2011, p. 340-369. Disponível: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/980>.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 2004.

ROCHA, Ana Rosa Oliveira; OLIVEIRA, Tatiane Moura; SANTOS, Flávia Cristina. Revisão sistemática sobre a Educação Escolar Quilombola. **Revista Rios**, Paulo Afonso, v. 17 n. 35 p. 22 - 45, 2022. Disponível em: <https://www.publicacoes.unirios.edu.br/index.php/revistarios/article/view/723>.

RODRIGUES, Maria Helena Serafim. **Mulheres que são tuia: lutas e resistências kalunga na comunidade tinguizal-GO**. 2023. 107 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais) — Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

RODRIGUES, Maria Helena Serafim. **Oralidade e letramento em uma perspectiva de inclusão social do povo Kalunga**. Monografia (Licenciatura em Educação do Campo)

— Universidade de Brasília, Planaltina-DF, 2017. Disponível em: <https://jbb.ibict.br/handle/1/1191>

ROSA, Luana dos Santos. **Rezas e benzimentos na visão de jovens da Comunidade Kalunga do Engenho II, Cavalcante-GO**. Monografia (Licenciatura em Educação do Campo) — Universidade de Brasília, Planaltina-DF, 2016. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/13154>

ROSA, Wanderléia dos Santos. **Rezas, rezadeiras e juventude na comunidade Vão de Almas, Cavalcante-GO**. Monografia (Licenciatura em Educação do Campo) — Universidade de Brasília, Planaltina-DF, 2013. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/7320>

SANTANA, Juliana França de. **Educação do campo e educação popular: enlaces e contribuições a uma educação pública e de qualidade**. João Pessoa, 2021.

SANTANA, Leonardo Sampaio Baleeiro (et al). Saberes tradicionais Xerente na era digital: a juventude na preservação da cultura e identidade. **RevistaFT**, v. 28, n. 138, p. 118–130, set. 2024. Disponível em: <https://revistaft.com.br/saberes-tradicionais-xerente-na-era-digitala-juventude-na-preservacao-da-cultura-e-identidade/>

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SANTOS, Eliziane Santos e; CAZUMBÁ, Renilda Ferreira. Vozes ancestrais quilombolas: transmissão de narrativas e saberes tradicionais em comunidades tradicionais de Antônio Cardoso – BA. **Léguas & Meia**, Brasil, v. 14, n. 2, p. 13–34, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uefs.br/index.php/leguaEmeia/article/view/9991>

SANTOS, Francimário Vito. O Ofício das Rezadeiras: **Um estudo antropológico sobre as Práticas Terapêuticas e a Comunhão de crenças em Cruzeta/RN**. 2007. 196 p. Dissertação (Pós-graduação em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2007

SANTOS, Moisés de Jesus Prazeres dos. (et al). “Se eu não fizer o bem, eu não faço o mal”: o sagrado afro-indígena vivenciado pelas benzedeadas do Quilombo do Cria-ú (Amapá). **REVER – Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 124–141, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rever/article/view/50688/33104>

SANTOS, Nilca Fernandes dos. **Sabendo usar não vai faltar: a prática das coletoras de sementes da Comunidade Vão do Moleque do Território Kalunga/GO**. 86 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais) — Universidade de Brasília, Brasília, novembro de 2023. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/48562>

SECULT – Secretaria de Estado da Cultura (Goiás). **Anais do 3º Encontro de Pesquisadores sobre os Quilombolas Kalunga, Igualdade Racial e Direitos Humanos: Cultura, Trabalho e Cidadania**. Goiânia: PUC-Goiás/PPGHIST, 2017.

Anais do evento realizado em 30 e 31 de março de 2017. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/133/o/Anais_3_Kalunga_18_11_%281%29.pdf

SILVA, Cláudia Santos da. Rezadeiras: guardiãs da memória. In: **Anais: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – ENECULT**, 5. Salvador: UFBA, 2009. Disponível em: <https://www.cult.ufba.br/enecult2009/19161.pdf>

SILVA, Juliana Ferreira da. **Educação quilombola: um olhar sobre as práticas educativas na Escola Municipal Professora Antônia do Socorro Silva Machado**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia - Educação do Campo) – Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação João Pessoa: UFPB, 2017.

SILVA, Luzia Wilma Santana da (et al). Saberes de quilombos nas práticas de saúde: um estudo de revisão sistemática de literatura. **ODEERE: Revista Internacional de Relações Étnicas**, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 134–158, 2024. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/odeere/article/view/167>

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Educação e relações étnico-raciais no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2015.

SOARES, Antônio Jorge Gonçalves; MAROUN, Kalyla; SOARES, David Gonçalves. Produção da diferença: Educação escolar quilombola e as ciências sociais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 54, n. 191, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/11128>

SOUSA, Maria Lúcia José de. **Práticas culturais nas comunidades Diadema e Ribeirão dos Bois**. Monografia (Licenciatura em Educação do Campo) — Universidade de Brasília, Planaltina–DF, 2014. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/12074>

SOUZA, Leila Santana do Nascimento. **Juventude Kalunga do Tinguizal: sentidos e permanência escolar**. 2021. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2021.

SOUZA, Lourivaldo dos Santos. **Transformações do sistema agrícola da Comunidade Quilombola Kalunga do Mimoso (Tocantins): a agricultura de corte e queima em questão**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) — Universidade de Brasília, Brasília–DF, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/33986>.

SOUZA, Jennifer Maria Silva. **O papel das benzedeiras na promoção de saúde: escritórias de uma família de benzedeiras**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, Juazeiro do Norte-CE, 05 dez. 2024. Disponível em: <https://sis.unileao.edu.br/uploads/3/PSICOLOGIA/P1819.pdf>

TULLIO, Theresa. **O livro das rezas. Manual da Benzedeira**. 2ª Ed. – Clube de Autores, 2017.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época.** Quito: Abya-Yala, 2009.

APÊNDICES

1. Roteiro de entrevistas

Guardiã das rezas, benzimentos, raízes, parteira

1	Nome:	
2	Idade:	
3	Práticas de saberes e fazeres:	
4	o que representa as rezas e benzimentos pra você?	
5	Para quais males você sabe rezar e benzer?	
6	Como você lida com as raízes? Coleta, reconhecimento, rituais...	
7	Quais remédios produz? E para que servem cada um?	
8	Como aprendeu esses saberes das rezas, benzimentos e uso de plantas medicinais?	
9	O que pensa acerca do ensino escolar sobre as tradições culturais da comunidade?	

1	Nome:	
2	Idade:	
3	Práticas de saberes e fazeres:	
4	o que representa as rezas e benzimentos pra você?	
5	Para quais males você sabe rezar e benzer?	
6	Como você lida com as raízes? Coleta, reconhecimento, rituais...	
7	Quais remédios produz? E para que servem cada um?	
8	Como aprendeu esses saberes das rezas, benzimentos e uso de plantas medicinais?	
9	O que pensa acerca do ensino escolar sobre as tradições culturais da comunidade?	

1	Nome:	
2	Idade:	
3	Práticas de saberes e fazeres:	
4	o que representa as rezas e benzimentos pra você?	
5	Para quais males você sabe rezar e benzer?	
6	Como você lida com as raízes? Coleta, reconhecimento, rituais...	
7	Quais remédios produz? E para que servem cada um?	
8	Como aprendeu esses saberes das rezas, benzimentos e uso de plantas medicinais?	
9	O que pensa acerca do ensino escolar sobre as tradições culturais da comunidade?	

Gestão escolar – falas docentes (direção, coordenação e professores)

1	Nome:	
2	Função Pedagógica:	
3	Tempo de atuação na comunidade escolar:	
4	Como a escola tem trabalhado com as tradições locais?	
5	Quais projetos em desenvolvimento com o objetivo de fortalecer a identidade cultural dos alunos?	
6	Como é feito a adequação curricular em relação a identidade cultural da comunidade escolar?	
7	A unidade escolar em algum momento conseguiu trazer os guardiões das tradições culturais locais para expressar seus saberes na escola?	
8	Quais contribuições você gostaria de deixar para esta pesquisa?	

1	Nome:	
	Idade	
2	Função Pedagógica:	
3	Tempo de atuação na comunidade escolar:	
4	Como a escola tem trabalhado com as tradições locais?	
5	Quais projetos em desenvolvimento com o objetivo de fortalecer a identidade cultural dos alunos?	
6	Como é feito a adequação curricular em relação a identidade cultural da comunidade escolar?	
7	A unidade escolar em algum momento conseguiu trazer os guardiões das tradições culturais locais para expressar seus saberes na escola?	
8	Quais contribuições você gostaria de deixar para esta pesquisa?	

1	Nome:	
	Idade	
2	Função Pedagógica:	
3	Tempo de atuação na comunidade escolar:	
4	Como a escola tem trabalhado com as tradições locais?	
5	Quais projetos em desenvolvimento com o objetivo de fortalecer a identidade cultural dos alunos?	
6	Como é feito a adequação curricular em relação a identidade cultural da comunidade escolar?	
7	A unidade escolar em algum momento conseguiu trazer os	

	guardiões das tradições culturais locais para expressar seus saberes na escola?	
8	Quais contribuições você gostaria de deixar para esta pesquisa?	